



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE -
PPGEDUC

NADILSON RIBEIRO DE SIQUEIRA

**EDUCAÇÃO POPULAR E DISCURSO POLÍTICO NOS MOVIMENTOS
SOCIAIS: RELAÇÕES DE INFLUÊNCIA ENTRE LIDERANÇAS E
LIDERADOS**

SALVADOR - BA

2022

NADILSON RIBEIRO DE SIQUEIRA

**EDUCAÇÃO POPULAR E DISCURSO POLÍTICO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS:
RELAÇÕES DE INFLUÊNCIA ENTRE LIDERANÇAS E LIDERADOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da Linha de Pesquisa 3 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, vinculada ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade - GIPRES, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim

SALVADOR - BA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I

Siqueira, Nadilson Ribeiro de

Educação popular e discurso político nos movimentos sociais: relações de influência entre lideranças e liderados / Nadilson Ribeiro de Siqueira. – Salvador, 2022.

162 f. : il.

Orientador: Natanael Reis Bomfim.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, 2022.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Educação popular. 2. Movimentos sociais. 3. Pensamento crítico. 4. Sociologia educacional. 5. Educação – Aspectos políticos. 6. Educação – Aspectos sociais. I. Bomfim, Natanael Reis. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. III. Título.

CDD: 374

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO POPULAR E DISCURSO POLÍTICO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: RELAÇÕES DE INFLUÊNCIA ENTRE LIDERANÇAS E LIDERADOS

NADILSON RIBEIRO DE SIQUEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, em 13 de abril de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Université du Québec à Montréal, UQ, Canadá



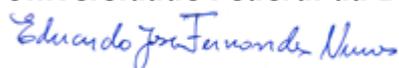
Profa. Dra. Arlete Ramos dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Doutorado em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil



Profa. Dra. Martha Lilia de Alba González
Universidad Autonoma Metropolitana - UAM
Doutorado em Sócio-Economie du développement
École des hautes études en sciences sociales, EHESS, França



Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona, UB, Espanha

Dedico este trabalho à minha querida família.

AGRADECIMENTOS

Este bom caminho não foi percorrido solitariamente e pede um olhar para as marcas da caminhada compartilhada. Nestas linhas sucintas, farei algumas referências àqueles que estiveram presentes nesta construção, mas reconheço também a grande importância de muitos outros não citados, que me estimularam às várias reflexões incorporadas nesta tese. A todos estes sujeitos, minha sincera gratidão.

Agradeço, especialmente, à minha querida família, Samira, Amanda e Marcelo, pela compreensão nos momentos em que minha companhia e atenção não foram possíveis, e pelo apoio para superar cada obstáculo que se pôs em meu caminho. Grato à minha mãe, “Dona” Iracema, pelo amor, proteção e orientações que me permitiram amadurecer e buscar caminhos que resultassem em compreensão e ajuda ao próximo, combustíveis dessa jornada.

Minha gratidão infinita ao meu orientador e grande amigo, professor Dr. Natanael Reis Bomfim, pelo profissionalismo, por sua dedicação, cuidado, respeito e estímulo à minha autonomia. Obrigado por ter acreditado e depositado sua confiança em mim ao longo de todos esses anos de trabalho, que se iniciaram ainda no mestrado. Sem sua orientação cuidadosa, nada disso seria possível.

Dou um grande “abraço” de agradecimento à professora Dra. Tânia Maria Hetkowski, que esteve na origem deste caminhar, acolhendo-me nas aulas que frequentei como aluno especial no Mestrado e que serviram para amadurecer minha visão sobre os fenômenos sociais e me despertar para a ciência. Esta construção carrega muito dos seus ensinamentos.

Quero também agradecer aos colegas do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação, Representações e Sustentabilidade, GIPRES, pelos momentos de discussões que levaram ao aprofundamento das questões tratadas. Aos professores Dra. Maria de Lourdes Ornellas, Dr. Arnoud Soares de Lima Júnior e Dr. Elizeu Clementino, agradeço pelos conselhos, sugestões e interesse em contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa.

Um obrigado especial aos membros desta banca: professora Dra. Arlete Ramos dos Santos, professor Dr. Eduardo José Fernandes Nunes, professora Dra. Gabriela Sousa Rego Pimentel, professor Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim e professora Dra. Martha Lilia de Alba González, por doarem momentos de suas vidas para lerem, refletirem e colaborarem para o aperfeiçoamento desta escrita. A eles devo contribuições importantes que busquei incorporar em minhas considerações.

Agradeço à professora Aidil Cunha, ex-diretora do Colégio Estadual José de Freitas Mascarenhas, que, em sua gestão, possibilitou-me experiências ricas e diversificadas sobre a realidade da escola pública e práticas educativas. Sua sensibilidade e compreensão me conduziram para o entendimento da complexidade envolvida em educar adolescente, jovens e adultos. Estou certo que, sem tais experiências, meu caminho seria mais tortuoso e menos preciso. Muito obrigado!

Minha gratidão à Profa. Dra. Angélica Bautista López, coordenadora do Mestrado e Doutorado em Psicologia Social da Divisão de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Autônoma Metropolitana, unidade Iztapalapa, pelo acolhimento em sua instituição e sensibilidade ao entender a importância que a experiência do Doutorado Sanduíche teria para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Grato aos amigos e companheiros Iracema Mocil e Jhones Batsos, fundadores da Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Teto de Salvador, ATDSTS e integrantes da militância do Movimento Sem-Teto da Bahia, que me acolheram tão bem no seio deste importante grupo social. Sem reservas, restrições ou subterfúgios, foram mestres ao me imergirem na realidade sofrida e de resistência daqueles excluídos do direito de morar. Por meio desta relação, trago em mim cada olhar e palavra dos integrantes do Movimento Sem Teto, junto ao qual, em muitos momentos, compartilhei angústias e alegrias, e que contribuíram para pensar melhor o meu objeto de estudo. Obrigado pelos ensinamentos, pelo companheirismo e pela amizade fortalecida ao longo destes anos de convivência.

RESUMO

Considera-se que a ideologia política tende a ser incorporada à Educação Popular e que pode subverter a baliza ética das relações entre os sujeitos, com potencial para comprometer o produto finalístico de uma pedagogia libertadora. Assim, pesquisou-se **Educação Popular e Discurso Político nos Movimentos Sociais: relações de influência entre lideranças e liderados**, com objetivo geral de analisar de que forma lideranças e liderados operam processos de influência que carregam interesses ideológicos partidários. Perseguimos os seguintes objetivos específicos: analisar o discurso político de líderes influentes que alcança os Movimentos Sociais e se integram às práticas educativas populares e formular diretrizes que estimulem os debates a cerca da importância do compromisso ético da Educação Popular para os Movimentos Sociais, enquanto minoria ativa. Nesse sentido, buscamos, teoricamente, o entendimento em torno da construção do sujeito social e de como este evolui para um sujeito político, responsável por suas escolhas, momento em que se torna um agente social capaz de influenciar e passível de sofrer influências em suas interações. A tese se apoia nas contribuições do educador Paulo Freire (1980a, 1980b, 1983, 1993, 1997, 2000a, 2000b, 2001) na formulação de ideias em torno de conceitos como *educação emancipadora*, *pensamento crítico* e *relação ética na educação*. Além disso, também incorpora o pensamento do psicólogo social Serge Moscovici para apresentar considerações a respeito da construção do pensamento social, por meio de duas obras: *La Psychanalyse, Son Image et Son Public* (1961) e *Psicologia das Minorias Ativas* (1969). Do cruzamento entre a proposta para a Educação Popular de Freire com os processos que contribuem para a formação do pensamento social de Moscovici, surgiram alguns questionamentos sobre conflitos entre a lógica política e a lógica social de carência, conforme reforçados por Lovisolo (1990), em seu livro *Educação Popular: Maioridade e Conciliação*. Realizou-se uma pesquisa de abordagem teórica/exploratória, em que se buscou, pelos aportes na Análise Crítica do Discurso, a sustentação da tese. Tomou-se, por recorte de investigação, a intencionalidade de se estimular o “ódio de classes” no pensamento social dos sujeitos carentes como forma de se obter ganhos políticos. A partir das contribuições de Fairclough (2020), os resultados apontaram para elementos negativos das representações e semioses produzidas por líderes de partidos políticos progressistas e de outros militantes e se avaliamos como tais elementos discursivos ecoam e interferem na Educação Popular. Portanto, consideramos que, a despeito das intencionalidades declaradas por esses líderes, ocorre uma abertura para a indesejada inconciliação entre a lógica política partidária e a lógica social de carência; que o discurso político se apresenta, muitas vezes, formatado para o objetivo contrário ao esclarecimento dos sujeitos, e que é possível que se esteja produzindo outra forma de opressão; que faz-se necessário um despertar dos intelectuais e acadêmicos para este efeito negativo, de forma a garantir a credibilidade das lutas sociais e de se evitar que a consciência dos sujeitos se reduza a mero caminho para se alcançar o poder.

Palavras-chave: Educação Popular. Movimentos Sociais. Pensamento Crítico. Pensamento Social.

RESUMEN

La ideología política tiende a incorporarse a la Educación Popular y puede subvertir el marco ético de las relaciones entre los sujetos, con el potencial de comprometer el producto final de una pedagogía liberadora. Así, investigamos Educación Popular y discurso político en los Movimientos Sociales: relaciones de influencia entre líderes y seguidores, con el objetivo general de analizar cómo operan los líderes y los seguidores en los procesos de influencia que conllevan intereses ideológicos partidistas. Perseguimos los siguientes objetivos específicos: analizar el discurso político de líderes influyentes que llega a los Movimientos Sociales y se integra en las prácticas educativas populares y formular orientaciones que estimulen los debates sobre la importancia del compromiso ético de la Educación Popular para los Movimientos Sociales, como minoría activa. En este sentido, buscamos comprender, teóricamente, la construcción del sujeto social y cómo evoluciona hasta convertirse en un sujeto político, responsable de sus elecciones, cuando se convierte en un agente social capaz de influir y susceptible de sufrir influencias en sus interacciones. La tesis se basa en las aportaciones del pedagogo Paulo Freire (1980a, 1980b, 1983, 1993, 1997, 2000a, 2000b, 2001), para formular ideas en torno a conceptos como *educación emancipadora*, *pensamiento crítico* y *relación ética en la educación*. Además, también incorporó el pensamiento del psicólogo social Serge Moscovici para presentar consideraciones sobre la construcción del pensamiento social, a través de dos obras: *La Psychanalyse, Son Image et Son Public* (1961) y *Psychology of Active Minorities* (1969). Del cruce entre la propuesta de Educación Popular de Freire y los procesos de Moscovici que contribuyen a la formación del pensamiento social, surgieron algunas cuestiones sobre los conflictos entre la lógica política y la lógica social de la necesidad, como refuerza Lovisoló (1990), en su libro *Educación Popular: Mayoría y Conciliación*. Se realizó una investigación de enfoque teórico/exploratorio, que buscó, a través de los aportes del Análisis Crítico del Discurso, el sustento de la Tesis. La intencionalidad de estimular el "odio de clase" en el pensamiento social de los sujetos necesitados como forma de obtener ganancias políticas fue tomada como un recorte de la investigación. Con base en los aportes de Fairclough (2020), los resultados apuntaron a elementos negativos de las representaciones y semiótica producida por líderes de partidos políticos progresistas y otros activistas y si evaluamos cómo tales elementos discursivos hacen eco e interfieren en la Educación Popular. Por lo tanto, consideramos que, a pesar de las intencionalidades declaradas por estos líderes, hay una apertura para la reconciliación no deseada entre la lógica política partidaria y la lógica social de la privación; que el discurso político es a menudo formateado para el objetivo contrario a la iluminación de los sujetos, y que es posible que se produzca otra forma de opresión; que es necesario despertar a los intelectuales y académicos a este efecto negativo, para garantizar la credibilidad de las luchas sociales y evitar que la conciencia de los sujetos se reduzca a un mero camino para alcanzar el poder.

Palabras clave: Educación popular. Movimientos sociales. Pensamiento crítico. Pensamiento social.

ABSTRACT

It is considered that political ideology tends to be incorporated into Popular Education and that it can subvert the ethical framework of relations between subjects, with the potential to compromise the final product of a liberating pedagogy. Thus, we researched Popular Education and Political Discourse in Social Movements: relations of influence between leaders and followers, with the general objective of analyzing how leaders and followers operate processes of influence that carry partisan ideological interests. We pursued the following specific objectives: to analyze the political discourse of influential leaders that reaches the Social Movements and is integrated into popular educational practices and to formulate guidelines that stimulate debates about the importance of the ethical commitment of Popular Education for the Social Movements, as an active minority. In this sense, we, theoretically, seek to understand the construction of the social subject and how he or she evolves into a political subject, responsible for his or her choices, at which point he or she becomes a social agent capable of influencing and susceptible of being influenced in his or her interactions. The thesis draws on the contributions of educator Paulo Freire (1980a, 1980b, 1983, 1993, 1997, 2000a, 2000b, 2001), in formulating ideas around concepts such as *emancipatory education*, *critical thinking*, and *ethical relationship in education*. In addition, he also incorporated the thought of the social psychologist Serge Moscovici to present considerations about the construction of social thought, through two works: *La Psychanalyse, Son Image et Son Public* (1961) and *Psychology of Active Minorities* (1969). From the intersection between Freire's proposal for Popular Education and Moscovici's processes that contribute to the formation of social thought, some questions about conflicts between political logic and the social logic of deprivation emerged, as reinforced by Lovisolo (1990), in his book *Popular Education: Majority and Conciliation*. A research of theoretical/exploratory approach was carried out, in which the support for the thesis was sought through the contributions of Critical Discourse Analysis. The intentionality of stimulating "class hatred" in the social thought of needy subjects as a way to obtain political gains was taken as a cut of the investigation. Based on the contributions of Fairclough (2020), the results pointed to negative elements of the representations and semioses produced by leaders of progressive political parties and other militants, and we evaluated how such discursive elements echo and interfere in Popular Education. Therefore, we consider that, despite the intentionalities declared by these leaders, there is an opening for the unwanted reconciliation between the party political logic and the social logic of deprivation; that the political discourse is often formatted for the objective contrary to the enlightenment of the subjects, and that it is possible that another form of oppression is being produced; that it is necessary to awaken intellectuals and academics to this negative effect, in order to ensure the credibility of social struggles and to prevent the consciousness of the subjects from being reduced to a mere path to achieve power.

Keywords: Popular Education. Social Movements. Critical Thinking. Social Thought.

*Importante não é ver o que ninguém nunca viu,
mas sim pensar o que ninguém nunca pensou
sobre algo que todo mundo vê.*

Arthur Schopenhauer

LISTA DE ABREVIATURAS

ATDSTS - Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Teto
ABRAINCC - Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
BDTD - Banco Digital de Tese e Dissertações
CAED/PT – Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF – Caixa Econômica Federal
CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba
CNDE -Campanha Nacional pelo Direito à Educação
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONOF - Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
COVID-19 - Corona Vírus Disease – 2019
CSP – Central Sindical e Popular e Conlutas
CNTBio – Comissão Técnica nacional de Biosegurança
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
EP – Educação Popular
EVA – Estrada Velha do Aeroporto
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo
GESTEC – Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPM - Instituto de Pesquisas Municipais
MEC -Ministério da Educação e Cultura
MLM – Movimento de Luta por Moradia
MSTB – Movimento Sem Teto da Bahia
MS – Movimento Social
MST – Movimento Sem Terra
MSTS – Movimento Sem Teto de Salvador
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

PF – Polícia Federal

PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PPGEDUC – Programa de pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

PMCM – Programa Minha Casa Minha Vida

PMCMV-E – Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

ProUni – Programa Universidade para Todos

PSL - Partido Social Liberal

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RS – Representações Sociais

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SERAZ - Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista

SISU – Sistema de Seleção Unificada

STF – Supremo Tribunal Federal

TMA – Teoria das Minorias Ativas

TMRA – Teoria e Método das Representações Sociais

UAM-I -Universidade Autônoma Metropolitana - Iztapalapa

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UH – Unidades Habitacionais

UNE – União Nacional dos Estudantes

ZEI – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

PROLEGÔMENOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DESTA OBRA	14
--	-----------

TOMO I

VIVÊNCIAS DE UMA TRAJETÓRIA: AS LENTES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	29
--	-----------

1.1 O ARQUITETO NO MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA	2929
--	------

1.2 CONTRIBUIÇÕES DO EXISTENCIALISMO PARA UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA.....	34
---	----

1.2.1 Educação Popular e Movimentos Sociais como Práticas Humanistas	35
--	----

1.2.2 O Sujeito Social a partir do Existencialismo.....	38
---	----

1.2.3 Percepções da “Má-fé” na Educação	433
---	-----

TOMO II

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS EM CENA: REFLEXÕES SOBRE O PENSAR E AGIR ÉTICO DOS EDUCADORES	49
--	-----------

2.1 O VÍNCULO NATURAL ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	49
---	----

2.2 O MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA COMO MINORIA ATIVA: O CASO DA BAHIA.....	55
--	----

2.3 A ÉTICA COMO PARÂMETRO PARA A LIBERDADE E A LUTA DO POVO.....	59
---	----

TOMO III

POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO: O PENSAMENTO SOCIAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	68
--	-----------

3.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O SUJEITO POLÍTICO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	68
---	----

3.2 DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ÀS MINORIAS ATIVAS	73
---	----

3.2.1 Luta e Ódio de Classes	77
------------------------------------	----

3.3 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR	80
--	----

3.4 DISCURSO E MOVIMENTOS SOCIAIS	855
---	-----

TOMO IV

TRILHAS METODOLÓGICAS: NAS INTENCIONALIDADES DO DISCURSO POLÍTICO	88
--	-----------

4.1 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL	80
4.2 A TEIA APREENDIDA PELA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	90
4.3 ESCOLHAS E JUSTIFICATIVAS SOBRE OS SUJEITOS DOS DISCURSOS.....	912
4.4 OS DISCURSOS ESCOLHIDOS E O AMBIENTE DE COLETA	934
4.5 ESTRUTURA PARA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO PROPOSTA POR FAIRCLOUGH	96

TOMO V

ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO CRÍTICA: A EDUCAÇÃO POPULAR NAS TEIAS DO DISCURSO POLÍTICO	100
5.1 NOSSA ESTRATÉGIA DE ANÁLISE	100
5.2 CONTEXTO DE DISPUTAS E PODER: O AMBIENTE DO DISCURSO	105
5.3 A TEIA DO ÓDIO COMO PROBLEMA SOCIAL E SEU ASPECTO SEMIÓTICO	107
5.4 A ESPIRAL VIÇOSA DO DISCURSO POLÍTICO.....	108
5.5 A CONTRADIÇÃO ENTRE OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS	123
5.6 POSSIBILIDADES DE MUDANÇA	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	138
ANEXOS	159

PROLEGÔMENOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DESTA OBRA

No Brasil, a Educação Popular (EP) e os Movimentos Sociais (MSs) são indissociáveis quando se trata de lutas contra as desigualdades sociais que emergem de contextos capitalistas. Assim, entendemos a EP como um método capaz de valorizar os saberes prévios do povo, e como prática cultural, uma forma diferenciada de aplicar e buscar esses saberes dentro de parâmetros pedagógicos. Tem o viés de reafirmar identidades no sentido de amenizar desequilíbrios sociais por meio da conscientização política e da afirmação do sujeito. É a partir dessas ideias que entendemos a EP como uma modalidade voltada para o sujeito histórico-crítico, construtor do mundo e inserido em relações sociais que objetivam a superação de forças opressoras (FREIRE, 1993). Portanto, o educador popular busca um sujeito que se distancie do solipsismo¹, que não se aceite como apartado do mundo, mas se reconheça participante de suas dinâmicas.

A despeito de não existir consenso para um conceito de EP, uma vez que seu significado sempre esteve envolvido por uma “polissemia de expressões” (STRECK *et al.*, 2014, p. 83), a “pedagogia para o pensamento crítico” se firmou, no senso comum, como expressão vinculada à “Educação Popular”, resultado do imbricamento entre a luta por direitos sociais e emancipação. A emancipação de que trata a EP vem do exercício da liberdade e do alcance da autonomia. O conceito deriva do latim *emancipare*, sendo o resultado da busca por independência de pessoas, grupos, ou países, da tutela política, econômica, cultural ou ideológica (PIZZI, 2005). Emancipar pressupõe uma postura crítica em contexto de democracia, uma vez que se apoia no exercício da liberdade e na luta por igualdade e desalienação. Estes elementos só podem existir na liberdade da vida em sociedade, na prática cidadã, com usufruição de direitos civis, políticos e sociais, seja na esfera individual, seja na coletiva.

Para Adorno (2000), emancipar-se é ter a capacidade de tomar decisões conscientes e independentes. Porém, as relações humanas na sociedade moderna estão carregadas de vieses ideológicos, que se acoplam à educação e limitam as possibilidades de práticas verdadeiramente emancipatórias. O autor destaca a importância de uma educação emancipatória como instrumento para desenvolvimento de princípios individuais e sociais e propõe que esta educação deveria promover a resistência e reduzir as condições de adaptação dos homens. A liberdade é central nos processos emancipatórios. Estamos falando da liberdade que se perde

¹ Para o solipsista, a realidade se resume à sua existência. Ele não estabelece uma relação entre suas experiências pessoais e o conhecimento objetivo que está além de si.

pela necessidade material, como querem os marxistas, porém, também, e não menos importante, falamos da liberdade para o pensamento crítico, da autonomia do pensar, muitas vezes cerceada por forças ideológicas. Isto nos tensiona a considerar a EP como uma pedagogia emancipadora que se autoelabora nas carências e nas resistências, “contra práticas culturais e educativas hegemônicas, tendo em vista a criação de uma nova ordem social, cultural, política e epistemológica” (STRECK *et al.*, 2014, p. 29), mas que também nos apresenta um projeto ideológico para a libertação do homem.

Por essa ideia transformadora da EP é que se estruturam os MSs. Segundo Viana (2016), os MS são precedidos por movimentos de grupos populares que se fundem a partir de determinada situação social; manifestam insatisfação social, geram pertencimento, finalidades e mobilizações. Ou seja, são movimentos que exteriorizam alguns tipos de carências ou expectativas, esperadas nas sociedades democráticas que tendem a negligenciar realidades populares, em especial aquelas que ficaram à margem de estruturas de conservação de poder, a partir da negação ou restrição de direitos.

Desse modo, os MSs se organizam em espaços de poder/saber, onde a liberdade e o controle configuram o seu cotidiano. Podemos exemplificar os espaços de convivência do MS com a setorização organizativa do Movimento Sem Terra (MST), que se inicia com a Comissão Frente de Massa, responsável pela entrada das pessoas no Movimento, e se desenvolve por núcleos específicos, conduzidos por representantes designados, tais como: Formação, Ocupação, Vigília, Jejum e Greve de Fome, Marchas, entre outros. Em todo este percurso, líderes conduzem e aferem a sintonia dos sujeitos nos estágios de organização e para os enfrentamentos².

Nesses Movimentos³, a busca por uma pedagogia própria pode se revelar como uma necessidade, o desejo por um gatilho que irá desencadear uma nova visão de mundo, uma condição *sine qua non* à passagem de uma “consciência ingênua” para um estágio reflexivo ou “consciência transitiva”, conforme classificada por Freire (1980). O educador pernambucano, em sua proposta de EP, fala da mudança para um novo patamar de consciência capaz de provocar uma abertura para o social, por uma postura reflexiva diante do mundo, distanciando-se da percepção mágica e se aproximando da visão crítica. São nessas ideias freirianas⁴ que assentamos o nosso pensamento sobre o cotidiano dos MSs como produtores de uma educação

² A estrutura organizativa do MST está disponível no site <https://mst.org.br/quem-somos/>;

³ Optamos por usar a grafia “Movimento” com a inicial em letra maiúscula, para as referências à organização de um MS, e assim diferenciá-la da expressão correspondente ao verbo “movimentar”.

⁴ Optamos por utilizar a construção “freiriano” em vez de “freireano”, posto que o antropônimo “Freire” finaliza com um “e” átono.

transformadora e progressista, porém com componentes contraditórios, como o exercício de controle sobre os sujeitos e o desejo de promover a autonomia.

Entendemos que a EP se apresenta como um caminho possível para o desenvolvimento de práticas que sejam capazes de uma transformação social e, ao mesmo tempo, para emancipação dos sujeitos. É compreendida como organizadora e norteadora das reivindicações presentes em grupos de excluídos, que devem se perceber como sujeitos da história e tornarem-se conscientes da capacidade de agir no mundo. Para além, por possibilitar ao sujeito a tomada de consciência da sua importância como agente da sociedade, ela busca contribuir para a construção de histórias coletivas.

Freire (1993) corrobora com as ideias de transformação social, emancipação e construção coletiva dos sujeitos, quando afirma que o homem não pode se libertar só, mas sim em comunhão. O pensamento freiriano nos lembra que é o processo educativo, e não o adestramento, que promove rupturas de estruturas de opressão e dominação, desde que relativize a educação tradicional enquanto instrumento honesto das relações humanas. Em síntese, consideramos que a liberdade ou autonomia de uma sociedade, classe ou país está vinculada ao “despertar” do sujeito, sobre o qual (e primeiro) se desenvolve a educação emancipadora. Para nós, a libertação se constitui como um fenômeno individual e subjetivo, onde, segundo Freire (1993), é preciso que o educador e educando se encontrem e se pronunciem conjuntamente, de forma equilibrada e em direção à liberdade mais ampla.

Pelo exposto, a articulação que se estabelece entre EP e MSs está fundada na ação coletiva de setores da sociedade ou organizações sociais para defesa das relações de classes e promoção de interesses comuns. Sobre muitos desses interesses coletivos incide a situação de carência, entendida por Gohn (1997) como um dos elementos da primeira fase estruturante de um MS. A “falta” se dissemina no tecido social e se torna conhecida a partir da manifestação dos sujeitos adultos, dotados de responsabilidade por suas escolhas e capazes de definir o seu caminho para a superação. Estas manifestações favorecem o encontro de semelhantes que irá progredir para a formação de grupos capazes de lutar por uma vida com menos privações e desigualdades.

A liberdade de escolha dos sujeitos nos conduz a uma visada existencialista, de onde podemos depreender que a carência constitui a existência dos sujeitos, que também acolhem outras carências, contradições, preconceitos e uma gama de elementos componentes do seu ser em permanente formação, nas suas interações cotidianas. É possível que a preemência de uma solução o impila à busca de soluções nos mecanismos acessíveis dentro de uma democracia, conduzindo-o, em muitos casos, a um MS. Assim, integrar um MS se apresenta como

alternativa, uma vez que a união das reivindicações dos excluídos confere expressividade a possíveis manifestações sociais que busquem a superação de uma dada dificuldade compartilhada (GOHN, 1997).

Lembramos que os MSs possuem muitas pautas, que não somente as dos excluídos⁵. Os sujeitos podem reivindicar a contituição de direitos, ou a conservação de uma ordem, sem, necessariamente, estarem em uma condição de dificuldade material ou de inferioridade na estrutura social. Nossas reflexões contemplam, entretanto, àqueles que se veem compelidos à uma união com semelhantes para a superação de carências, uma vez que esta condição pode se constituir em uma força de acomodação às regras de um grupo. Podemos nos referir aos contextos de carência como ordenadores sociais, tomando, por exemplo, os excluídos do campo, os que não têm onde morar, os que foram esquecidos pelas políticas públicas de assistência à saúde e à educação, entre outras formas de necessidades. Estes excluídos buscam a integração em movimentos populares de reivindicação que lhes disponibilizam o espaço público capaz acolher, a princípio, seus pensamentos e seus discursos.

A participação no novo grupo social, entretanto, parece não ocorrer em acoplamento imediato, uma vez que um desconhecido campo de possibilidades se apresenta para o sujeito necessitado. Ele, agora, precisa aderir a uma identidade produtora de novas subjetividades e ideologias que, possivelmente, são diferentes das suas, posto que de grupo. Nesse contexto, seus valores serão avaliados e sua fidelidade e disposição para a luta será testada. Cabe às lideranças, o trabalho de recepção e acompanhamento do novo integrante em uma estrutura politicamente organizada e voltada para a conscientização. Os dois polos, lideranças e liderados, terão que buscar a conciliação entre suas subjetividades e as suas finalidades. Assim, o cotidiano do MS se elabora na macropolítica, a partir dos ecos na sociedade e de influências externas que brotam do interesse que a organização desperta em grupos políticos tradicionais, e na micropolítica, nas relações intersubjetivas com outros carentes e com as lideranças, que representam o mais importante síndeto entre as ideologias consolidadas do grupo e as dos liderados. Às lideranças, cabe a interação constante, o “corpo-a-corpo”, o que lhe confere autoridade e poder de influência, fundamentais para a manutenção da identidade e da estrutura do grupo. Como consequência, podemos ter uma minoria de representantes no controle de um grande número de liderados, que nutre a esperança de receber o suporte pretensamente

⁵ Entendemos os MS como organização de sujeitos que tomam forma de ação coletiva, conservadora ou progressista, e que busca defender ou promover interesses ou objetivos. Para exemplificarmos a variedade dos MSs, podemos citar as manifestações populares do *Movimento Diretas Já*, e do *Movimento Caras Pintadas*, além dos movimentos de conotação classista *MST* e *MLM*, no Brasil. No México, temos os exemplos do *Movimento Antiespécismo*, o *Movimiento Feminista* e o *#YoSoy132*.

necessário para a superação de suas dificuldades. Além disso, serão orientados por uma pedagogia reestruturada na forma de uma EP, para o seu amadurecimento enquanto sujeito político e para o desenvolvimento de um pensamento crítico.

Sobre essas intersubjetividades presentes e necessárias ao funcionamento dos MSs, Leite e Dimenstein (2010, p. 273) explicam como sendo “um modo de produção subjetiva que visa a engendrar sujeitos consoantes como seu programa político-ideológico”. Na integração dos sujeitos aos grupos, instalam-se processos complexos de influência, resistência e adaptação. As novas relações impõem a necessidade de encurtamento da distância entre o “eu” e “os outros”, como forma de diminuir as tensões e estranhamentos, mas que também podem conduzir à reações e conformismos. Para Moscovici (2010, p. 210), “pessoas próximas umas das outras e pertencentes ao mesmo grupo, compartilham um plano comum e similar da realidade”. Logo, dentro dos MSs a similaridade está na carência, mas cada um dos seus integrantes enfrenta conflitos entre sua subjetividade e o que lhe é cobrado enquanto sujeito político e participante de um grupo social, no caminho de uma nova interpretação do real. Há, ainda, no leque infinito das acomodações possíveis ao grupo, a possibilidade de que alguns sujeitos possam se posicionar estrategicamente complacentes, buscando o benefício e camuflando o sacrifício e a acomodação. Todos, porém, serão afetados por forças homogeneizantes que procuram preservar a identidade do grupo.

São essas ideias que remetem à perspectiva progressista de entender a educação como instrumento de organização e participação popular nas relações democráticas, capaz de contribuir para a elaboração e ampliação de uma cultura política crítica. Segundo Catani, *et al.* (2001), a educação é responsável por ordenar a sociedade de forma a conduzir o povo às discussões em torno dos interesses universais dos cidadãos, em conselhos participativos, fóruns ou MSs. Os sujeitos passam a ter as percepções das questões sociais e pessoais marcadas por um universo comunicacional inerente ao processo educativo que o orienta, e que tende, por meio dos discursos políticos e das semioses neles contidas, cooptar um maior número de seguidores, a fim de fortalecer determinados grupos hegemônicos ou contra-hegemônicos.

Os pressupostos da EP são transversalizados por essas influências, nas dinâmicas e relações que se estabelecem entre os sujeitos e os diversos grupos que constituem os MSs. Por isso, algumas proposições são apresentadas como elementos fundantes desta tese e que apresentamos a seguir.

Se as relações entre os vários participantes dos MSs se revelam como estruturantes dos seus modos de pensar e agir, é possível supor que a mediação da EP possa aproximar valores distintos que constituem sujeitos e grupos, como os que operam entre intelectuais e os grupos

populares, o político e o povo, o “eu” e os “outros”. Esse avizinhamo é desejável, pois, como apontado por Moscovici (2010), há a necessidade de redução das “distâncias” ou minimização das diferenças para uma construção que resulte em uma mesma visão da realidade. Teoricamente, estamos idealizando a EP como a amálgama desses grupos e que ela poderá servir de apoio, tanto para a consecução dos objetivos da luta, quanto para o desenvolvimento de consciências críticas. A condução deste “despertar” é marcada pela ideologia progressista. Nessa suposição, porém, devemos incluir os conflitos que podem emergir dos sujeitos carentes, quando procuram se adaptar à organização, e, em outro viés, das lideranças, quando buscam a conservação da identidade e o fortalecimento ideológico, por meio de um controle sobre o grupo de sujeitos numericamente majoritários.

Considerando-se as lideranças exercerem a influência e a autoridade, sustentada por um discurso de controle sobre a maioria, então é possível que dessa relação possam emergir conflitos, inclusive “negando” os sujeitos, que tenderiam a “negociar” suas identidades e autonomia pelo entendimento de que a superação de suas carências dependa da adaptação ao grupo. Se isto ocorre, há um comprometimento da liberdade, um novo aprisionamento, um “efeito perverso”, que Boudon (1979) define como um subproduto indesejado que surge quando dois ou mais indivíduos perseguem algo em comum, de forma louvável. Em nossa conjectura, os envolvidos buscam minimizar desigualdades, mas com possibilidade de implicações negativas sobre a autonomia dos sujeitos.

Essa expectativa é uma preocupação legítima, destacada por Freire (1983, p. 42) ao enfatizar que “toda vez que se suprime a liberdade, fica ele (o homem) um ser meramente ajustado ou acomodado [...] sacrifica sua capacidade criadora”. A possibilidade de aprisionamento também nos leva ao pensamento de Lovisolo (1990), que entende a perda da criticidade como equivalente à desumanização (ou a animalização) e a impossibilidade do homem intervir no mundo. Em síntese, parece-nos que, nestas condições, há um desalinhamento entre o que se poderia esperar de uma pedagogia orientadora para a liberdade, inclusa em uma organização popular, e a realidade de controle dos sujeitos em nome de uma identidade de grupo ou de interesses paralelos.

Pelo exposto, é possível supor que exista uma disputa no campo das consciências dos sujeitos. Vejamos: enquanto os liderados buscam a superação de uma carência, uma ideia ou o atingimento de uma meta, as lideranças, para além dessa superação, perseguem o afloramento de “seres políticos” dentro de padrões ideológicos conservadores. No que se refere às relações de grupo, surge uma polarização, minorias e majorias, onde não há uma relação numérica necessária, mas sim de poder e influência. Essa dinâmica das relações divididas deveria

considerar a liberdade dos sujeitos em suas interações no espaço público e trazer para a figura da liderança, marcada pela autoridade, uma prática educativa alinhada com uma pedagogia que defenda a liberdade, o desafio de se manter crítica, flexível e receptiva.

Essas ideias teóricas sobre as relações entre integrantes de grupos populares e a importância das influências que se estabelecem entre lideranças e liderados dentro dos MSs podem ser sustentadas pelo pensamento de Moscovici (2010). Em suas análises sobre processos de influência social, este teórico enfatiza a necessidade da existência de um líder para conferir uma autoridade de grupo e o direito de guiar e guinar comportamentos dos indivíduos e subgrupos. Já para Lovisolo (1990, p. 148), nesse processo “não podem existir autoridades pessoais”, por pressupor uma inevitável relação de dominação. Ora, se para o primeiro pensador o poder da condução por meio da autoridade sobre grupo é uma condição inevitável, para o segundo, essa autoridade inafastável deve ser exercida através da perspectiva da impessoalidade das razões e dos fatos. O desafio que se apresenta à liderança é a de manter a autoridade, com respeito e honestidade crítica ante os fenômenos que se propõe a mediar.

Das relações de poder/saber internas que abordamos, passamos a considerar outro elemento relevante que se adere aos MSs: a militância política partidária. A aproximação entre os grupos populares que lutam por direitos sociais e o partidarismo político parece inevitável, uma vez que os representantes políticos veem as organizações populares como possíveis bandeiras de lutas para suas pautas de governo ou de partido. Além disso, o próprio grupo busca representantes importantes no cenário político, como forma de ampliar o alcance das suas reivindicações. Nesse sentido, a luta por direitos sociais dos MSs se mescla à partidarização política, abrindo para a possibilidade de condução dos sujeitos a uma adaptação ou silenciamento diante das expectativas de um projeto político partidário. Falando criticamente sobre esta relação, Martins (2000) destaca a ideologização e a partidarização do MST que converteu o Movimento em uma organização política com estrutura hierarquizada, departamentalizada e com funcionamento similar ao de um partido político.

Neste contexto, percebemos os MSs como a confluência de três grupos com lógicas próprias: carentes, lideranças e políticos progressistas. Esses grupos parecem interagir com propósitos distintos, mas com o fim comum de superar a opressão e tornar o mundo melhor. Vale salientar a complexidade destas relações, uma vez que os partidos políticos criam estratégias de aproximação e influência sobre os grupos populares, a partir da aproximação aos seus líderes, para o fortalecimento de sua representatividade. Nesse sentido, buscam apoio popular e se apresentam como aliados na luta por justiça social. Por outro lado, as lideranças dos MSs acolhem os discursos políticos que possam contribuir para que o clamor dos excluídos

saia da esfera privada do grupo e consiga abalar o instituído. Aos liderados cabe acolher as orientações estabelecidas e apoiar em massa os seus líderes, para que consigam superar a dificuldade.

Essas relações internas e externas que envolvem os MSs repercutem na EP, podendo agregar interesses diversos à pedagogia libertadora. Nesse sentido, com base numa ética universal humana, Freire (2000) ilumina nossas ideias, afirmando que é possível que elementos alheios às causas populares e originados de projetos políticos, “externos” aos MSs, sobreponham-se à busca de uma consciência crítica e libertadora. Esse abraçamento disruptivo decorreria da aproximação entre o educador popular àqueles que carregam a modulação de um discurso voltado, prioritariamente, para o fortalecimento de grupos políticos aliados e seus projetos, com lógicas diferentes daquela social de carências.

Nessa perspectiva, o discurso político partidário pode influenciar a comunicação circulante nos grupos de luta popular, a partir da seleção de informações por critérios de maior ou menor conveniência a um determinado projeto. De igual forma, elementos da linguagem podem ser trabalhados pelo *marketing* político, no sentido de criar incertezas ou imprecisões relativas a uma dada informação (falácias, *fakenews*, figuras de linguagem etc) que favoreçam interesses ocultos. Tais procedimentos parecem incompatíveis com as promessas de uma educação libertadora e os classificamos como fatores negativos externos aos MSs. Dessa forma, é possível que ocorra algum grau de “distorção conveniente”, não ética, a serviço de uma ideologia que, intencionalmente, é aplicada aos discursos, como artifício para manter uma aparente coerência na identidade do grupo, conformando os sujeitos e impedindo a inovação (MOSCOVICI, 2010).

Pelo viés da EP, estas reflexões nos conduzem a considerar a importância do pensamento crítico e emancipador na relação ética entre educadores populares e educandos. Trata-se de um alinhamento com Freire (2000b), que defende: “[...] não me cabe, numa perspectiva democrática, sub-reptícia ou não, tentar conduzir os educandos na direção dos meus sonhos políticos”. Mais precisamente, queremos dizer que, na condução das lutas populares, a proposta de transformar as consciências ingênuas em consciências transitivas pode fracassar, por conta de interferências que se originam nas intencionalidades de uma militância política partidária sobre os MSs. Isto decorreria da disputa que alicia minorias sociais e compromete a inovação promotora de transformações estruturais significativas na sociedade.

Propomos, assim, o modelo teórico ilustrado na figura 1 com os pressupostos que serão defendidos nesta tese. Os grupos sociais se apresentam distribuídos por diversos planos e recebem as influências que emanam dos discursos políticos. Procuramos representar, em planos

distintos, as lógicas política e social, ambas contidas no ambiente social de nossa análise. Os MSs se estruturam nos limites do político e social, e, assim como os demais, recebem as influências dos discursos que irão integrar as ações em EP. O nosso olhar se volta para a educação que absorve as semioses desta comunicação política que lhes chegam a partir de emissores e repetidores, capazes de formatar o pensamento social.

FIGURA 1 – ESQUEMATIZAÇÃO PARA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE INFLUÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS



Fonte: Elaboração do autor, (2021).

Com base no modelo apresentado, é possível pensar que as relações de influências que ocorrem entre a EP, o partidarismo político e um MS podem subverter a proposta de uma educação para a liberdade, tornando secundária a luta por direitos sociais e a emancipação dos sujeitos em benefício de um projeto de poder. Por conseguinte, é possível que dentro dos MSs surjam sujeitos adaptados que neguem valores constituintes de suas subjetividades, e não adaptados, que destoam da ideologia política do grupo e geram conflitos. Se isso ocorre, aqueles que se constituem como reagentes devem escolher entre simular uma adaptação e a recusa, entre o silêncio e o conflito, entre a conformação e a inovação ou, mais radicalmente, entre continuarem lutando por uma vida melhor ou renunciarem à esperança.

Essas ideias nos levam a perseguir, nos campos da Educação, da Comunicação Social e

da Psicologia Social, contribuições que possam subsidiar o entendimento aqui proposto. Nesse sentido, a partir de análises sobre o discurso de lideranças políticas e não políticas, ensejamos aprofundar algumas considerações sobre EP, bem como seus efeitos nos processos de desenvolvimento de um pensamento crítico que se espera estarem sendo estimulados em grupos de excluídos por educadores progressistas.

Nesta investigação, propomos um recorte capaz de revelar o fenômeno, tomando por base a possibilidade de haver intencionalidades subjacentes na elaboração (ou reelaboração) de representações sociais. Dentro de uma gama de possibilidades que poderíamos perseguir para as nossas análises, optamos por tentar identificar semioses sobre “ódio de classe” que favoreçam os interesses políticos e comprometam a criticidade dos sujeitos. Revelamos, assim, a nossa crença de que possa haver um trabalho calculado para elaboração de novas representações sobre “ódio”, o que aponta para a existência de um núcleo produtor-controlador e um campo de absorção-controlado. Este esquema possível assemelha-se a uma teia⁶ com infinitos nós, onde a política partidária estaria no centro e os integrantes (eleitores) dos MSs, na periferia.

Na tentativa de aprofundar a compreensão sobre o papel da EP nos MSs, buscamos responder a seguinte questão: Diante de uma dinâmica partidarizada dos MSs, como as relações entre lideranças e liderados, carregadas pelas influências e interesses ideológicos partidários, podem comprometer os objetivos de uma pedagogia libertadora, quando não balizadas pela ética?

Assim, considerando as recomendações de Larocca, Rosso e de Souza (1989), numa perspectiva valorativa que presume juízos e apreciações, elaboramos, como objetivo geral, analisar como as relações entre lideranças e liderados, carregadas pelas influências e interesses ideológicos partidários, e não balizadas pela ética, podem comprometer os objetivos de uma pedagogia libertadora. Como desdobramento, perseguimos um percurso avaliativo de análise crítica e de busca de contribuições, que, segundo Santos (1999), se organizam pelos estágios de análise, avaliação e síntese. Logo, os objetivos específicos são: 1) Analisar o discurso político de líderes influentes que alcança os MSs e se integram às práticas da EP e 2) Formular diretrizes que estimulem os debates acerca da importância do compromisso ético da EP para os MSs, enquanto minoria ativa.

Para além da interdisciplinaridade posta anteriormente, esta tese se insere na área de

⁶ A expressão “teia” aqui empregada não possui qualquer perspectiva teórico-conceitual. Dela tomamos emprestado apenas o seu caráter semiótico, como forma de melhor representar o sentido e significado que buscamos empregar.

Concentração da Educação e Contemporaneidade, consonante com o Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pois tem a finalidade de produzir conhecimento nos processos educativos que se instalam em grupos de excluídos, próprios de uma sociedade democrática capitalista. Adere-se à Linha 3, Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, quando busca conhecer a realidade dos MSs enquanto organização popular, a partir de influências socioeconômicas, políticas e educacionais.

Nossa investigação se ancora à Análise Crítica do Discurso (ACD) ao pretender buscar, no pensamento social de líderes políticos dos MSs, influências e conflitos que se relacionam com o compromisso ético entre educador e educando, como pistas que possibilitem formulação de diretrizes capazes de estimular os debates acerca da importância do compromisso ético da EP para os integrantes dos MSs. Além disso, apoiamos-nos nas ideias de Moscovici (2010), sobre a *Teoria das Minorias Ativas* (TMA) ao defender que as minorias, como indivíduos ou grupos, não são impotentes nem conformistas, mas sim indutoras de mudanças a partir da produção de conflitos.

Referenciada a essas ideias, a pesquisa é de abordagem teórica/exploratória, pois busca um rigor científico com vistas a tornar mais explícito o processo da construção e defesa dos pressupostos apresentados, como defende Soares, Pícolle, Casagrande (2018) e Gil (1996). Para tal, numa perspectiva metodológica, busca-se em toda a produção da mesma: clareza, pertinência e consecução dos objetivos; qualidade da redação e organização do texto: (ortografia, gramática, clareza, objetividade e estrutura formal); originalidade do trabalho e relevância do tema; qualidade da revisão de literatura; consistência teórica do trabalho; conclusões: fundamento, coerência e alcance; contribuição do trabalho para o conhecimento no tema de interesse e contribuição teórica imediata ou potencial.

Dentro dessa abordagem, a produção prescindiria de alguns elementos que tradicionalmente estão presentes em uma pesquisa empírica, como uma metodologia claramente delineada e a análise de dados e resultados. Porém, mesmo que esta forma de elaboração encontre respaldo no entendimento de alguns teóricos, como Bertero (2011) e Meneghetti (2011), que defendem não haver necessidade de comprovação empírica para esta modalidade de construção, buscamos na ACD os procedimentos que sustentassem nossas teorizações, a partir de conteúdos capturadas da rede mundial de computadores. Optamos, deste modo, por apontar um norte metodológico para alicerçar nossas ideias, já que consideramos que a teorização deva se basear em argumentos e contra-argumentos de autores que a antecederam, em uma construção dialética com ideias anteriormente postas sobre dados da realidade. Foi nesse sentido que tentamos estruturar nossas conjecturas, e procuramos conservar

a preocupação de manter a “[...] preservação da originalidade, o bom senso e autocontrole para não se deixar levar por motivos apaixonados e de caráter emocional.” (MICHEL, 2015).

Pelo exposto, para justificar a relevância deste trabalho, fizemos um estado da arte sobre as produções acadêmicas que se dedicaram a analisar as abordagens deste objeto de tese. Para tal, procedemos a uma seleção de trabalhos no *Portal de Periódicos CAPES/MEC*⁷, *Catálogo de Teses e Dissertações*⁸ e na *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*, BDTD⁹. Nesta pesquisa, procuramos levantar as produções que tivessem apresentado, simultaneamente, os descritores: *Pedagogia Libertadora*, *Movimentos Sociais* e *Discurso Crítico*. A escolha dos termos descritores considerou a importância de eles encerrarem, em seus respectivos significantes, os aspectos mais amplos da pesquisa, deixando para a fase de apreciação dos resultados, a identificação de pontos de contatos com a proposta desta tese.

Outros critérios que compuseram a investigação sobre produções anteriores foram: Idioma dos estudos: português ou espanhol; Critérios de Inclusão: tratem de Educação Popular e serem produções na área da Educação com, no máximo, cinco anos de publicadas; Critério de exclusão: não relacionar, no texto, aspectos da Educação Popular, dos Movimentos Sociais e do discurso.

A busca no Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) resultou em duas produções, intituladas: “O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire¹⁰” e o ensaio *Paulo Freire y los movimientos sociale: un analisis de la situación de Brasil*.¹¹ No que se refere ao primeiro trabalho, a leitura revelou um distanciamento entre os propósitos desta tese e o objeto de análise do artigo, posto que este trata de questões relativas à saúde pública, sem vínculo com as dinâmicas dos MSs. Referenciando-se em Paulo Freire, a análise que sustenta a escrita está voltada para os avanços de uma política neoliberal sobre as ações de Saúde Coletiva, tema não trabalhado por Freire, e procura dialogar com o autor a partir do conceito de vulnerabilidade e relações de opressão. O segundo trabalho está disponível na Scielo/Perú e foi escrito em espanhol por duas pesquisadoras brasileiras. A produção colabora com as discussões propostas nesta tese, posto que busca contribuir para a tarefa de “reinventar a pedagogia crítica” na

⁷ Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 13 de mar. 2020

⁸ Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 13 de mar. 2020

⁹ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 13 de mar. 2020

¹⁰ *O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000100177&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14 de mar. 2020

¹¹ *Paulo Freire y los movimientos sociale: un analisis de la situación de Brasil*. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1019-94032017000100003. Acesso em: 13 de mar. 2020;

construção dos MSs. Trata-se de um ensaio que apresenta reflexões sobre a dinâmica dos MSs na conjuntura brasileira, fornece uma historicidade de lutas e levanta temas recentes em torno da busca por justiça social e recuperação de uma “humanidade roubada” (STÊNICO e PAES, 2018, p. 48).

O *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES*, por sua vez, apresentou escassas produções para os descritores elencados. Nenhuma produção, na forma de tese ou dissertação, relacionou simultaneamente as três referências de busca. Foram encontradas cinco dissertações, anteriores à construção da Plataforma Sucupira, com pouca relação ao objeto desta tese e distante do período de tempo determinado para a procura.

Para a pesquisa no *Banco de Teses e Dissertações Digitais*, foi encontrada uma produção de 2017, que se situa na área das Ciências Sociais Aplicadas, pertencente à sub-área da Comunicação, intitulado: *Elos Teóricos-Metodológicos da Folkcomunicação: Retorno às Origens (1959-1967) São Bernardo*¹². Esta produção desenvolve uma pesquisa bibliográfica e documental, e busca um resgate conceitual e histórico de grupos produtores de Folkcomunicação da América Latina nos anos 1960. Após a leitura da produção, não foi possível encontrar pontos confluentes significativos que pudessem colaborar para o desenvolvimento das análises desta tese.

Desse modo, podemos afirmar que, entre os achados da pesquisa bibliográfica, estabelecemos alguns diálogos com as autoras Joselaine Andréia de Godoy Stênico e Marcela Soares Polato Paes, uma vez que o ensaio *Paulo Freire y los movimientos sociale: un analisis de la situacion de Brasil* apresenta o pensamento de Paulo Freire voltado para reflexões sobre os MSs no contexto da sociedade brasileira.

A raridade de publicações acadêmicas sobre formação do pensamento social e do discurso crítico nas dinâmicas dos MSs pode estar relacionada ao enfoque por nós proposto, já que, em certa medida, ele subverte as tendências tradicionais de considerações teóricas acerca da EP. A subversão que falamos consiste em analisar criticamente os discursos de sujeitos que se declaram progressistas, e que costumam criticar as influências do capital para a formação do homem emancipado. O que a revisão de literatura nos apresenta pode ser um sinal de que estes críticos, até agora, foram escassamente criticados. Assim, é possível dizer que este texto apresenta a originalidade e o ineditismo esperado para uma tese acadêmica, e, desejamos, possibilite novos debates sobre EP, influência social e pedagogia libertadora nos MSs. Desse

¹² *Elos teóricos-metodológicos da folkcomunicação: retorno às origens (1959-1967) São Bernardo*. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1670>. Acesso em 15 mar. 2020.

modo, as reflexões postas poderão contribuir para produções semelhantes, que tenham como meta aperfeiçoar a forma como ocorre a participação popular nos conflitos sociais, além de ajudar a pensar sobre os caminhos que levam à emancipação dos sujeitos por meio de processos educativos em bases progressistas.

Após a introdução, onde apresentamos os prolegômenos necessários à compreensão desta escrita, e considerando uma tese teórica com diversos eixos temáticos, optamos em segmentar esse trabalho em Tomos. O primeiro Tomo, **Vivências de uma trajetória: as lentes para construção de uma produção científica**, descreve o caminho profissional e acadêmico do autor, como forma de elucidar sua aproximação ao objeto dessa investigação. Assim, revela uma cronologia de sua prática profissional e acadêmica até o seu envolvimento com o Movimento de Luta por Moradia (MLM) e com a EP. Em seguida, apresenta as reflexões epistemológicas existencialistas sobre conceitos como: subjetividade, liberdade e educação, as quais auxiliarão o entendimento de como o doutorando enxerga os fenômenos sociais e sua relação com o objeto de estudo.

O segundo Tomo, **Educação Popular e Movimentos Sociais em cena: reflexões sobre o pensar e agir ético dos educadores**, apresenta uma breve historicidade da EP e dos MSs. Caracteriza o MLM como Minoria Ativa, no intuito de refletir sobre as implicações que um discurso crítico dissonante pode trazer para a aceitação social de uma luta contra desigualdades. Em seguida, tendo como referência os fundamentos da EP, analisa a importância da relação ética entre educadores e educandos.

O terceiro Tomo, **Política e emancipação: o pensamento social nos movimentos sociais**, coloca em relevo os elementos que apoiam a defesa da tese e aponta para características dos discursos presentes em processos educativos populares. Os símbolos, signos, figuras de linguagem e outros elementos da comunicação que são utilizados na EP, são evidenciados no sentido da preservação, ou não, da “ética maior”. Avizinhamo-nos da psicologia social, mais precisamente da psicologia política, como forma de entendermos os processos de formação cidadã e organização dentro dos MSs a partir das multifacetadas do discurso. Além disso, apoiados nas contribuições da TMA, fazemos uma análise dos aspectos desta relação, enquanto luta por conservação/ inovação entre maiorias e minorias ativas.

Dedicamos o quarto Tomo, **Trilhas Metodológicas: nas intencionalidades no discurso político**, à apresentação de nosso instrumento de investigação social, a ACD. Elencamos nossas opções metodológicas, iniciando pela caracterização da ACD como instrumento de investigação flexível, o que nos possibilitou propor uma variante das análises críticas clássicas. Revelamos as considerações que embasaram a escolha dos sujeitos, dos discursos e do ambiente de coleta

dos dados, e por fim, descrevemos a sequencia estrutural que Fairclough sugere para pesquisas em ciências humanas.

No quinto Tomo, **Análise, Interpretação e Disussão Crítica: A Educação Popular nas teias do discurso político**, procuramos atender aos objetivos específicos propostos, a partir da apresentação do que entendemos ser um exemplo contemporâneo do processo de influência, com vistas à mudança de representações produzidas na cadeia de discursos que se forma entre lideranças políticas, militância e MSs. Desse modo, analisamos o discurso político do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como interseção com manifestações de outros líderes influentes, que aportam nos MSs por meio das práticas de EP. Investigamos o aspecto semiótico para o significante “ódio de classe”, que nasce em referências diretas ou indiretas nestes discursos, e como este constitui um problema social quando ganha expressividade e dimensão no imaginário popular a serviço de uma conveniência partidária. Neste ponto da discussão, destacamos as implicações éticas da relação entre educadores e educandos e os comprometimentos da liberdade dos sujeitos e da luta por direitos a partir da distorção de conceitos caros à democracia, como liberdade, igualdade e justiça social.

Em **Considerações Finais**, último Tomo desta produção, fazemos um retorno sobre o estudo e lembramos as fases do processo de construção da pesquisa, ocasião em que autoavaliamos a nossa análise. Em seguida, introduzimos os limites e lacunas do estudo, bem como algumas sugestões para as futuras pesquisas que podem emergir após a sistematização das ideias. Como desdobramento, sugerimos possíveis caminhos para a compreensão e superação da problemática, na forma de diretrizes que possam estimular debates em torno do compromisso ético da EP para os MSs, enquanto minoria ativa.

TOMO I

VIVÊNCIAS DE UMA TRAJETÓRIA: AS LENTES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Descreve o meu caminho profissional e acadêmico¹³, como forma de elucidar minha aproximação ao objeto desta investigação. Assim, revela uma cronologia de minha prática profissional e acadêmica, até o meu envolvimento com o Movimento de Luta por Moradia (MLM) e com a EP. Em seguida, apresenta as reflexões epistemológicas existencialistas sobre conceitos como: subjetividade, liberdade e educação, os quais auxiliarão o entendimento de como enxergo os fenômenos sociais e os relativos ao objeto de estudo.

Conhecer minha trajetória e perspectiva filosófica auxilia a apreensão das escolhas epistemológicas e das lógicas de interpretação que coloco em minha escrita. O conteúdo deste Tomo tem, por propósito, revelar quais os principais acontecimentos que me aproximaram do objeto de estudo, e de que forma procuro compreender os sujeitos e os fenômenos sociais. Para isso, esta parte aponta em duas direções: um para a sequência de eventos ocorridos em minha trajetória profissional e acadêmica, que me posicionaram na dinâmica de um importante MS, e, em outro, para meu posicionamento filosófico diante das questões que pretendo abordar. Ambos os caminhos revelam experiências e reflexões importantes e que poderão se fazer notar em marcações ao longo do texto. Em seguida, apresento minha percepção de como o humanismo se posiciona na formação do sujeito social, nos grupos sociais e nas práticas da EP.

1.1 O ARQUITETO NO MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA

A estrutura de pensamento de um pesquisador se forma ao longo de sua trajetória de vida e é uma faceta revelada de sua subjetividade. Desse modo, buscar entendê-la é aproximar-se da operacionalização dos sentidos que este empresta aos fenômenos psicossociais, pois carregam os traços de sua constituição, enquanto sujeito. Trata-se de uma disputa entre o passado e o que se apresenta, entre o conhecido e o surpreendente, da qual emergirá o seu posicionamento frente aos incessantes desafios de viver. É a partir de elementos evidentes e tênues, com origem nas coisas já conhecidas, que acumula a sua bagagem de constructos, a qual

¹³ Este momento da escrita é apresentado com o verbo na primeira pessoa do singular, uma vez que se trata de questões referentes à vida pessoal e profissional do pesquisador. Nos demais Tomos, o texto se encontra na primeira pessoa do plural, pelo entendimento que a tese não é uma construção solitária, mas fruto de uma dialética complexa que envolve vários atores.

lhe permitirá analisar e teorizar sobre o novo, a partir dos conceitos que escolher. Parto deste entendimento para apresentar o percurso que me constitui.

O meu encontro com as lutas sociais ocorreu como consequência do exercício profissional enquanto arquiteto e urbanista. Em janeiro de 2010, fui convidado por uma entidade, a Associação de Trabalhadores Desempregados Sem Teto de Salvador (ATDSTS), para desenvolver projetos de conjuntos habitacionais populares voltados para famílias de baixa renda, de acordo com as diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E). Para este fim, tive que conhecer as particularidades da linha “E”¹⁴ de financiamento, que traz condicionantes para que entidades, como o MLM, tornem-se protagonistas de todo o processo de produção das Unidades Habitacionais (UH), desde a identificação do terreno, passando pela elaboração dos projetos, contratação de construtoras, cadastro de beneficiários e entrega de unidades, até o acompanhamento das famílias na organização do novo espaço social.

Tendo experiência com obras públicas, passei a interagir junto ao MS com o objetivo de melhor desenvolver os projetos arquitetônicos e urbanísticos dos conjuntos residenciais populares. Os trâmites iam da aprovação na instituição financeira, que era quem definia os critérios e expedição dos atos necessários à operacionalização do programa habitacional, até o resultado da análise e aprovação do projeto pelo Ministério das Cidades. Esta interação com atores de grupos diferentes me possibilitou uma experiência muito diferente da prática profissional que eu vinha desenvolvendo até então.

Preocupava-me o desconhecimento técnico dos líderes da ATDSTS, que então passavam à condição de possíveis responsáveis pela cogestão de grandes empreendimentos. A complexidade e o porte dos empreendimentos exigiram um importante corpo de especialistas ou recursos financeiros para a contratação destes profissionais, ambos inexistentes na associação. Ressalto que a proposta da gestão compartilhada de um programa habitacional popular era inovadora para a relação Movimento Social/Governo Federal, e foi idealizada como tentativa de se ampliar a participação da população carente no acompanhamento dos seus próprios empreendimentos junto ao Ministério das Cidades (MC) e à Caixa Econômica Federal (CEF). Porém, na prática, o apoio governamental para a capacitação das entidades envolvidas, visando habilitá-las para a tarefa complexa de administrar tais empreendimentos habitacionais populares, nunca existiu. Em outras palavras,

¹⁴ PMCMV-E é o acrônimo para Programa Minha Casa Minha Vida Entidade e representou o maior projeto habitacional proposto pelo governo de Partido dos Trabalhadores, o PT, que comandou o executivo federal entre os anos de 2003 e 2016.

não foi dado o devido suporte técnico nem financeiro para que estas etapas fossem, de fato, desenvolvidas e acompanhadas, o que favorecia, por outro lado, a aprovação de projetos e liberação de recursos para construtoras e entidades tradicionais, com muito capital, experiência e influência no cenário político, como MRV, Tenda e Odebrecht¹⁵.

A busca para esclarecer as questões técnicas e compreender as condicionantes sociais que se me apresentavam durante o desenvolvimento do projeto, resultou em uma interação mais intensa com as lideranças dos Sem-teto. Estas, por sua vez, solicitavam-me que desenvolvesse, voluntariamente, os trabalhos de orientação e esclarecimentos aos associados da ATDSTS. De 2010 a 2015, participei de palestras e encontros com os beneficiários, contemplados ou não, pelo programa habitacional, bem como realizei visitas em várias ocupações da cidade, como a da TOSTER¹⁶, do Atlantic Beach¹⁷ e do Trobogy¹⁸. O objetivo principal destes encontros era orientar os associados sobre variados aspectos dos regulamentos oficiais do PMCMV-E e apresentar as características construtivas dos empreendimentos, mas que terminavam por envolver assuntos inerentes à luta por moradia, como manifestações políticas partidárias, regras de convivência dos espaços ocupados, reivindicações de infraestruturas no entorno das moradias, entre outras. Sem que eu percebesse de imediato, passava a desenvolver ações em EP dentro de um MS, uma vez que refletíamos criticamente com os associados acerca dos fatores econômicos e sociais que levam a precarização das moradias, a periferização ou falta de infraestrutura urbana para a moradia dos mais pobres. Paulatinamente, fui despertado para o significado social do meu protagonismo.

Neste mesmo período, atuei como mediador entre construtoras, o MS e o Governo Federal, participando de reuniões com técnicos da Caixa Econômica Federal (CEF) e da Secretaria das Relações Institucionais do Governo do Estado da Bahia (SERIN). Nesse sentido, desenvolvi projetos arquitetônicos e urbanísticos e realizei o acompanhamento necessário à formalização de duas propostas de empreendimentos que atendessem às exigências do programa. A interação com os integrantes da associação dos Sem-teto, com técnicos e com políticos me conduziu à percepção de que havia um descompasso entre os discursos de agentes do Governo e os avanços reais dos projetos desenvolvidos para ATDSTS. Isto se evidenciava nas informações imprecisas e nas promessas de assistência que não se

¹⁵ Na Bahia, a Construtora Odebrecht foi responsável pela construção do maior complexo habitacional do PMCMV, o Residencial Bosque das Bromélias;

¹⁶ Localizada no bairro Baixa do Bomfim, Salvador, Bahia;

¹⁷ Localizada no bairro STIEP, Salvador, Bahia. Contribuí para esta ocupação a partir da investigação sobre a situação legal da obra em aparente condição de abandono e se tornou moradia para mais de 50 famílias;

¹⁸ Localizada no bairro Trobogy, Salvador, Bahia.

concretizavam, mas que eram lavadas pelas lideranças ao conhecimento dos integrantes da associação e alimentavam a esperança de conquista da moradia. Sucessivos desapontamentos me levaram a pensar na relação entre a política partidária e o MS, bem como sobre a forma de comunicação envolvida nas transações constantes.

Em 2015 iniciei o Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Minha proposta foi o resultado da convivência com os Sem-teto e das distorções que chegaram ao meu olhar para a realidade deste grupo de excluídos, ocasião em que pesquisei a Educação Popular que se desenvolve dentro do MLM. Neste mesmo ano, passei a integrar o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade (GIPRES), onde aprofundei estudos sobre a Teoria e Método das Representações Sociais (TMRS), de Moscovici (1961), e as suas possibilidades de contribuições para a educação, além de debates sobre práticas educativas não formais e conceitos como emancipação, pensamento crítico e educação libertadora. Busquei ampliar estudos teóricos em torno da obra de autores como Freire (1993, 1997, 2000), Gohn (1997), Gadotti (2007) entre outros.

O conjunto de interações acima apresentado me permitiu, como pesquisador, aguçar o olhar sobre as diversas formas de discursos que se estabelecem entre o MLM e as partes envolvidas no PMCMV-E. Evidenciava-me a luta de uma minoria carente em meio a relações de interesses, controle e poder. Conhecer este universo me estimulou a pesquisar mais sobre como a EP se desenvolve no MS e quais as suas implicações para a constituição de uma consciência crítica a partir da interação com Governos e com representantes políticos. Questionava-me sobre as possíveis interferências que os interesses políticos poderiam provocar nos processos educativos que estruturam a pedagogia libertadora dentro dos MSs. Para além dessas inquietações, outras se me apresentavam: uma vez que o objeto da luta desse MS é a moradia, e se é em torno dessa causa habitacional que é trabalhada a consciência do povo, de que forma os discursos que levam às decisões macropolíticas e micropolíticas são elaborados e processados intragrupos e intergrupos? Mais ainda: como estas relações discursivas contribuem para estimular o pensamento crítico sobre uma realidade de exclusão e as causas da opressão? Isto por que me acenava a possibilidade de uma condução de práticas e pensamentos desses grupos sociais, originadas na produção de representações sociais que pareciam mais favorecerem os grupos políticos do que as causas sociais. Em outras palavras, despertou-me o desejo de investigar como a EP nos MSs se apresenta como estímulo ao pensamento crítico, instrumento de luta por mudança social, diante dos meandros necessários à consecução dos objetivos de seus integrantes, quando incorporados valores políticos

partidários. Importa-me saber se a autoelaboração da EP, ao mesclar seus objetivos originais a uma ideologia política, é capaz de condicionar o pensar e agir de uma minoria de desfavorecidos.

O aprofundamento da interação com lideranças, liderados, agentes públicos e políticos, possibilitada pela pesquisa de mestrado, evidenciou-me a forma com que as informações circulam dentro do Movimento. Em toda a organização do Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS), eu percebia um forte aporte de dois componentes fundamentais: a EP, enquanto instrumento de educação, espontânea e mais ou menos organizada, para fins de uma identidade de militância, e a influência política partidária que, ao mesmo tempo em que disponibiliza informações a serem trabalhadas pela EP, busca apoio para formação e ampliação das bases eleitorais de representantes destas minorias.

Nesse contexto, pareceu-me existir um campo de disputa de consciências que tenta conciliar a necessidade de representatividade democrática das minorias com a proposta freiriana para uma pedagogia libertadora capaz de constituir processos educativos com contribuição à formação de sujeitos críticos e livres. Esta disputa, aparentemente, apresentava-se com alicerces em terrenos distintos: por um lado, na lógica política, elaborada por militantes que buscam a sustentação de apoio popular pelo voto, de forma a garantir sua representatividade democrática e, por outro, na lógica social, baseada no somatório das carências de inúmeros sujeitos, que vão se moldando pela esperança de encontrar, em representantes políticos, a melhor possibilidade de eliminarem suas dificuldades no mundo.

Em 2018 pleiteei, e fui aprovado, o curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, PPGEduc, da UNEB, abrindo para a possibilidade de uma imersão teórica e metodológica voltada para a pesquisa que eu desejava realizar. Em 2020, participei da criação da Rede Latino-Americana de Pesquisa em Educação do Campo, da Cidade e Movimentos Sociais, REDEPEC-MS, evento que provocou uma maior aproximação entre o GIPRES e as pesquisas desenvolvidas na Argentina, Colômbia, México e Venezuela. Desta interação, surgiu a possibilidade de ampliar a minha investigação pelo contacto com outra realidade da América Latina, aproveitada em 2021, na minha aprovação no processo de seleção para bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), ofertado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem por objetivo estimular a realização de pesquisas em áreas do conhecimento ainda incipientes no Brasil. A oportunidade possibilitou uma rica interação com integrantes do grupo de pesquisa da Profa. Dra. Martha Lilia de Alba González, que integra o Departamento de Psicologia Social da Universidade Autónoma Metropolitana, Unidade Iztapalapa, (UAM-I),

além da participação em eventos promovidos por aquele Departamento.

Como decorrência dos relatos acima, busquei me aprofundar no estudo da TMRS, bem como da TMA e da ACD, entre outras considerações de ordem teóricas, como forma de tentar responder as questões levantadas. Estes componentes formam o suporte teórico inicial sobre o qual procurei aplicar as experiências descritas para sustentar a proposição de tese que aqui apresento.

1.2 CONTRIBUIÇÕES DO EXISTENCIALISMO PARA UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

As informações de minha trajetória apresentadas servem para revelar como o envolvimento com um MS me conduziu às inquietações que resultaram nesta escrita. Parece-me ter igual relevância, para uma melhor compreensão das opções feitas na estruturação das reflexões que proponho, que eu também exponha minhas “lentes” utilizadas para “olhar para o mundo”. Desse modo, poderei mostrar quais as “ferramentas” me auxiliaram enxergar a problemática e que me serviram de apoio na defesa da tese. Para isso, farei um breve relato sobre o encontro do meu “eu-filosófico” com o existencialismo Sartriano, ocorrido paralelamente às outras incorporações epistemológicas.

Por esta exposição, espero que o leitor perceba de que forma compreendo a formação do sujeito social e de como a subjetividade é constituída. Referencio-me, basicamente, a algumas obras de Sartre (1968, 1987, 1997, 2014), que sustentam a sua versão para o existencialismo, e estabeleço paralelos com Freire, mas sem a pretensão de me aprofundar em conceitos, uma vez que não é este o propósito desta escrita.

Não se trata, entretanto, de uma apropriação da ótica existencialista para o desenvolvimento de considerações teóricas, e sim de um encontro entre minha percepção do mundo com teorias filosóficas já elaboradas, que agora tenho oportunidade de articular com minhas experiências no mundo. Com isso quero dizer que não me tornei existencialista ao ler Sartre, mas descobri que minha percepção dos fenômenos aqui analisados apresentam características de sua filosofia. Assim, em muitos momentos o leitor identificará o meu pensamento se sobrepondo aos pensamentos contidos nessa corrente. Não me defino como sartriano, nem acredito ser apropriada uma autorrotulação filosófica, mas não nego o conforto que as ideias deste filósofo contemporâneo me proporcionam por ter tão bem elaborado conceitos e pensamento que habitam em mim. Em resumo, entendo que revelar esta faceta de meu universo cognitivo possa conferir compreensão e coerência às ideias defendidas.

1.2.1 Educação Popular e Movimentos Sociais como práticas humanistas

Da minha relação profissional com as lideranças políticas, militância e associados de um MS, brotaram algumas questões acerca da formação do sujeito excluído e seu percurso rumo à liberdade. Interessava-me, sobretudo, compreender de que forma a pedagogia libertadora de Freire se manifestava na dinâmica dos grupos, e se, de fato, o sujeito se “desencantaria” em sua relação com o mundo, a partir de sua participação em grupos de resistência e de reivindicação. A obra de Freire apresenta um estudo do homem que, dotado de potencial para autonomia, deve se entender como responsável pelo seu destino. Freire (1980) vê o homem como projeto e, assim como Sartre (2014), responsável por suas escolhas. O educador propõe que a educação seja ativa e transformadora, mas cuidando da autonomia e liberdade que, em Sartre (1997, p. 540), encontra eco na afirmação: “a condição indispensável e fundamental de toda ação é a liberdade do ser atuante”. Percebi que muitos dos elementos da educação progressista propostos por Freire, as que tratam da formação do sujeito moral a partir de sua autonomia, estão no existencialismo de Sartre, tais como a ética, a liberdade, a responsabilidade e a capacidade de escolha. Por essas observações, Sartre está na pedagogia libertadora, do mesmo modo que a pedagogia libertadora revela traços do existencialismo.

Tomando como base esta percepção, entendo que o cerne atrator das considerações a serem propostas nesta tese é o binômio emancipação/liberdade. Estes significantes podem apresentar múltiplos sentidos e carecem de uma delimitação. Além do mais, aparecem muitas vezes utilizados, intencionalmente ou por descuido, nublados. Preciso clareá-los, antes. A emancipação que é falada por Freire se relaciona à liberdade de Sartre na medida em que se configura por estágios do desenvolvimento humano, alcançados a partir do pensar a existência. É no decorrer de sua própria existência que o homem irá construir o seu ser, a partir de sua conduta e ações. Nesta perspectiva existencialista, a realidade humana é a própria liberdade: em outras palavras, subjetividade é liberdade; não como definição, mas como possibilidade de escolha do vir a ser. Diante do mundo, ele será aquilo que escolher fazer de si mesmo, sendo responsável por suas decisões. Em Sartre (2014), a condenação do homem à liberdade encontra a sua “contrapartida” na responsabilidade. O homem é responsável pelas escolhas que faz, porém se a liberdade não for total, não há que se falar que o homem é totalmente responsável por seus atos. Para que fique claro, retomo uma consideração do início a respeito de quem seria o objeto da emancipação e da liberdade que trato aqui. Posiciono-me no entendimento de que o “despertar” dos sujeitos antecede ao das classes, uma vez que estas respresentam a síntese daqueles. As transformações sociais dependem desta sequência, mas,

neste estudo, me dedicarei mais ao primeiro estágio sem desprezar o segundo.

Nos MSs, vários campos ideológicos (intelectuais, políticos, voluntários etc) disputam as consciências de sujeitos carentes¹⁹, sendo que cada um desses entes pode se constituir em bases éticas distintas. As instâncias éticas constitutivas desta disputa se apresentam como limitantes das escolhas dos sujeitos ao mesmo tempo em que reduzem as responsabilidades dos agentes. Há, posso dizer, uma incessante relação entre as subjetividades dentro dos grupos: no político, está a militância para a defesa de uma ideologia que sustenta o desejo de elaborar normas sociais e conduzir a vida dos sujeitos; os intelectuais buscam trazer suas contribuições a partir de bases acadêmicas, teóricas ou práticas; os voluntários buscam a redução da desigualdade social de grupos, por suas doações altruístas etc. Quanto aos sujeitos carentes, que formam a maioria numérica, trazem para um MS a heterogeneidade de suas formações subjetivas e compartilham, entre si, a esperança de superação de uma dificuldade material e expectativas por melhores horizontes. Muitos destes, constituíram-se por caminhos de exclusão de direitos resultante da acumulação do capital, da corrupção ou da impunidade, em graus e combinações variadas.

É a partir dessas intersubjetividades que a EP se apresenta como proposta para uma pedagogia que considera a necessidade da relação entre educador e educando ser balizada em princípios e valores orientadores para a liberdade e esclarecimento. Lovisolo (1990, p. 41) fala “da escolha e da responsabilidade” e de “criar relações livres, ao invés daquelas dominadas pelo preconceito, a autoridade, a tradição”. Entretanto, para alguns teóricos esta relação não possui pureza, pois é nela que surge, simultaneamente, a promessa de “liberdade” e a possibilidade paradoxal de submissão, como condição inarredável para a supressão da carência. Percebo isto em Costa (1984, p. 12), pelo seu entendimento de que:

[...] as lutas das classes dominadas não são isentas de ambiguidades [...], assumem dentro de si relações de poderes dominadoras [...], muitas vezes são minorias que decidem e tomam iniciativas das coisas e procuram impor aos demais suas ideias e decisões.

Então, é possível que, em certos momentos, os fundamentos éticos ressignifiquem o conceito de liberdade e, neste caso, o que é ofertado como caminho emancipador pode se tornar uma nova estratégia para dominação. Isto sustentaria o entendimento que, diante da autonomia interna das camadas populares, as relações entre os membros podem seguir o

¹⁹ Não tratamos aqui de uma carência específica, nem necessariamente material. Mas usamos este termo, *carência*, para nos referir à exclusão de direitos, negação de acesso a bens materiais ou imateriais, ou mesmo ausência de amparo legal, em benefício de quem está no poder.

caminho inverso ao da emancipação. Para Freire (1970), na prática da orientação há sempre a possibilidade de uma identificação com o opressor, que perpetuaria o mecanismo de dominação e impossibilitaria a liberdade. Todas estas possibilidades de desvios apontam para uma relação que é mediada por ideologias em conflito, como disse, a disputarem as consciências dos sujeitos.

Estudos que versam sobre ideologia e liberdade consideram teóricos históricos como Marx (1978), Marx e Engels (2007), Gramsci (2004) e Althusser (2010) para uma análise primordialmente classista desta relação. Alguns outros se apoiam em filósofos como Nietzsche (2007), Deleuze e Guattari (1996), Foucault (1982) e Sartre (1997), para analisarem os processos de formação da subjetividade em meio às influências sociais e suas contribuições. Algumas das produções desses teóricos serão acolhidas no sentido de tentar verificar se a prática da EP, como proposta emancipadora dentro dos MSs, é uma preocupação autêntica, ou se a liberdade, habitualmente prometida, impregna-se, em algum grau, por distorções a serviço de ideologias com vistas à manutenção ou construção de formas de poder, secundarizando os sujeitos e os objetivos dos grupos de excluídos. Se isto ocorre, é possível que conflitos de interesses possuam influência negativa sobre a construção do sujeito, enquanto ator social crítico. Para Gallo (1999, p. 189), por exemplo, os processos educativos “podem estar voltados para uma subjetivação que territorializa os indivíduos num determinado panorama ideológico, mas também podem ser a base de uma singularização, a partir da qual cada indivíduo pode construir-se livremente”. Este é o desafio. Em outras palavras, parece haver uma inconciliação quando a EP atua para territorializar o indivíduo ideologicamente e situá-lo politicamente no coletivo, ao mesmo tempo em que promete uma práxis voltada para o estímulo de uma consciência liberta, singular e transitiva, nos termos freirianos.

Outra possibilidade a ser considerada é que esta situação possa se apresentar como inescapável ao sujeito carente, que, na busca para a solução dos seus problemas, é recepcionado por uma série de informações com as quais terá que lidar no exercício de sua liberdade. Há, por exemplo, novas representações sociais que se originam nos discursos de lideranças e que servirão a funções diversas, como as esquematizadas por Abric (1998): função de saber, função identitária, função de orientação e função justificadora. Ou seja, a liberdade será limitada e possibilitada pelo meio que o rodeia, permeada de novas representações e, sobretudo, conduzida por terceiros que assumem a responsabilidade de formatarem ou revelarem os novos significados para a realidade daqueles que lhes depositam confiança. Desse modo, o sujeito e os grupos seguirão se constituindo em um processo histórico de conflitos, por influências múltiplas.

1.2.2 O Sujeito social a partir do Existencialismo

As ideias acima conduzem o pensamento sobre a construção do sujeito social, e me levam ao encontro das colaborações do Existencialismo, conforme proposto por Sartre (2014). Estas contribuições podem favorecer as análises desta pesquisa, na medida em que procuram ilustrar a formação da subjetividade do homem e o “tornar-se consciente”. Tratarei de empreender uma busca pelo entendimento sobre como emergem elementos importantes que formam o arcabouço de significações atribuídas aos fenômenos sociais, a ponto de conduzirem indivíduos à aderência a uma ideologia e a conformação ou conflito, dentro de um grupo de carentes. Entendo que há no Existencialismo algumas pistas que podem auxiliar uma maior compreensão da realidade que envolve estes sujeitos carentes/educandos e os partícipes de processos educativos progressistas, ditos emancipadores.

Se Sartre (2014) desenvolveu uma filosofia da liberdade, então é possível um exercício teórico que parta de suas considerações para analisar uma prática pedagógica libertadora. Antes, porém, preciso apontar os aspectos de sua filosofia que serão emprestados para este paralelo. Inicialmente trago elementos caracterizadores da liberdade, da consciência e da singularização, e, em um segundo instante, busco analisar a presença de tais elementos em processos de EP, enquanto prática transformadora.

Para Sartre (1997), a subjetividade é uma estrutura vazia em busca de elementos do mundo para preenchê-la. O homem, forçosamente, está condenado a tornar-se consciente, resultado da construção de sua subjetividade. Nos espasmos da conscientização, ele incorpora, à subjetividade, os elementos que o cenário do mundo lhe disponibiliza como opções. Na referência original, “o homem está condenado a ser livre” (SARTRE, 1997, p. 543), já que lhe cabe a escolha dos significados e sentidos necessários à sua existência. Então, abre-se um universo de possibilidades, e é apenas pelas escolhas que ele se constrói, “torna-se”. Não é possível uma consciência sem uma subjetividade, e a linguagem, que circula nos grupos dos quais faz parte e em suas relações intersubjetivas, é mediadora desta construção.

No círculo familiar (ou outro ambiente mais tenro), os primeiros signos e rituais lhe serão apresentados e disponibilizados para a inexorável subjetivação. O choro do recém-nascido é seguido pelo acolhimento da mãe após o parto, e este gesto, como linguagem, carrega sentidos não alcançados por qualquer abstração elaborada por outrem. Isto porque os sentidos que nascem da linguagem a ela transcendem e estarão difusos e disponíveis apenas no universo subjetivo do ser que a experiencia. A ele é dado o universo mágico da descoberta

do corpóreo e do metafísico, das coisas antes das codificações, mas também, a condenação à angústia de estar livre na construção do seu ser. Ao longo da sua presença no mundo, esta condição se amálgama à sua existência e o mal-estar de decidir o acompanha até o fim. Portanto, o ser tem, na ação, as infinitas possibilidades de autoconstrução. Na elaboração de si mesmo, o homem se marca pelas memórias e emoções vinculadas aos sinais da sua vida. É um processo reflexivo, no qual a apreensão das linguagens serve como estratégia para atenuação das angústias abertas pelas possibilidades de agir. A encruzilhada que se apresenta é a seguinte: quanto a linguagem, por si só, possibilita uma ação livre? Por enquanto, deterei-me no entendimento da importância que a linguagem tem nos processos de influência e na construção da subjetividade, mas retornarei a este ponto quando analisar os discursos que podem estar a serviço do “aprisionamento” dos sujeitos.

O indivíduo é levado a se construir por influências, e estes impulsos encontram amparo e reforço, posteriormente, nas dinâmicas sociais. Sartre (1968, p. 35) fala de “situação”, para definir as condições histórias pré-definidas em que o homem se elabora em um processo dialético. O que se apresenta ao homem é por ele dotado de sentidos. Para Sartre (1968, p. 35):

[...] o homem se define, antes de tudo, como um ser em situação: isso significa que constitui um todo sintético com sua situação biológica, econômica, política, cultural, etc. Não é possível distingui-lo dessa situação, pois ela o forma e decide as suas possibilidades, mas inversamente, é ele que lhe atribui o sentido escolhendo-se em e por ela. Estar em situação significa escolher-se em situação e os homens diferem entre si como diferem suas respectivas situações e também conforme a escolha que efetuam de sua própria pessoa. (sic)

Se o homem em situação já recebe prontos os valores e processos para a manutenção de padrões que escolhe, então estes irão interferir na autonomia de se construir. Paulatinamente, forma-se e se fortalece um sistema com gravidade dividida entre a angústia do ser e a conservação dos valores, a trocarem energia na manutenção de um movimento *ad infinitum*. É na relação indivíduo-sociedade, formatada pelo contexto histórico, que opera um desigual embate, já que o indivíduo chega vulnerável ao mundo e segue rumo a cooptação pela sociedade, aparelhada, testada e consagrada. Esta subjugação é favorecida pelas convenientes respostas aos mistérios da existência, dadas pela família, escolas, amigos, igreja etc, que passam a ser assimiladas como tábuas de salvação na travessia pelo “mar das angústias”.

À águia, foi atribuída a educação de Zeus²⁰, trazendo-lhe as coisas do mundo após ser

²⁰ Deus na mitologia grega, Zeus foi criado no bosque de Creta, sendo alimentado com mel e leite de cabra após

salvo do canibalismo de Cronos²¹, seu pai. Nessa representação mitológica, a primeira possibilidade de educar surge do engodo maternal que possibilitou ao filho sobrevivente conhecer as coisas mundanas para que, assim, ele pudesse “ser”. A referência nos remete ao ambiente familiar, onde são elaboradas e aplicadas estratégias de forma que a existência do chegante ao mundo possa estar garantida e ser equilibradamente compartilhada; primeiro entre os seus membros e, depois, fora dela. Para Zeus, a águia é sua preceptora e responsável por sua formação social inicial. Esta ilustração parece nos conduzir à entrada para a aprendizagem do ser político, que é, ao mesmo tempo, livre para se construir e conduzido nesta construção.

No processo de educar, os códigos de linguagem apresentados ao novato carregam possibilidades que serão testadas até que as respostas estejam enquadradas como satisfatórias. No domínio da linguagem, os papéis sociais serão apresentados como integrantes do universo de possibilidades e, em alguns casos, imperará a preferência do educador na valorização desta ou daquela possibilidade, preparando o indivíduo para o fenômeno da “má-fé” (SARTRE, 1997). A subjetivação no social, se vazia de significações e despreparada para a autonomia, fica exposta às possibilidades pré-determinadas de papéis sociais, mas também aos agentes sociais, integrantes da máquina de produção. A educação é um exemplo: trata-se de um importante motor de retroalimentação de valores sociais, uma estrutura conservadora que reduz a angústia da responsabilidade por escolhas, mas que cobra tributo ao limitar a liberdade de se autoconstruir.

Os educadores podem ser o resultado inacabado do mesmo processo de construção subjetiva, e, por assim não se perceberem, são inconscientes de seu estado de “má-fé”. Incapazes de buscarem e/ou promoverem a singularização, seguem acreditando serem livres e que suas escolhas foram resultado do exercício desta liberdade diante do que mais lhes era interessante. Em verdade, é o sistema de valores dominante que irá produzir as possibilidades e ofertá-las àqueles ingênuos e angustiados por um sentido de ser, dentro dos parâmetros mais seguros para a manutenção da máquina. Assim, o “eu sou” torna-se consciência do que “sou”, em bases conservadoras. Os educadores se moldam aos valores e ideologias que procurarão conservar e reproduzir aos educandos, a menos que tomem o caminho radical de pensar criticamente.

ser salvo por sua mãe, Gaia, de ser devorado por seu pai Cronos. É considerado o Deus dos Deuses. Deus do céu e das tempestades. Para os gregos da antiguidade, Zeus era o deus dos deuses, ocupando a posição de líder de todos os demais deuses existentes no Olimpo. Os poderes de Zeus estariam associados à ordem e à justiça. Fonte: <https://www.mitologiaonline.com/mitologia-grega/deuses/>. Acesso em: 25 jun. 2019;

²¹ Assim que seus filhos saem do ventre da mãe Gaia, são devorados por Cronos que teme perder seu trono para algum deles. Cronos é associado ao tempo e considerado o devorador do destino. Fonte: <https://www.mitologiaanalitica.com.br/single-post/2018/02/28/Deus-Cronos>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Por outro lado, a “má-fé” faz parte do processo irremovível de constituição do ser, que, sendo livre, sempre terá a opção de se singularizar (SARTRE, 1997). Se, no exercício da liberdade, as possibilidades já estão postas por um ambiente social que busca conservar valores, estruturas, códigos etc, não se poderá falar em tentativa de desenvolvimento da autonomia sem conflitos ou mesmo dominação. Em outras palavras, a liberdade não depende apenas de fatores externos, mas também, e, sobretudo, da capacidade dos sujeitos de compreenderem as coisas do mundo, de desvendarem seus códigos, de perceberem as sutilezas da linguagem e seu potencial de influência. Somente em um movimento radical de autolibertação, com abalos e angústias, tornam-se capazes de fazer escolhas conscientes e se emanciparem. Se o educador não atua como facilitador do homem nesta caminhada rumo à libertação, a ele só resta ocupar uma posição que mais se assemelha a de um bom carcereiro. Tratarei melhor desta relação na próxima seção deste Tomo inicial.

Singularizar-se exige operar no mesmo ambiente de produção de “má-fé”, nas relações com os outros, em situação, e com os mesmos recursos disponíveis. A nova postura radical resgata a angústia frente ao desconhecido, experimentada no passado pelo chegante que buscou, o mais depressa possível, o conforto e a segurança da aceitação. Na contramão, a estrutura social que conduziu o indivíduo a falsear sua subjetividade, dele cobrará um realinhamento ao menor sinal de interferência na estrutura conservadora. Impor-se-á a conformação. É necessária uma disposição incomum para superar tais forças e passar da heteronomia à autonomia. Kant (1985, p. 110) nos fala que a maioria depende de decisão e coragem do homem, único culpado por sua condição: “*Sapere Audi!* Ter coragem de fazer uso de seu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.” As relações sociais irão disponibilizar as situações para a manifestação da coragem que, em se apresentando, promoverão o conflito e a possibilidade de transformação. Estou falando das interações nos grupos sociais (como já nos referimos: igreja, escolas, movimentos sociais etc) onde, não raro, ocorrem embates. Considero ainda os ambientes da educação (formal, informal e não formal), onde o conflito decorre de tentativa corajosa do sujeito de questionar ou subverter a estrutura e ideias que lhe são impostas: são os confrontos discursivos que nascem da ousadia de pensar diferente, muitas vezes em oposição a um consenso, a uma liderança ou a um educador. Aos insurgentes, são reservadas as medidas para a recondução à normalidade social, instaurando o conflito subjetivo (MOSCOVICI, 2010) e abrindo para a possibilidade das conformações ou inovações.

Já vimos que singularizar-se exige uma autoconstrução em bases radicais. Não se trata, portanto, de uma reconstrução, uma vez que as impressões já vivenciadas estarão

irreparavelmente compondo a existência do ser, que segue incorporando novas impressões. Nada é suprimido de dentro do sujeito, mas há uma luta constante entre o dominante e o novo. Guattari; Rolnik (1996, p. 43) enfatizam: "Tudo o que é do domínio da surpresa e da angústia, mas também do desejo, da vontade de amar e de criar deve se encaixar, de algum jeito, nos registros de referências dominantes". Em outras palavras, o viver é escravizado por um sistema de dominação que sempre se incute e do qual também somos agentes. A autonomia só poderá ocorrer por uma fuga para dentro, uma escapada corajosa da tirania externa conservadora que ajudamos a construir. Guattari; Rolnik (1996, p. 47) falam do descolamento que ocorre quando a autonomia conduz à singularização:

O que chamo de processos de singularização é algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam por todos os lados. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 47)

Isso reafirma que a subjetividade não se desfaz dos elementos que a produziram, que se sobrepõem ao longo de uma existência e sempre estarão presentes no "ser". Os valores cercanos sempre estarão presentes. Esta ideia de construção, na forma de lâminas em sobreposição em uma linha temporal, auxilia o entendimento de que é possível resgatar elementos da subjetividade (seja uma memória ou uma emoção) quando se deseja produzir estímulo e motivação para uma nova ação ou novo pensamento. Temos, como exemplo, a experiência da alfabetização que se apoia na historicidade dos sujeitos, o resgate do passado a serviço de uma educação crítica, ou ainda a utilização de valores histórico-sociais dos sujeitos, em discursos políticos para fins de influência ou manipulação. Deleuze (2001, p. 118) observa: "o sujeito se constitui no dado". O autor rompe com o entendimento de que há, no sujeito, uma unidade previa imutável atribuída, ou seja, uma constituição previamente estabelecida que não se altera, mas não nega que o "dado" é capaz de revolver elementos subjetivos prévios. O mesmo entendimento está em Sartre (1997), para quem o homem estará inescapavelmente "situado" para exercer as possibilidades de sua liberdade. Com o passar do tempo, na ação e reflexão do sujeito no ambiente social, a liberdade se manifestará na obrigatoriedade das escolhas, com a possibilidade de sair da heteronomia à autonomia, desde que estes mecanismos de controle e influência sejam capturados pela consciência. O homem segue se contruindo historicamente nas relações com o mundo, e formata sua identidade pela facilitação dos papéis sociais disponibilizados à escolha, por meio das linguagens, mas sempre podendo,

sobre-humanamente, escolher singularizar-se, posto que livre.

Apresentei o meu entendimento para a constituição do sujeito subjetivo e do sujeito social. As considerações se aplicam ao possível aprisionamento do homem pelo homem, em suas dinâmicas sociais. Vejo, nas relações políticas, ótimos exemplos para os termos acima apresentados: busca por liberdade, “má-fé”, angústia, dominação etc. Além do mais, os entendimentos acima também parametrizam minha busca por uma autonomia em relação às influências dos grupos aos quais pertenci e pertencço, de forma a ultrapassar os limites dos conhecimentos correntes, o que me parece perfeitamente adequado para o momento histórico atual. Nestas considerações que trouxe nesta escrita, tentei adotar um posicionamento crítico ininterrupto sobre minhas próprias considerações, tarefa difícil, já que esta postura se constitui por uma dialética intrasubjetiva incessante, mas que parece ser fundamental em pesquisas nas ciências humanas. Entendo que, para o avanço desse campo das ciências, faz-se necessário romper com algumas estruturas estabelecidas e abandonar perspectivas que servem à manutenção do esquema social atual, insistindo no exercício da liberdade na perspectiva do homem e da humanidade. A seguir, proponho uma reflexão sobre como a dominância conveniente de um esquema social pode fazer uso da educação.

1.2.3 Percepções da “má-fé” na educação

Como vimos até aqui, por uma perspectiva existencialista, a educação, em seus espaços formativos, serve à produção da “má-fé” providencial. Integra a máquina de produção e, assim como no espaço familiar, recebe as ideologias, sejam elas hegemônicas ou contra-hegemônicas. Os processos educativos disponibilizam as ideologias que se apresentam como uma malha de significações da qual o indivíduo pode se servir de dois propósitos: minimizar a angústia das incertezas que possam emergir na sua busca por uma elaboração autônoma da sua identidade e, simultaneamente, oferecer meios elaborados para a realização de desejos no mundo, projetados desde o passado. É, pois, operadora na subjetividade e em um sistema social. A ideologia é um apelo convincente à “má-fé”, mas que, por se constituir de conjunto de valores pré-definidos, um pacote de predeterminações, leva o indivíduo ao sopesamento, a partir de elementos já assentados. A ideologia carrega, nos processos educativos, a intencionalidade da negação da liberdade de escolher.

Para o indivíduo, aderir a uma ideologia possibilita a sobreposição mais apropriada de novas informações aos elementos de sua subjetividade, que a incorpora. Não impede, entretanto, a elaboração e incorporação do novo e do radical em outro momento, se estes forem

mais vantajosos. Isto se evidencia nas mudanças de ideologias, nas traições e nas lutas pela sua atualização enquanto sujeito. Qualquer destes movimentos é resultado da competição que a subjetividade trava contra a heteronomia, na busca por uma participação mais vantajosa na máquina de produção.

A educação favorece a difusão ideológica, naturalmente. O educador é o referencial para seus educandos e é grande a possibilidade de que sua ideologia seja tomada como referência a ser seguida. O educando busca conhecimentos para compreender a sua história e fundamentar o futuro da sua existência, e os novos saberes são, arrisco dizer, sempre casados com a ideologia do educador. Dessa forma, a educação contribui para que o sistema se mantenha em equilíbrio relativo, alimentado por consciências em “má-fé” e que busca se preservar de iniciativas de autonomias ameaçadoras. A ideologia embutida na educação se constitui em agenciamento conservador de múltiplas consciências, no arrolamento de sujeitos que nela percebem a escolha mais vantajosa para as suas expectativas, frente aos enigmas do mundo. É o terreno onde a comunicação poderá ser trabalhada, tanto para libertar como para aprisionar.

Os espaços de educação não formal dos MSs, onde se desenvolve a EP congrega mentes favoráveis ao propósito deste agenciamento de consciências. Nestes ambientes, a incorporação do “fazer-se” em busca de uma identidade, a singularização, será tanto mais difícil quanto mais fortemente incorporada e cobrada for uma ideologia à prática educativa. Deste modo, buscar a liberdade pelo desenvolvimento do pensamento crítico, como é pressuposto da EP é, a princípio, trilhar na direção da autonomia, enfrentando as forças de conformação que a máquina ideológica dominante impõe, muitas vezes presentes nos próprios grupos populares. Assim sendo, a ideologia que promete a libertação do sujeito integrante de um grupo político carrega uma contradição, já que a criticidade libertadora pode se constituir ameaça a sua própria existência e coesão. Esta ambiguidade parece inerente às práticas educativas voltadas para o povo, quando os pensamentos do grupo, classe, representantes políticos, entre outros, “desfoca” do sujeito. Em última análise, no agrupamento com influências políticas-ideológicas há forças de conformação do sujeito.

A percepção de mundo colocada até aqui procura evidenciar que a ideia de liberdade está posicionada no sujeito, em oposição ao pensamento de que se deve perseguir, primordialmente, a emancipação de uma classe. Entendo que não se trata de um apartamento do sujeito do seu contexto histórico, já que este se constitui nas suas interações e, ao mesmo tempo, provoca mudanças no meio. Para Deleuze, na composição de si, o sujeito está à mercê de novas forças e acontecimentos: "Se o sujeito se constitui no dado, somente há, com efeito,

sujeito prático" (DELEUZE, 2001, p. 118). Porém, busco os sentidos para a liberdade prometida ao sujeito, e não para uma categoria específica ou uma classe, mas sei da liga forte que une estes dois elementos. Este é um recorte válido e necessário para uma melhor compreensão dos propósitos deste trabalho.

É preciso destacar mais dois fatores centrais: o primeiro é conjunto de propósitos da educação libertadora, como a produção do discurso crítico, a ação, a liberdade, a emancipação, entre outros. O segundo está no processo que leva a estes propósitos e que envolve a relação educador/educando a partir da influência do discurso e representações produzidas por lideranças partidárias e militantes das causas populares. A qualidade da comunicação que estabelece a ponte entre os dois objetos e os elementos da linguagem que serão incorporados nas práticas educativas, pelas características que vêm apresentando ao mediar os conflitos sociais contemporâneos, ganham importância nas relações intersubjetivas e estarão presentes nas considerações aqui propostas. Desse modo, esta investigação procurou evidenciar a possibilidade de uma ética diferenciada, que não liberta, ao contrário, acorrenta os sujeitos nos limites da "má-fé", e que se alimenta dos sentidos produzidos nos discursos de grandes e pequenas lideranças políticas, influenciadores do pensamento social dos seus liderados.

Assim sendo, é possível que o trabalho de conscientização não esteja ocorrendo nas microrrelações²² de um MS, e passa a ceder espaço para uma lógica paralela de poder que insiste na manutenção da serialidade e alienação, condição que deveria ser combatida (SARTRE, 1960). Nesse caso, haveria uma comunicação desvirtuada pela orquestração de uma semiose costumeira e calculada, utilizada conscientemente por líderes políticos, intelectuais, jornalistas, e outros, de modo a conservar, recuperar e ampliar uma estrutura de controle. Freire e Faundez (1998, p. 21) alertaram para estes riscos, ao falar da dificuldade de os intelectuais políticos superarem a concepção messiânica da transformação social:

O seu papel realmente importante e fundamental será tão maior e tão substantivamente democrático quando, ao pôr-se a serviço dos interesses das classes trabalhadoras, jamais as tente manipular através de sua competência técnica ou científica ou através de sua linguagem, de sua sintaxe. (FREIRE; FAUNDEZ, 1998, p. 21)

Por se tratar de um conjunto de relações intersubjetivas compassadas por grande apelo ideológico, esta interação poderá se apresentar desvirtuada por um encurtamento do senso

²² A educação não formal em um MS se baseia em práticas estruturadas, como palestras, debates, oficinas de aprendizagem etc, bem como nas conversações corriqueiras entre os diversos integrantes. A este conjunto de interações, chamamos de microrrelações, e se orientam pelos objetivos do grupo e pela necessidade de despertar para uma visão mais profunda acerca de diversas forças que controlam a vida social.

crítico, um estreitamento da razão. Esse fenômeno poderá servir à conservação ou subversão de uma estrutura política que, na democracia, tem sua existência mais dependente de votos e, muitas vezes, menos comprometida com o esclarecimento.

O desejo de influenciar e conduzir o outro, e mesmo o de ser conduzido, não evoca nenhuma incapacidade natural dos sujeitos influenciados e influenciadores, mas, antes, sua contradição existencial. Goldmann (1980, p. 11) acentuou este entendimento ao afirmar que a objetividade não estaria relegada à inteligência, honestidade intelectual ou outras qualidades e defeitos dos indivíduos. Isto por que, não sendo eles necessariamente coerentes, podem acolher ideias de outras classes, se estas lhes permitirem uma melhor explicação do real. Segundo o autor, “[...] o pensador aceita, com toda boa-fé, as categorias implícitas duma mentalidade que, desde logo, lhe fecha à compreensão duma parte importante do real; “(GOLDMANN, 1980, p. 11)” (sic). Após essa acomodação, a boa-fé intelectual e a inteligência se poriam a serviço da deformação ideológica dos fatos.

Sendo assim, a ideologia é um molde que vai sendo incorporado à subjetividade, que tende a formatar os fatos e pode favorecer o cultivo do discurso falacioso, em infinitas variações e com resultados repulsivos. Algumas destas considerações estarão presentes no Tomo IV, quando aplicarei a Análise Crítica do Discurso para analisar os mecanismos de influência social capazes de reduzir o pensamento crítico como consequência de estímulos discursivos.

Entendo que seja possível verificar a existência de manipulação a partir da análise da comunicação que conecta os diversos grupos. Isto por que alguns significantes são recorrentes nas relações discursivas entre líderes e liderados, como liberdade, democracia, corrupção, facismo, *fake-news*, entre outras. Estes e outros exemplos poderiam ser trabalhados para o controle das possíveis “fugas”, ou para estimular a participação de membros no grupo. Ou seja, busca-se uma “depuração” dos opositores e traidores, que Sartre (1960) chamou de “*fraternidade-terror*”, por meio de elaborações de novos discursos. Qualquer um destes elementos exemplificados poderia servir de objeto de análise na tentativa de verificar se a semiose empregada pelos líderes não carrega intencionalidades de dominação. A opção que fiz foi a de tentar identificar se há, na comunicação, um derramamento de significações e ressignificações capazes de estimular o ódio de classe, que partem de referências diretas ou indiretas. Analisei elementos que compõe a cadeia de influência política por meio do discurso para saber se são capazes de naturalizar e estimular a aversão entre grupos sociais e criar uma polarização que sirvam a interesses políticos.

Este fenômeno, se ocorre, pode ser entendido como um processo que provoca a

dissonância do pensamento e do discurso crítico, quando educador conduz o educando no sentido de interesses para os quais a lucidez do pensamento autônomo não é interessante. Lembremos as palavras de Freire (1997, p. 76): “Desafiar o povo a ler criticamente o mundo é sempre uma prática incômoda para os que fundam o seu poder na “inocência” dos explorados”. Não é possível negar esta possibilidade. A dissonância se estabelece, por parte do líder/educador, pela sobreposição de suas expectativas aos objetivos da educação emancipadora, e provoca no liderado/educando uma nova condição de oprimido. Assim, teremos o educador como um agente (emissor) e os efeitos da prática (conformismo ou inovação) sentidos pelo educando (alvo).

As ideias apresentadas resultam de empirismo e reflexões sobre as formas com que os discursos políticos impactam a EP, a partir de minha convivência com grupos de Sem-teto. Levaram-me a buscar, pela lente existencialista, os elementos pré-determinados socialmente a contribuírem para a formação da essência destes indivíduos, e, tanto quanto possível, procurei manter o distanciamento de bases apaixonadas, ideológicas, cômodas, ou outras indutoras de distorções. Este posicionamento encontra apoio em Goldmann (1980, p. 9), quando valida que “O pesquisador deve esforçar-se por chegar à imagem adequada dos fatos, evitando toda deformação provocada por suas simpatias ou por suas antipatias pessoais.” Dessa forma, a escolha que faço é pela crueza e pelo desapego em relação aos fenômenos que pretendi analisar, mas consciente de que sou sujeito ideologizado, produtor e consumidor de discursos, e, portanto, suscetível a deslizes.

Ao dizer isso, pretendo deixar claro que, com referência nas minhas vivências e nos acontecimentos que se apresentam no cenário político atual, desconfio, a princípio, do discurso de algumas lideranças políticas enquanto base para uma educação emancipadora. Não se trata aqui de negar os propósitos da EP, e sim de verificar se os objetivos estão comprometidos por uma práxis cada vez mais envolvida por interesses políticos e potencializada pela comunicação instantânea e descontextualizada das redes sociais, que prioriza obediência à emancipação, fidelidade à liberdade e o partidarismo político às causas sociais. Entendo que é possível haver um “mal”, mas não pretendo atingir o “doente”, e sim evidenciar uma paralaxe prejudicial ao sujeito e às causas sociais. Reconheço os perigos deste percurso, mas me encorajo, novamente, em Goldmann (1980) para quem a ciência deve ser feita “[...] da perspectiva da liberdade e da comunidade humana, a perspectiva do homem e da humanidade” (GOLDMANN, 1980, p. 30). Para isso, o pesquisador em ciências humanas que deseja compreender a realidade, deve se imbuir de coragem para romper os preconceitos conscientes ou implícitos. Estou seguro que a desconfiança quanto a isenção recairá sobre mim, e receberei as críticas com

naturalidade.

De forma geral, nesta tese busquei analisar discursos, desvios e interesses que possam reduzir a capacidade crítica dos sujeitos e, conseqüentemente, comprometer a sua formação como sujeito autônomo, com reflexos na legitimidade de grupos que se manifestam como minorias ativas. A preocupação central pode ser resumida na crença de que “a tarefa das educadoras e dos educadores progressistas é desocultar verdades, jamais mentir.” (FREIRE, 2001, p. 48). Assim, direciono minhas análises para a ética no discurso político e pretendo provocar o desconforto de uma autocrítica e a angústia de uma reconstrução.

TOMO II

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS EM CENA: REFLEXÕES SOBRE O PENSAR E AGIR ÉTICO DOS EDUCADORES

Resgata algumas considerações sobre a trajetória da EP no Brasil, apresenta o cenário social em nosso país e uma experiência no México, que possibilitaram reificar cientificamente o objeto de estudo. Evidencia as contribuições da EP para a organização do povo até a sua consolidação como instrumento de organização e fortalecimento das suas lutas. Posteriormente, apresenta o MLM da Bahia como recorte e exemplo, para compreendermos alguns dos efeitos que a aproximação entre a política partidária provoca nas estruturas de organização desta minoria ativa. Por fim, tendo como referência os fundamentos da EP, aborda a importância da relação entre ética e liberdade, entre educando e educador, lembrando os posicionamentos e alertas de teóricos que tratam deste tema.

2.1 O VÍNCULO NATURAL ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A luta por libertação condicionada aos processos educativos surgiu a partir da década de 1950. Para Streck (2009), este período marca a América Latina com uma proposta pedagógica inovadora para a educação, uma vez que esta passou a adquirir status de instrumento de luta e enfrentamento, utilizado por desfavorecidos diante das desigualdades sociais. Entre outros movimentos, temos o projeto autônomo Zapatista, que diferenciou suas práticas educativas, objetivando “[...] *incidir en el proceso de humanización de la vida, fragmentada desde la colonización del capitalismo*” (PINHEIRO BARBOSA; GÓMEZ SOLLANO, 2014, p. 76). A legitimação de uma práxis emancipadora se apresenta marcadamente vinculada à independência política, bem como a qualquer outro esquema de dominação. Para as autoras:

Dentre os pilares sobre os quais se sustenta o projeto autônomo zapatista, a educação surge como projeto político-educacional, responsável por conformar o sujeito histórico-político zapatista e os referentes teórico-epistêmicos da luta pela autonomia. Para isso, os zapatistas construíram a proposta da Educação Autônoma Zapatista e consolidaram o Sistema Educacional Rebelde Autônomo Zapatista (SERAZ), central no fortalecimento de uma episteme ligada à cosmovisão, cultura e língua maias, bem como na formação de sujeitos da educação. (PINHEIRO BARBOSA; GÓMEZ SOLLANO, 2014, p. 76)

Atualmente, no Estado do México, a atualização desta rebeldia vem sendo promovida por grupos como o Coletivo Ratio. Sem vinculação político-partidária, mas com propósitos de formação política, congrega vários importantes MSs, como a *Campaña en Defensa de la Madre Tierra y el Territorio* e o #YoSoy132, para os quais presta assistência organizativa e EP:

Nos formamos junto con otras organizaciones, mediante discusiones y talleres de educación popular, buscando así afianzar nuestros lazos para poder seguir construyendo organización. Principalmente buscamos poder acercarnos a las luchas de tipo territorial y urbano que se despliegan actualmente en la Ciudad de México y emprender la lucha junto con las y los afectados. (COLETIVO RATIO, 2021).

O Coletivo se posiciona no sentido da independência política da EP, e entende que qualquer vinculação neste sentido poderia comprometer seu propósito de manter a organização de forma comprometida, consequente e crítica.

No Brasil, a pedagogia freiriana se apresenta como importante fundamento para as organizações e lutas dos MSs, e está voltada para o trabalho sobre as consciências de uma parcela da população marcada pela exclusão e opressão. Calcada na pedagogia, entendemos que se busca a conscientização do sujeito, onde ele se percebe como responsável pela construção de sua história. Isso lhe possibilita a indignação, sentimento necessário como propulsor da luta por mudanças e estímulo em seu caminhar para a emancipação.

Por essas ideias, trata-se de uma pedagogia que procura desenvolver a criticidade e a importância do posicionamento político dos sujeitos a partir de uma nova “leitura” do mundo e, ao mesmo tempo, estimular a busca por uma vida melhor, com autonomia. Nesse viés, Freire (1980) propôs, inicialmente, a “alfabetização conscientizadora”, como forma de intervir nas consciências “mágicas” para provocar a emersão das consciências “reflexivas”. Sua proposta traz, pelo aprendizado da leitura, um momento para o exercício crítico da realidade, e pretende inaugurar um caminho sem volta para um movimento amplo de conscientização. Com o tempo, a alfabetização foi cedendo espaço para outros objetos provocadores desta conscientização.

Porém, o direcionamento de uma educação para a população nem sempre foi bem acolhido pela tradição. A partir da segunda metade do século passado, as resistências aos ideais comunistas, que se avizinhavam aos países da América Latina, produziram forte repressão às iniciativas de desenvolvimento do pensamento crítico. Nos anos do regime militar do Brasil, qualquer forma de manifestação popular que pudesse ser considerada uma ameaça às estruturas sociais vigentes passaram a ser combatidas. Isso foi particularmente sentido nas ações por uma EP, onde o arbítrio militar atuou intensamente. Isto porque as forças conservadoras perceberam

a forte aliança que a EP vinha estabelecendo com movimentos políticos de esquerda.

Scocuglia (2001) relata de que forma o Estado repressivo trabalhou no sentido de inibir a EP. Em pesquisa que buscou recuperar as ações militares sobre as iniciativas da EP, o autor analisa vários Inquéritos da Polícia Militar, IPM, que ocorreram na Paraíba, em 1964. Scocuglia revela que grande parte destes IPMs foi dirigida à Campanha de Educação Popular, CEPLAR, de João Pessoa e de Campina Grande²³, quando foram identificados e apreendidos diversos recursos didáticos-pedagógicos, usados na aplicação do “Método Paulo Freire”. Muitos materiais que compunham as peças de acusação eram rotulados como sendo de “subversão” e de “ações comunistas”, tais como as “dezoito lições de conscientização”, usadas no eixo João Pessoa-Sapé e as “fichas-roteiro” para alfabetização dos adultos, utilizadas em Campina Grande (SCOCUGLIA, 2001). A campanha anticomunista, exemplificada no episódio da CEPLAR, criou horizontes incertos para qualquer movimento que tivesse a criticidade como proposta para repensar estruturas de opressão, dominação e conservação.

Nos anos finais do regime militar, os anseios populares, que vinham se organizando paulatinamente, produziram novas formas de expressões da luta por direitos que procuravam se desenvolver em uma democracia representativa (SANTOS, 2009). Para Gohn (1997, p. 17) “a ação coletiva de pressão e reivindicação [...] converteu-se, nos anos 90, em ações voltadas para a obtenção de resultados”. Pode-se falar de uma ampliação da educação a partir da “leitura” e compreensão dos novos contextos históricos, buscando constituir modos alternativos de inserção e participação social dos marginalizados. As contribuições para pensar e discutir as necessidades populares na contemporaneidade resultaram em uma retomada participativa da população quanto aos rumos da sociedade e favoreceram a organização dos Novos Movimentos Sociais, NMS²⁴.

Esta mudança no sentido da representatividade ocorreu, em boa medida, pelo deslocamento das bases marxistas iniciais que organizavam os MSs para a incorporação de aspectos culturais contemporâneos. Para Ghon (1997, p. 121): “[...] concluímos que a categoria

²³ As duas CEPLAR, sediadas em João Pessoa e Campina Grande (principais cidades do estado da Paraíba), tiveram ações independentes e autônomas, mas mantiveram, ambas, a aplicação do Método Paulo Freire na alfabetização de adultos. Embora praticando diferentes ações político-pedagógicas, foram enquadradas no mesmo IPM, mas os interrogatórios, os depoimentos e a própria condução inicial (coleta de provas etc.) do processo judicial militar transcorreram em separado e independentes. A parte da CEPLAR-CG está inteiramente concentrada no volume 18 (dos vinte e três do total) do Inquérito. Ver: Histórias inéditas da Educação Popular – do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura (Scocuglia, 2001);

²⁴ A ideia de que há “*novos*” Movimentos Sociais e ações coletivas no contexto urbano se apresenta desde os anos 1980 (SCHERER, WARREN, 2005). Neste trabalho, o termo “novo” é considerado a partir de Ana C. T. Ribeiro (2006), como sendo lutas que se desenvolvem no contexto das cidades e que são contrárias às perspectivas neoliberais e a “crise societária aguda” que se manifesta em diversos contextos urbanos no decorrer da década de 1990.

da cultura foi apropriada e transformada no decorrer de sua utilização, pelo paradigma dos NMs.”. Mais tarde, segundo a autora, tal paradigma receberia contribuições da interpretação pós-estruturalista e pós-modernista de cultura, “centrando suas atenções nos discursos como expressões de práticas culturais” (GHON, 1997, p 121). As questões produtivas deixaram de ser a pauta exclusiva dentro do universo possível para a EP e, conseqüentemente, nas lutas dos MSs, abrindo espaço para a denúncia de outras carências. Para Touraine (1989, p. 13), o ativismo desses movimentos “[...] não está mais associado à atividade social do trabalho [...] ele está em toda a parte”. Além disso, nessa época houve uma aproximação cada vez mais crescente entre os MSs e o partidarismo político, que passaram a influenciar as práticas educativas. Esta relação mesclou os discursos elaborados nas carências, àqueles baseados em uma lógica política de controle e poder, mas que sempre se declaravam alinhados à luta dos mais pobres e marginalizados.

Diante do exposto, é possível pensar nas pressões populares como forças incontidas que se elaboram por encaminhamentos informais e pouco organizados em sua origem, e que evoluem para uma mobilização política que envolve vários atores, um MS. Isso porque o compartilhamento da insatisfação social surge no cotidiano, nos espaços de convívio, nos encontros casuais, nos diálogos informais e ocasionais entre os sujeitos, nos acordos intergrupais e vão se encorpando com as relações, até se configurarem em movimento de luta por transformação social. Logo, a circulação da informação favorece o revelar dos semelhantes que se identificam nas carências, nas ideias, nos objetivos e na disposição para o enfrentamento que sustentará as reivindicações. A esperança é a semente que brota espontaneamente nos grupos, circula pela comunicação, prospera nas relações intragrupos e intergrupos e se materializa na forma de um MS em busca do desequilíbrio de uma ordem injusta. A EP irá organizar este percurso e contribuirá para evidenciar alguns embates sociais.

Podemos apontar uma amostra desses conflitos no contexto do espaço rural, onde temos demandas tradicionais, como a luta por terra, crédito, infraestrutura, democratização das comunicações, diversidade étnica etc. Todas essas pautas giram em torno da reforma agrária como maior projeto popular de transformação do campo, e que deram origem à formação do maior MS do Brasil, o MST. As lutas sociais por direitos no campo conseguiram importantes avanços nas reivindicações por reforma agrária, entretanto, desde 2015, os processos de assentamentos vêm sofrendo redução drástica, saltando de 26.335 para 1.205 famílias em 2017, conforme números apresentados pelo histórico de “Famílias Assentadas” do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No espaço urbano, as desassistências se revelam na educação, saúde, moradia, entre

outras áreas. As lacunas podem ser facilmente identificadas: a saúde foi atingida pela redução de gastos imposta pela Emenda Constitucional N° 95/2016²⁵. As recentes dificuldades para atendimento em hospitais públicos e em postos de saúde das cidades, em virtude da pandemia de COVID-19 que chegou oficialmente no Brasil em fevereiro de 2020, revelaram a frágil estrutura do sistema de saúde pública. Seja pela insuficiência de recursos ou pelo mau gerenciamento, o fato é que a pandemia colocou o Brasil em posição de destaque no *ranking* mundial em número de mortes pelo “novo coronavírus”, com a marca de 655.585 óbitos e 29.432.157 casos acumulados até 15 de março de 2022²⁶. Já para a Educação, o investimento de recursos públicos caiu 56%, entre 2014 e 2018, com redução de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 4,9 bilhões. Isso se reflete em unidades escolares precarizadas, sem inclusão para pessoas com deficiência e altos índices de evasão escolar.

Ainda no espaço urbano, identificamos outros cenários potencializadores de numerosos conflitos sociais. O urbano acolhe várias organizações populares que integram e estruturam a “ordem urbana” e que dela dispõem para se evidenciar como grupos de excluídos em busca de transformação social. Como agente, o espaço urbano sintetiza as forças do capital que têm influência direta na dinâmica de produção/reprodução das desigualdades e, conseqüentemente, na formação de grupos de resistência. Estas manifestações buscam caminhos alternativos para superação e resultam em pressões gestadas por uma cultura urbana de inconformismo aos efeitos da assimetria social decorrente das propostas de políticas urbanas hegemônicas e centralizadoras.

Por exemplo: segundo a pesquisa da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, ABRAINC (2018), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, FGV, o Brasil bateu o recorde de déficit habitacional em 2017, atingindo o número de 7,78 milhões de moradias. O setor mais impactado foi o da habitação para a população de baixa renda, que viu o maior programa de habitacional popular da história, o Programa-Minha-Casa-Minha-Vida, PMCMV, minguar desde 2014. As ocupações urbanas por associações de Sem-teto passaram a constituir uma importante expressão da luta por moradia, pois envolvem um grande número de famílias carentes, e provocam o Estado a reavaliar o problema social gerado pela inconsistência de políticas públicas de moradia para população de baixa renda. Além disso, estas pressões sobre a propriedade desafiam o formalismo instituído e cobrado pela tradição jurídica, causando

²⁵ Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/> Acesso em: 14 jun. 2021;

²⁶ As informações apresentadas estão disponíveis no Painel Coronavírus: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 16 de mar. 2022.

insegurança social.

Na sua origem, as primeiras ocupações de propriedades públicas e privadas produziram um momento criativo de contestação, instante em que o MLM passou da condição de agrupamento de cidadãos passivos, reivindicadores, para um ameaçador e imprevisível corpo popular ativo a ser considerado pela sociedade e pelo Estado. Esse movimento ativo e reativo das ocupações urbanas surge marcado pela autogestão, onde a EP ganha papel fundamental na articulação, comunicação e elaboração de estratégias de luta e de resistência. Para uma melhor compressão dessa pressão organizada, apresentamos, no sub-item 2.2, O Movimento de Luta por Moradia como Minoria Ativa: o caso da Bahia, um breve histórico a respeito do surgimento do MLM na Bahia.

No campo jurídico, os conflitos sociais urbanos - como a luta por melhor mobilidade, por espaços verdes, por urbanização e por moradia popular - possuem antigos e importantes respaldos normativos, sem estarem próximos de uma política pública capaz de responder satisfatoriamente às demandas que os produziram. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)²⁷ são nascedouros de várias leis que possuem direcionamento claro aos desfavorecidos. Em democracias com representatividade popular, costumam ser lembrados como fundamentos legais nos discursos pelas desobediências urbanas e nas lutas que cobram atendimento ao que antes fora legalmente previsto.

Segundo Gohn (2011, p. 338), muitas dessas carências revelam os “novíssimos atores”, que passaram a desempenhar papel central na rearticulação das propostas que pautam os temas e problemas sociais na contemporaneidade. A construção do espaço urbano e rural, como subordinada à acumulação do capital e a lógica da governança empreendedorista empresarial (HARVEY, 2005) ou à cidade neoliberal (RIBEIRO, 2006), produz reflexos, por exemplo, na distribuição do solo e todas as implicações decorrentes, tais como a especulação imobiliária, concentração de latifúndios e segregação socioespacial. Para o enfrentamento dessas desigualdades, surgem as lideranças populares e legiões de liderados que atuarão nos NMS.

As iniciativas de organização popular por direitos perpassam pela participação democrática e pela educação em um MSs de resistência. Trata-se de um processo de gestão de

²⁷ No que diz respeito ao direito à moradia, foi considerado fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, DUDH, em 1948, tonando-se direito humano universal nos países integrantes da Organização das Nações Unidas, ONU. O texto da DUDH diz que toda pessoa tem direito a um padrão de vida que lhe garanta, entre outros, a habitação e serviços sociais indispensáveis à dignidade humana. O Brasil também é subscritor do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado em 1996, e se obriga a reconhecer o direito que tem toda pessoa a uma vida com nível “[...] adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida.”.

criticidades em ambientes educativos não formais que se coaduna com a Pedagogia da Autonomia, onde educar “não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002, p. 52). É nas possibilidades do fazer frente às adversidades, que um MS constrói e produz, com criatividade, suas próprias práticas de EP. Por meio do apoio da EP, junto aos MSs constituídos ou em constituição, as reivindicações ganham as características das lutas coletivas e, paulatinamente, adquirem lógica própria. Desse modo, passam a ser fortemente compartilhadas pelos atores que se unem em prol de conquistas sociais.

2.2 O MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA COMO MINORIA ATIVA: O CASO DA BAHIA

A estratégia das ocupações urbanas se apresenta como um diferencial na luta histórica por moradia e impulsionou o crescimento e organização do MLM²⁸ a nível nacional. No início dos anos 2000, com o apoio político dos partidos progressistas que chegavam ao poder, o MLM ganhou representatividade nas políticas habitacionais em diversas esferas do Governo e passou a se constituir por inúmeras siglas²⁹, em decorrência da aderência dos grupos de Sem-teto às lideranças políticas de vários partidos. Para compreendermos os efeitos desta relação, faremos um recorte dentro do MLM, analisando a sua trajetória na Bahia, bem como as consequências que a vinculação à política partidária tem produzido para a luta por moradia.

Com um histórico de políticas habitacionais insuficientes para atender a demanda crescente por habitação popular e dificuldades nas políticas econômicas, com reflexos distintos nas diversas regiões, o Brasil do início deste século termina por estimular a diversificação das formas de luta pelo direito de morar. O MLM foi o responsável por inaugurar a prática da ocupação de terrenos e prédios em regiões centrais da cidade, em oposição à tradição de periferização espontânea de submoradias, estrategicamente complacente pelo Estado que acompanhava a favelização “assistida à distância”³⁰. Dessa

²⁸ Chamamos de de Movimento de Luta por Moradia, MLM, uma síntese de várias organizações espalhadas pelo Brasil que, no bojo dos novos movimentos sociais, organizaram-se no início dos anos 2000, com vistas ao fortalecimento da luta. Citamos, por exemplo, a Frente de Luta por Moradia, FLM, a União dos Movimento por Moradia, UMM, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto;

²⁹ Algumas instituições que representam o MLM na Bahia: Movimento Sem Teto de Salvador, MSTs, vinculado ao PT, Movimento Sem Teto da Bahia, MSTB, vinculado ao PCdoB, e Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Teto de Salvador, vinculado ao PT.

³⁰ Entendemos que, por incapacidade de suprir a carência habitacional, ou pela utilização desta para fins político, os Governos municipais permitam a ocupação de áreas sem o devido planejamento urbano. Tais áreas, mais tarde, tornam-se bairros populares ou Zonas de Interesse Social, ZEIS;

forma, desde sua origem³¹, o MLM procurou provocar o desequilíbrio no instituído, seja legal ou socialmente, de maneira a expor as contradições entre o que está nos textos legais, nos discursos políticos, nas práticas sociais e o que se constitui, de fato, em carência habitacional. Foi na produção do conflito entre as forças de conformação e as pressões transgressoras, que os esquecidos, acolhidos pelo MLM, se evidenciaram, passando a atuar como minoria ativa na construção do cotidiano urbano.

O surgimento do MLM na Bahia revelou que a carência de moradia de um pequeno grupo de pessoas antecedeu ao entendimento da ação política a partir de um projeto partidário. Liderados por Jhones Bastos³², os primeiros Sem-Teto ocuparam, no bairro de Mussurunga, Salvador, uma casa em aparente condição de abandono. Este sinal inicial de inconformismo cresceu com a adesão de outros carentes, dando origem às outras iniciativas. Apenas após a aproximação de grupos políticos e intelectuais, responsáveis pelas primeiras ações em EP, o impacto social da mobilização para reivindicação ganhou *status* de bandeira organizada em defesa das pessoas desassistidas pelas políticas habitacionais. Este vínculo marca, até hoje, qualquer mobilização feita pelo Movimento. Isso porque seus integrantes passaram à condição de associados e militantes, com alguns, inclusive, pleiteando cargos eletivos. Percebe-se, nessa trajetória do MLM, a espontaneidade e desorganização inicial, mas que, pelo liame à EP e reforçada por número crescente de integrantes, pode se estruturar, robustecer e produzir novas formas de reivindicar moradia popular a partir da violação de propriedades públicas e privadas.

No caso específico da Bahia, o mais importante agente organizativo, nos primórdios do Movimento de ocupação, foi a igreja católica. Segundo Siqueira (2016, p. 65), um dos integrantes do núcleo inicial, *Manuel Faustino*³³, descreve o ambiente onde ocorriam as primeiras ações de EP: “*Igreja é povo que se organiza em busca de libertação. A igreja não é só um espaço de oração, porém de conspiração. A gente se reunia [...], pra discutir a luta por moradia [...] conspirar contra o sistema, mesmo.*”. Foi nas reuniões que ocorriam na

³¹O Movimento dos Sem Teto de Salvador, MSTs, foi fundado em julho de 2003 com um conjunto de ocupações no Km 12, da Estrada Velha do Aeroporto, EVA. Outras ocupações se formaram em outros municípios e, assim, foi gerado o Movimento dos Sem-teto da Bahia;

³² Ver a historicidade do MLM na Bahia na dissertação intitulada: *Representações sociais de educação popular: contribuições de uma plataforma virtual colaborativa para o movimento de luta por moradia de Salvador*. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2018/09/Mestrado-de-nadilson-final.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

³³ *Manuel Faustino* é o nome fictício que corresponde ao presidente do Movimento Sem Teto da Bahia, MSTB, e que participou da investigação para a dissertação de mestrado do autor, intitulada: *Representações Sociais de Educação Popular: contribuições de uma plataforma virtual colaborativa para o movimento de luta por moradia de Salvador*. A utilização do pseudônimo seguiu o protocolo do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para pesquisas que envolvem seres humanos;

igreja que muitos dos Sem-teto tiveram contato com os primeiros trabalhos de EP.

Elementos distintivos dessas manifestações ganharam destaque na imprensa local, o que evidenciou as práticas e a organização inédita na forma de reivindicar. O jornal A TARDE, em 06 de agosto de 2003, noticiou que as invasões³⁴ contavam com brigadas, responsáveis por vigilância, administração e educação, além das decisões serem tomadas em assembleia geral diária. Este tipo de organização semeou uma “educação vivenciada”, elaborada a partir das lutas e das poucas referências de organização espacial e comunitária que as lideranças internas possuíam. Desse modo, foi a carência que estimulou o desenvolvimento de um posicionamento crítico popular e levou a politização ampliada dos integrantes, o que resultou na criação dos primeiros agrupamentos ordenados de Sem-tetos. A mobilização ganhou ainda mais projeção na sociedade quando foi noticiada a “Grande Marcha”, caminhada que saiu da Ocupação conhecida por “Km 12” até a Praça Municipal de Salvador. O Jornal A TARDE, no dia 22 de agosto de 2003, deu o seguinte destaque para a passeata: “Sem-tetos fazem marcha por moradia: Caminhada marcou a primeira ação organizada do Movimento dos Sem-Teto em Salvador e reuniu 300 pessoas”.

Com a evidência social, o MLM passou a incorporar outras lideranças com bandeiras políticas diferentes, o que contribuiu para a ruptura do primeiro núcleo de líderes e surgimento de outras siglas. Entretanto, a origem da organização destacou a importância das ações educativas como elemento de fortalecimento. A investigação de Mestrado, intitulada “*Representações Sociais de Educação Popular: contribuições de uma plataforma virtual colaborativa para o movimento de luta por moradia de Salvador*”³⁵, revelou que as associações originadas desta cisão procuraram caracterizar suas práticas em EP com focos diferentes: geração de emprego e renda (ATDSTS), educação de jovens, adultos e crianças (MSTB) e educação política (MSTS). Esta diferenciação atende às prioridades e ao fortalecimento da identidade do grupo, mas, ao mesmo tempo, evidencia um distanciamento entre as principais lideranças e a fragmentação do Movimento.

A trajetória do MLM na Bahia mostra a possibilidade da EP surgir em um MS de forma espontânea, a partir de contextos de carências e opressão, diferentemente da origem por um projeto político. Mais tarde, a carência por moradia passa a ser o elemento central

³⁴ O termo “invasão” era utilizado exclusivamente para se referir à pressão popular. Após a politização e desenvolvimento do pensamento crítico, o MLM passa utilizar o termo “ocupação”;

³⁵ A origem do MLM da Bahia foi objeto de investigação na dissertação intitulada: *Representações sociais de educação popular: contribuições de uma plataforma virtual colaborativa para o movimento de luta por moradia de Salvador*. Disponível em <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2018/09/Mestrado-de-nadilson-final.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

trabalhado em uma educação emancipadora. Assim, não é mais o letramento a base para compreender o mundo, mas sim a carência decorrente da injustiça social, materializada na inexistência de lugar para morar. O MLM se abre para reflexões, como as propostas por Freire (1987), onde a luta pela libertação requer responsabilidade, e que esta deva ser uma conquista incessante e permanente, forjada com o homem e não para ele. Para o autor, as causas da opressão e a luta pela transformação social deve ser o objeto de reflexão dos oprimidos. O MLM reconhece a perda da humanidade na falta de moradia, e busca fortalecer o desejo coletivo de recuperá-la. Freire (2000) destaca que a desumanização não é uma vocação histórica, nem fatalista, mas o resultado de uma ideologia elitista que produz injustiças. É contra esta ideologização conformadora, redutora do homem, que as lideranças dos MSs procuram (ou deveriam procurar) atuar, por meio da EP.

Por um lado, podemos observar que a carência se organiza em grupos que se aproximam do partidarismo político, com expectativa de um fortalecimento do Movimento e conquistas sociais. Mas o que podemos concluir, observando o MLM na Bahia, é que nem uma coisa nem outra tem ocorrido. Uma evidência disso está no fato de que, até 2016, mesmo após um longo período de governos de esquerda no executivo federal e estadual, iniciado em 2003, o déficit habitacional continuou muito distante de números razoáveis. Por outro lado, o Movimento se ressentiu do fato de nunca ter conseguido eleger um representante próprio para os quadros do legislativo municipal de Salvador ou do Estado da Bahia, a despeito de serem importantes apoiadores de vereadores, deputados e governadores de partidos progressistas. Este insucesso se deve, em parte, à fragmentação do Movimento pelas disputas políticas de partidos como o PT, PSOL e PCdoB, mas há também as disputas internas que seccionam e transformam os Sem-teto em militância de oposição a candidatos que defendem a mesma causa. Por esses fatos, podemos inferir que os carentes de moradia são entendidos mais como necessários do que como necessitados, já que são disputados por partidos políticos e poucas conquistas obtêm, mesmo quando o cenário político é favorável.

Diante do exposto, é possível dizer que os Movimentos Sociais procuram se reestruturar a cada mudança de contexto histórico, com seus conflitos internos e externos. Em uma democracia, é na política partidária que procuram encontrar seus melhores alicerces, uma vez que suas dificuldades estão presentes nos discursos políticos de luta por conquistas sociais e em defesa de minorias esquecidas. Forma-se uma aliança onde os abalos em um repercutem no outro. Apoiam-se no diálogo com agentes políticos que alimentam e direcionam suas estratégias. Essa relação se estrutura em uma rede de comunicação que propaga o pensamento progressista pelo discurso político, capaz de produzir representações sobre a realidade, além de

estimular e justificar práticas sociais de inconformismos. Mas também podem acolher outras intencionalidades, alheias ao compromisso com o povo ou à emancipação do sujeito. Se há uma sobreposição de interesses, a partir da qual o problema social cede lugar à luta por poder, podemos supor que há um estremecimento capaz de provocar importantes rupturas, não apenas de grupos, mas também de preceitos éticos.

2.3 A ÉTICA COMO PARÂMETRO PARA A LIBERDADE E A LUTA DO POVO

Os processos educativos internos de um grupo popular podem se originar por dois caminhos distintos. O primeiro é o da autoprodução, onde atores semelhantes se agrupam e se organizam no sentido de uma luta reivindicatória, como ocorreu no MLM em Salvador, Bahia. O segundo, por incorporação de cooperantes de outra classe, como políticos, intelectuais, voluntários etc, com formação cultural e origens diferentes. Há, neste último caso, uma relação não mais de iguais, e sim de colaboração, a partir daqueles a quem podemos atribuir várias terminologias: “[...] fala-se de educadores e educandos, de intelectuais e povo, de agentes externos e grupos populares, de radicais e povo, de revolucionários e classes trabalhadoras.” (LOVISOLO, 1990, p. 380).

Há, nessa relação com os facilitadores, uma dissimetria assentada nas diferentes formas de ver o mundo, onde um se entende livre e o outro precisa de ajuda. Esta condição nos conduz ao questionamento sobre o que estaria sendo feito da EP pelo educador, já que sua subjetividade carrega o potencial de uma ideologia dominante. Na prática, poderia consistir em uma nova estratégia de controle por um discurso sedutor, possivelmente na forma de pedagogia ativa.

No sentido de afastar este entendimento, os educadores populares costumam ressaltar a EP como uma resultante de interação que tem, no povo, a centralidade. Para Lovisolo (1990, p. 38), falando da defesa que estes educadores fazem da EP:

Afirmar-se-á, enfaticamente, que a Educação Popular se baseia num compromisso com o povo ou com as camadas populares; insistir-se-á que a Educação Popular está a serviço do povo, estabelecer-se-á que não é uma educação para o povo, senão que é um trabalho educativo com e junto ao povo ou seus segmentos constitutivos.

Entretanto, é possível que este modelo desejado nem sempre seja alcançado. A princípio, esta forma de educar configura-se como uma proposta para a elaboração individual facilitada por um interlocutor que tem a finalidade de provocar o educando, conduzindo-o à

crítica, à formulação de perguntas e ao posicionamento próprio frente às respostas possíveis. Para Lovisolo (1990), os intelectuais se utilizam de um procedimento não-autônomo, a discussão, como meio prioritário para expressar a crítica e o desenvolvimento de teorias autônomas no seio dos grupos populares. O pensamento desse autor encontra reforço na afirmação de Costa (1984, p. 19): “a educação popular lida com conhecimento que [...] interessa às camadas populares e/ou agentes”. Assim, a ação dialética e comprometida buscaria a conscientização com base na própria existência do educando e do educador. Para Paulo Freire (2006, p. 30):

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.

Tanto Costa (1984) como Freire (2006) apontam para o cuidado com o universo subjetivo do sujeito ingênuo, que estaria envolvido em uma relação dialética e assimétrica, na busca de uma apreensão crítica da realidade. É por conta dessa assimetria entre o intelectual/educador e o sujeito do povo/educando, que se deve cuidar para que se estabeleça uma educação referenciada na observância ética.

A EP se elabora nos processos comunicacionais que organizam as lutas e produzem pressão social e resistência aos interesses excludentes do capital e da sociedade. Deseja-se, porém, que esses processos de comunicação contemporâneos se assentem nos marcos freirianos e persiguam o resgate da humanidade pela comunhão dos homens na busca por emancipação, mas que também adquiram contornos diferenciados pelo contexto histórico e local. O discurso crítico necessário deve pautar-se na perspectiva de melhorar os processos sociais de representatividade e participação popular, inserindo e integrando novas práticas educacionais/sociais de viés democrático que considerem a liberdade dos sujeitos. Assim, deve ser apoiado em uma ética própria, em contraponto à ética capitalista; uma ética em que o diálogo respeite e acolha as diferenças como prática libertadora. Assim como proposto por Adorno (2000), neste componente individual, deve-se preservar a autonomia nas diferenças.

A ética é tratada com recorrência por Freire (1980a, 1980b, 1983, 1985, 2000a, 2006). Sendo a EP uma proposta de transformação por intervenção de agentes voltados para o povo, os propósitos só poderiam ser alcançados no esteio de uma relação ética entre educador e educando. Freire (2000) cuidou de opor a “ética do mercado” à “ética universal do ser humano” em várias de suas obras, como, por exemplo, em *Pedagogia da Indignação*, quando destaca que a falha ética desvirtua a ação de educar, compromete seus propósitos, sendo dever

do educador vigiar sua observância. Freire (2000, p. 15), falando de si, faz a seguinte colocação:

O que me interessa não é que meus filhos e minhas filhas nos imitem como pai e mãe, mas, refletindo sobre nossas marcas, deem sentido à sua presença no mundo. Testemunhar-lhes a coerência entre o que prego e o que faço, entre o sonho de que falo e a minha prática, entre a fé que professo e as ações em que me envolvo é a maneira autêntica de, educando-me com eles e com elas, educá-los numa perspectiva ética e democrática.

O excerto acima faz referência à vida familiar do educador pernambucano, que se torna exemplo de uma práxis voltada para a autonomia. Trata-se de uma mais uma passagem em que procura destacar a importância de dois componentes, ética e democracia, em combinação voltada para uma educação libertadora. A interação ética aponta para o respeito e acolhimento, em oposição às relações de ódio que possam se levantar contra aqueles que são oponentes, diferentes ou rotulados como inimigos por alguma classificação ideológica. Esta base deve se manter sólida, a menos que ainda não tenhamos entendido a mensagem freiriana de que a condição de opressor não deva reduzir a humanidade do sujeito.

Para Melo Neto (2008), a EP responsável ancora-se na ética para promover atitudes democráticas, voltadas à igualdade e à liberdade, uma vez que estimula o compromisso político e de transformação social, apoiada no diálogo entre os homens e seus coletivos. Esta preocupação nos remete à produção freiriana, marcada por uma prática educativa no caminho da conscientização e emancipação humana. Andreola (2001) considera que a ética perpassa as obras e a prática educativa de Freire e, dada a importância deste componente, o autor convida a uma revisitação dos seus escritos, a partir dessa ótica hermenêutica.

Logo, nos MSs, deseja-se que esta práxis se manifeste na valorização dos saberes e das histórias de vida dos sujeitos sociais. Nesse sentido, espera-se dos intelectuais-educadores um posicionamento acolhedor, sem desejo de dominação ou de determinação, que não promova o apagamento de valores dos sujeitos, mas sim uma reflexão, sem reduzi-los a meros participantes da relação. Por esse ângulo, podemos compreender que não deva existir influência unidirecional entre o que sabe e aquele que precisa saber; entre o que diz deter uma consciência crítica e o que é visto como ingênuo.

Essa perspectiva freiriana nos remete à Moscovici (2010), para quem a minoria, seja um sujeito ou um grupo social, sempre será ativa em relação à maioria, grupo ou intelectual, já que há mútua influência. Cabe a quem está no controle, a promoção do diálogo livre e a escuta respeitosa para crescimento mútuo. Fugir deste rumo é impedir a liberdade dos

envolvidos. Estamos falando da mesma ética intersubjetiva do conhecimento, apontada por Lovisololo (1990), pela qual o diálogo na liberdade seria o caminho possível para a maioridade, pelo uso da razão, postura adequada do educador e educando em uma relação transformadora. Nas palavras desse autor, “[...] Tolerância e respeito devem atuar como freios da própria paixão, provocando distanciamento em relação à mesma. Distância, então, em relação aos nossos sentimentos, paixões e apetites.” (LOVISOLO, 1990, p. 52). Na busca da verdade, da justiça e da conciliação, é esta distância que conduz a equanimidade. Desse modo, o educador popular deve ouvir o povo de forma respeitosa e humilde, conhecer seus valores constitutivos, suas tradições e crenças. Impactar os sujeitos com argumento, mesmo que em nome de uma necessária libertação, sem considerar estas ponderações, resultará em violência contra aqueles que crêm na promessa de um mundo melhor.

Para Lovisololo (1990), na sociologia da EP há a percepção de que as camadas sociais populares podem agir a favor da libertação ou como opressoras. Identificamos uma concordância com o pensamento de Chauí (1986), que fala das contradições possíveis das práticas populares nas camadas desfavorecidas que, deixadas perante as dinâmicas dos acontecimentos, podem se aproximar de uma nova opressão, ou se acomodarem nas formas antigas, mais que libertarem a si mesmas. Assim, a EP, enviesada por contextos históricos e locais, parece carecer de acompanhamento constante de conteúdo e forma. Àqueles que se propõem estarem à sua frente, cabe reflexão e vigilância do ponto de vista ético, de modo a se evitar o desenvolvimento de novas formas de opressão, que podem promover o ódio, a subjugação e o conformismo, nebulando qualquer tentativa de emancipação.

O líder ou o intelectual em um MS exerce forte influência, direta ou indiretamente, tanto na estrutura do grupo como sobre os liderados. A contribuição desses agentes determinará a preservação da identidade do agrupamento. Exemplificamos com Lênin, que segundo Bogo (2005), é um dos principais inspiradores do modelo de organização política do MST. Na contemporaneidade, podemos nos referir à atuação de João Pedro Stédile, Fernando Haddad, Leonardo Boff e Guilherme Boulos, como líderes populares e influentes nas produções acadêmicas que têm, por objeto de estudo, as lutas populares. Estes últimos são alguns nomes importantes que militam em defesa de causas sociais, como reforma agrária e habitação popular, e atuam como agentes produtores de representações a partir da lógica política.

Para a prática da EP é necessário se estabelecer um vínculo entre esses envolvidos, uma luta conjunta, uma aliança contra-hegemônica, na forma de uma nova proposta de visão de mundo e de reação ao pensamento dominante, alicerçada em processos de educação voltados para a cidadania e, ao mesmo tempo, para o sujeito. Carece se apoiar no pensamento de Freire

para o desenvolvimento cidadão, partindo de mudanças em suas consciências, como forma de promover uma reestruturação social, que decorreriam de um trabalho de grupo. Trata-se de uma jornada onde se percebe uma bifurcação de objetivos que se envezam: ora se volta para a emancipação do sujeito, ora para o fomento de uma consciência política estimulada na coletividade. Ambos, em tese, preservando a ética e a democracia.

Lovisoló (1990) destaca um importante aspecto a respeito dessas diferentes direções do trabalho educativo voltado à emancipação, conforme estrutura a proposta de Freire (1980) (1983). Para o autor, o enfoque nos sujeitos para o desenvolvimento de uma consciência crítica e voltada para o exercício da cidadania, contida na proposta de “*Educação como Prática para a Liberdade*” (FREIRE, 1980), adquire um sentido coletivista em “*Pedagogia do oprimido*” (FREIRE, 1983). Com essa mudança, os sujeitos passam a ser entendidos como integrantes de um grupo social: oprimidos, camponeses, trabalhadores etc. Segundo ele, em “*Educação como Prática de Liberdade*” o desenvolvimento da consciência crítica baseia-se na capacidade de opção, escolha e responsabilidade dos sujeitos, o que nos reporta a uma tradição individualista do real, e se desloca para o social em “*Pedagogia do oprimido*”, com predominância dos valores de grupo sobre os do indivíduo.

Para esse autor, mesmo que o componente ideológico inicial tenha se mantido, a maior ênfase no grupo é mais evidente na segunda obra de Freire (1983), de onde emerge o poder pela união e organização. Seja qual for o enfoque dado ao direcionamento para um desenvolvimento da uma consciência alargada, se no sujeito individual ou no sujeito coletivo, a autonomia de cada integrante deve ser considerada como fundamento para qualquer prática pedagógica que se propõe emancipatória. É com esta ideia do “todo sobre as partes”, mas sem perder os fundamentos da liberdade e o compromisso com a emancipação dos sujeitos, que os novos integrantes dos MSs, os carentes, devem ser recepcionados pela EP.

Nesse contexto, os MSs se apresentam, para os sujeitos desassistidos como uma oportunidade de ganhar o espaço público e fazer melhor reverberar, pela união aos igualmente carentes, as suas reivindicações. Semelhança que é relativa, pois cada integrante de um grupo carrega sua subjetividade e suas contradições, uma vez que são sujeitos morais constituídos, que ascendem ao espaço público por trajetórias de vidas particulares. Além disso, o próprio MS passa a fornecer elementos de subjetivação, pois os sujeitos tendem a ficar expostos a novos padrões culturais, valores e hábitos, elaborados pelo grupo (CALDART, 2000; BOGO, 2003). É por meio da exposição aos discursos que as novas cargas simbólicas começam a colonizar o universo cognitivo dos sujeitos. Temos, assim, o encontro entre a subjetividade dos sujeitos em permanente construção e a identidade subjetivante do grupo, que é transmitida pela EP.

Caldart (2000) reafirma essa ideia quando analisa a dinâmica interna do MST. O autor identifica o desenvolvimento de processos socioculturais com componentes educativos ou formadores, a serviço de uma identidade do Movimento, constituindo-se em uma cultura própria, semeada entre os Sem Terra, a fornecer novos elementos subjetivantes. Corroborando o mesmo entendimento, citamos Moraes (2002, p. 14) que, inspirado nos pensamentos de Deleuze (2001), Guattari (1996) e Foucault (2004), define o termo “subjetividade” como um conceito que busca articular “o universo semiótico humano em seu agenciamento maquínico, com as tecnologias produtivas, artísticas, temporais e os mecanismos de poder de um determinado período histórico”. Para o autor, a subjetividade não é um fenômeno interno, mas transversal à pessoa, visto que não é produzida nelas, mas no encontro entre elas, e delas com os aparelhos de poder. Os MS elaboram esses processos de subjetivação a partir de seus contextos histórico, político, social e cultural.

A realidade social produz e reproduz, de maneira desigual, carências culturais, materiais, políticas, entre outras, que terminam por justificar a necessidade do encontro entre “semelhantes”. A carência tem o potencial aglutinador e leva ao agrupamento de sujeitos em torno das mesmas lutas, abrindo espaço para pedagogias de contestação como instrumentos fundamentais no processo de conscientização, na constituição e fortalecimento dos MSs. Então, se é na carência que os sujeitos comungam do desejo por reformas, é na EP que o pensamento crítico à libertação é, ou deveria ser, estimulado.

Assim, por um lado temos a carência como um elemento de atração e, por outro lado, as pedagogias como instrumentos fundamentais para o processo de conscientização dos sujeitos. O estudo de Siqueira (2016) sobre as carências no MLM revelou como a falta de moradia tem atraído várias “consciências”. Um dos sujeitos pesquisados, *Manuel Faustino*, falou de sua estratégia educativa no quilombo urbano Manuel Faustino, localizada nos limites da cidade de Salvador, Bahia. Para o líder da ocupação, a EP é o eixo e o pilar principal da ação política, pois se trabalha consciências no processo educativo. Este labor exigirá do educador popular uma vigilância aos fundamentos éticos, contidos na pedagogia libertadora.

Pelo apresentado, na relação entre o educador e o educando percebe-se que é na ética a nasce a possibilidade de preservação da humanidade. A ética é necessária ao equilíbrio da vida em sociedade, e a sua existência nos processos educativos se configura o semear para este equilíbrio. Como destacado por Goergen (2005), é essencial valorizar a dimensão da ética no processo educativo para que se possa desenvolver a criticidade nos sujeitos e que estes se tornem conscientes de sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e humana.

Sobre esse ponto de vista, Silva (2014, p. 161) trata do desafio que se impõe aos indivíduos: o de terem a “capacidade de elaborar seus interesses juntos com os interesses dos outros para, coletivamente, os desenvolverem sem viciá-los ou confiná-los a estruturas cuidadas por poucos”. Espera-se daqueles à frente da EP dentro dos MSs, o compromisso ético e político-pedagógico com a humanidade, em uma postura sempre comprometida com a conquista de um mundo mais justo e mais solidário. Aos que estão à frente dos grupos populares, apoiados em suas convicções, não cabe o aprisionamento ideológico se o discurso estiver calibrado pela intencionalidade ética de facilitar o caminho para a emancipação. Isto deveria afastar o discurso manipulador e tendencioso que serve, tão somente, a manutenção de alguma forma de poder ou dominação. Em conformidade com essas ideias, o educador ético é, antes de tudo, um combatente da alienação, já que fornece condições para uma consciência crítica libertadora em uma postura de respeito às diferenças entre os homens.

Na busca por justiça social, o educador popular estabelece diálogos com o homem e a coletividade, construindo caminhos de resistência e inovação para os problemas sociais. A abertura para o diálogo é condição essencial na tarefa do educador, momento em que o educando pode exercer o seu direito à palavra. Esta relação deve carregar a ética da solidariedade nas possíveis diferenças e em defesa dos oprimidos. Vimos que isto impõe às lideranças e intelectuais, zelo sobre o “pertencimento” a uma realidade de exclusão e um “distanciamento”, que possibilita um posicionamento imparcial e honesto frente à realidade (LOVISOLO, 1990).

A ética na EP se insurge contra outra ética já posta, como aponta Freire (2006, p. 15-16): “a ética de que falo não é a ética menor, restrita do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro. [...]. Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano [...]”. É nessa busca pela qualidade ética que o autor propõe a prática educativa libertadora, aquela que emerge da natureza humana, de sua própria necessidade e vocação para o “ser mais” (FREIRE, 1993, p. 91). Esta preocupação reforça a necessária observância sobre a postura do educador popular, de forma que este não venha a ser um reproduzidor das práticas que deve combater. Assim sendo, a EP, e seus elementos de comunicação, procuram denunciar a “ética menor” de onde quer que ela brote.

A “ética menor” costuma ser explicitada como elemento externo vindo de uma lógica capitalista e que prejudica o entendimento mais justo sobre as causas sociais. Entretanto, a ética universal do homem, necessária à prática educativa libertadora proposta por Freire, também deve ser objeto de acompanhamento. Em outras palavras, cabe verificar o quanto as duas posturas éticas, libertadora ou “de mercado”, estão presentes nas relações humanas em um

ambiente de organização popular. A ética alienante do mercado deve ser combatida, mas também não se pode desconsiderar que ela possa influenciar “por dentro” as dinâmicas da EP no contexto dos MSs, a partir do desejo de controle sobre o pensamento dos seus integrantes. Estas denúncias também cabem à EP, de forma que se possa perceber possíveis degenerações e se tomar medidas de realinhamento.

Além disso, lembramos que o educador popular, na figura de uma liderança, de um intelectual, de um colaborador ou de um militante, tem sua condição de influenciador e mobilizador valorizada, não apenas pelos liderados, mas também por grupos políticos progressistas. Dessa forma, seja na origem ou no processo de luta, abre-se uma possibilidade para uma aproximação entre a prática diretiva política do educador e o discurso da representatividade política partidária. Em outras palavras, se há um abraçamento das causas sociais pelo partidarismo político, este tende a compor a estrutura dos MSs com inevitável influência sobre os aspectos comunicacionais e educativos que neles se desenvolvem, como podemos observar em diversas ações em torno dos ensinamentos de Paulo Freire (Anexo 2 e Anexo 3). Essa simbiose pode ser responsável por inserir novos componentes na relação educador/educando, com resultados indesejados sobre a “ética maior”.

Reforçamos que a prática educativa, centrada na ética do educador, requer uma conduta que acolha o respeito às diferenças de ideias e aos posicionamentos contrários do educando. Isto porque a condição particular de carência que leva o sujeito ao grupo de luta não representa, necessariamente, uma concordância absoluta de posicionamentos ideológicos entre ele e o grupo, ou entre ele e o educador, frente às complexas relações sociais e políticas. Sobre esse aspecto, Freire (1997, p. 78) se posiciona, defendendo com seriedade “[...] uma posição, uma preferência, estimulando e respeitando, ao mesmo tempo, o direito ao discurso contrário, é a melhor forma de ensinar”. A ética na EP pressupõe a autonomia dos sujeitos pautada no respeito mútuo. Mas é preciso reconhecer os riscos que os MSs assumem enquanto aliados de grupos políticos que se posicionam como progressistas. Tais riscos decorrem de uma aproximação para o desenvolvimento de uma militância partidária e que incorporam discursos que podem cobrar pensamentos e práticas. O MS passa a abrigar novas disputas, onde maiorias e minorias operam ativamente as forças de influência social, não somente para a defesa de um sistema político, mas também para mudanças da organização social, “possibilitando melhores condições de vida e inserção de todos no corpo social, incluindo os desviados” (DEL PRETTE, 1995, p. 146).

Concluimos que há, simultaneamente, uma busca pela conformação do sujeito e do grupo, de forma a garantir a conservação do instituído segundo interesses partidários, e pela inovação, enquanto processo esperado de todo grupo de luta. Para Del Prette (1995, p. 146),

“conformidade e inovação se opõem, uma buscando a manutenção do *status quo* e a outra, procurando alterar as normas vigentes, mas ambas são forças necessárias na evolução da sociedade.” A EP passa a ser fundamental na composição do universo semiótico, pois mescla e transfere as representações que se originam nos discursos políticos aos integrantes dos MSs. Nela, a comunicação pode ser posta em dissonância entre as expectativas do grupo (conquistas sociais e desenvolvimento de consciência crítica), dos políticos (manutenção ou conquista de uma representatividade política) e dos sujeitos (superação de uma carência, reparação de uma injustiça etc).

TOMO III

POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO: O PENSAMENTO SOCIAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Este tomo apresenta, em primeiro plano, uma discussão sobre as Representações Sociais e o sujeito político, bem como a respeito da utilização de símbolos, signos, figuras de linguagem e outros elementos da comunicação que são utilizados na EP. Para este fim, consideramos alguns aspectos da Psicologia Social, em especial os que se vinculam a processos de formação de RS e da Comunicação Social, a fim de analisarmos alguns processos que contribuem para a formação do sujeito político.

No segundo plano, partirmos das relações intersubjetivas e de grupo, com o intuito de identificar elementos redutores da criticidade e enfraquecedores da luta de uma Minoria Ativa. Trata-se de um viés que busca, nos fundamentos da TMA, marcos significativos para estabelecer diálogos com a proposta da pedagogia freiriana. Nessa perspectiva, o estudo do pensamento social desdobra-se em várias áreas de interesse, voltando-se para a relação entre grupos, influência social e formação de identidade.

3.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O SUJEITO POLÍTICO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A interdisciplinaridade aqui tratada nos conduz para além das organizações partidárias, “mas que não as descarta, e que, para bem ou para mal, é essencial na constituição da vida social e do desenvolvimento das formas e processos de ação política, de caráter individual e coletivo” (MONTERO, 2015, p.55). Ao relacionarmos Educação, Comunicação social e Psicologia Social, buscamos mais subsídios que favoreçam a compreensão de como elementos presentes na comunicação ideologicamente posicionada de lideranças são responsáveis por interferir no universo semiótico de liderados.

O pensamento social se estabelece através de processos comunicacionais do cotidiano, resultando de fatores sociais que interferem nas construções cognitivas dos indivíduos. Pelo aporte da Comunicação Social, entendemos esta interação não segue uma lógica formal, mas regras próprias do ambiente social que podem ser identificadas e estudadas cientificamente. Adotamos as contribuições do conceito de RS desenvolvido por Moscovici no século passado, a partir de reflexões filosóficas e sociológicas, tendo sido incorporado pela Psicologia Social que considera ser o psiquismo dos sujeitos o resultado daquilo que o contexto social apresenta

e faz circular por diversos canais de comunicação. As RS estão em constante elaboração, alimentando pressões para a instituição do novo ou conservação do antigo, e, assim, para a instauração de conflitos a partir do questionamento de crenças e costumes.

Como exemplo, podemos falar das RS que os Sem-teto elaboram para a propriedade de imóveis urbanos sem função social³⁶. Até a eclosão do MLM, qualquer iniciativa de protesto baseada na posse de imóveis em condições de abandono era rotulada pelo termo “invasão”, inclusive pelos primeiros Sem-teto. O significante carregava o sentido de ação marginal e criminosa que foi sendo substituído pela noção de direito usurpado, a partir da utilização da palavra “ocupação”. Esse deslocamento de RS junto aos Sem-teto foi construído em um processo simultâneo de pensar e agir na busca pelo direito de morar, em confronto imediato à normatização instituída e aos costumes sociais.

O estudo das RS foi amplamente abordado por Moscovici, quando estabeleceu as bases para uma psicossociologia do conhecimento, analisando a heterogeneidade dos fenômenos da sociedade contemporânea da década de 50, o que resultou em sua obra inaugural “*A Representação Social da Psicanálise*” de 1961. Moscovici partiu das representações coletivas de Durkheim (1999) e propôs uma teoria que buscasse analisar variáveis sociais e psicológicas, enquanto produtoras de um conhecimento elaborado no cotidiano, fruto tanto das relações sociais quanto do universo psicológico do sujeito. Nesse sentido, a TMRS surge para tentar revelar a dinâmica da vida social enquanto resultado de elaborações individuais e de interações sociais, bem como as contribuições destas representações no universo cognoscente. Diferentemente de Durkheim, a TMRS se desloca para o homem sem se distanciar do social como foco de estudo das representações, que adquirem um caráter funcional e performativo.

A análise proposta por Durkheim (1999) para compreensão do pensamento social, que denominou de coletivo, é bipartida por Moscovici (2010) que passa a atribuir fatores mais dinâmicos e inovadores, operando no sujeito e em suas relações intersubjetivas e sociais. Neste sentido, as representações dos sujeitos carentes contemplam tanto as forças sociais, culturais, políticas e econômicas, que produziram as carências, como também o histórico de suas subjetividades, constituído pelas escolhas que fez para dar sentido aos padrões estabelecidos. Para Sá (1993, p. 19), “O termo Representações Sociais designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos psicossociológicos”.

³⁶ Prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 5º, XXIII, e na Lei 10.257/00.

Se as representações surgem como um despertar para o mundo, a consciência do “em si” e do “para si” (SARTRE, 1997), então é imprescindível e inevitável à existência humana. Esta consciência segue etapas cada vez mais complexas em virtude do avanço do homem no universo de coisas e símbolos das coisas. Em outras palavras, a construção de representações é uma elaboração subjetiva com o propósito de posicionar o sujeito no mundo, através de suas práticas e de sua comunicação. Assim, o homem produz seu mundo que irá encontrar outros mundos através de uma interação incessante e conflituosa em um universo de representações. A consciência que se abre para o mundo resulta em Representações Sociais: “Em poucas palavras, a Representação Social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

Qualquer movimento que intencione abalar padrões sociais consolidados deve, inevitavelmente, apoiar-se nas possibilidades da comunicação social para produzir resultados. Dentro dos MSs, esta comunicação encontra guarida na EP, que absorve boa parte do discurso político para volver o passado cognitivo, explorar as expectativas de futuro dos seus integrantes e apresentar novas interpretações para a realidade. Este trabalho de desmistificação do real conecta educadores, grupos e educandos.

Moscovici (1961) estabelece dois planos significativos, distintos e imbricados, para uma análise psicossocial, por meio dos quais as RS são produzidas e reificadas: a objetivação e a ancoragem. A objetivação é a capacidade cognoscente, surgida com a habilidade de pensar a partir do referencial linguístico apreendido do mundo. É a incorporação do novo ao universo mental do indivíduo, direcionado pela comunicação. Para Jodelet (1986), na objetivação há uma tensão imanente em busca de ajuste entre o estruturado e conservador e o estruturante e subversivo. Aos sujeitos, chegam-lhes informações, imagens e modelos pré-existentes que serão processados em bases próprias e inesperadas. Este aspecto da teoria se volta para o universo cognitivo do sujeito e procura demonstrar como se dá a elaboração de significados que irão justificar ações no social. O homem representa a realidade, aplicando, nessa produção, elementos anteriormente capturados na sua experimentação do mundo em busca de um despertar para a sua existência. Dessa forma, a subjetividade é sustentação da representação que, por sua vez, retorna à subjetividade.

Por exemplo, as marcas das carências irão interferir em qualquer processo de objetivação. Em outras palavras, para qualquer novo dado que a vida lhe apresente, o sujeito o ajustará ao seu mundo interior de significados. Não há, entretanto, como preservar a realidade, uma vez que a acomodação do dado resulta em uma distorção do real por uma vida de

dificuldades ou expectativas. Este estágio da interação com o mundo carrega a responsabilidade das decisões solitárias de como absorver o novo, baseado em liberdade e angústia.

Na proporção que avança, o mundo material vai adquirindo significação e se tornando menos ameaçador. Busca-se respostas e garantias de segurança para a existência. É como a experiência do olhar de uma criança que não acusa os perigos de uma serpente venenosa até que saiba dos riscos para sua vida. Deste modo, o ser que chega ao mundo alimenta-se com referências (signos) que se aderem às coisas, o que torna possível a formação de uma representação do real, sendo mais complexa quanto maior for a capacidade de articulação dos signos. Este universo segue em ampliação e vai se constituindo como tábua de referência para objetivações futuras.

Nesse *continuum*, aos poucos, pela interação e uso da racionalidade, o homem vai percebendo-se nos outros, em situação (SARTRE, 1987), e, ao mesmo tempo em que busca a construção de uma identidade, elabora representações que irão norteá-lo em esquemas (ação) de posicionamento no mundo, configurando a ancoragem. Neste segundo estágio, a representação evolui de um plano ideal, elaborado dentro do universo mental dos sujeitos, para uma materialidade objetiva, já que se traduz nas ações que este sujeito produz a partir de sua cognoscência. Para a TMRS, só é possível considerar representações como RS, aquelas que são elaboradas pelo sujeito e que lhe servem em uma prática social. Assim, a abordagem moscoviciana nos apresenta a ancoragem como o elemento social das representações. Ancorar implica negociar uma elaboração subjetiva em um espaço social. Tem a ver com a pertença social, a identidade e o reconhecimento de si nos outros; mas também é do campo da flexibilidade e da reconsideração dos valores pessoais empregados na elaboração das representações. A ancoragem posiciona o homem como sujeito ativo de transformação.

Acorrer a um MS implica ancorar. O sujeito se apresenta em conjunto, com suas carências, crenças e costumes, mas, ao mesmo tempo, aberto às novas representações. Este ponto é decisivo, uma vez que está diante da possibilidade de fazer importantes escolhas e negociações. Sua flexibilidade será testada, pois é o momento em que o sujeito se depara com a ideologia estruturante, o pensar e o agir necessários à manutenção da identidade do MS. Exercerá sua habilidade política na busca da realização dos objetivos que o conduziram ao grupo, mas terá que se posicionar em relação aos seus valores e os do MS.

Sendo reflexivas, como entende Perrusi (1995), uma ferramenta para se compreender o homem no seu universo psíquico e social, as RS podem interferir na dinâmica social, revelando seu aspecto sociológico e na elaboração das subjetividades, campo da psicologia. Os objetos e conceitos são distorcidos em uma elaboração mental quando procede a uma simplificação do

real, que toma como referência elementos subjetivos preexistentes. O homem “representa” para o mundo e essa imagem do mundo passa a lhe constituir, pois é uma apropriação subjetiva, mesmo que sentida como realidade objetiva (MOSCOVICI, 1978). As RS recebem as contribuições do cotidiano que disponibiliza elementos da cultura, ideológicos e comunicacionais, como foram apontados por Vala (1993). O homem se torna um agente de mudanças em potência e irá interagir no universo social que poderá acolher suas novas contribuições (permitir a inovação) ou reprimi-las (conservar).

Este esquema ecoa no senso comum, no conhecimento popular, base de uma tomada de posição dos indivíduos e fundamento para suas comunicações no social. Em grupo, a comunicação circulante trará os ingredientes necessários à produção das RS que mais lhes interessam. Esse caldo de significações disponibilizado é cuidadosamente produzido de forma a alimentar a ideologia estruturante. Em nosso estudo, o progressismo abraça o MLM, e seus integrantes tendem a aquiescer e incorporar o discurso político como a melhor representação da sua realidade e para a superação das suas dificuldades. Mesmo que a lógica política considere as dificuldades sociais, ela é agente dominante nessa relação e cultivará prioritariamente todas as RS necessárias ao seu fortalecimento.

Desse modo, a TMRS apresenta esquemas de como o mundo exterior (coletivo) invade o interior (cognitivo) do sujeito como padrão pré-elaborado, e que para ele retorna. Considera a comunicação e seus padrões de linguagem, em que se codificam as condutas, as normas sociais, a moral, ideologias etc, como estruturantes do pensamento do sujeito. Mas não apenas isso: o posicionamento social que ele, o sujeito, toma a partir dessa elaboração, gerará implicações de aceitação ou rejeição social que também será componente da realidade a ser considerada nessa dinâmica. A representação dominante é que se fará de “juiz” nessa ação que visa “preencher uma função prática e nos posicionar nas relações sociais” (MOSCOVICI, 1990, p. 272).

É assim que a abordagem da TMRS pode facilitar o entendimento das dinâmicas sociais através de um olhar para o sujeito em suas relações sociais. Os MSs são ambientes que possibilitam a compreensão dessas relações, uma vez que neles encontramos diversos aspectos tratados pela teoria, como a elaboração e o compartilhamento de RS. Entretanto, mesmo que a TMRS fundamente métodos que buscam o universo cognitivo do sujeito ou de grupos, não traz, em sua origem, considerações a respeito das condicionantes sociais (influências) que contribuem para a formação daqueles sujeitos. Ou seja, não está na TMRS a preocupação em um aprofundamento sobre as influências sociais e ideologias, elementos da sociologia. Entretanto, o caráter interdisciplinar da TMRS favorece uma aproximação com outros campos

e outras teorias, o que possibilita incorporar contribuições que possam ampliar o entendimento sobre a formação do pensamento social e sobre as bases em que o homem se agrupa e se posiciona no mundo. Algumas destas questões foram tratadas pelo próprio Moscovici em seu modelo genético, que estuda os processos de influência social, a TMA, e que trataremos brevemente a seguir.

3.2 DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ÀS MINORIAS ATIVAS

A obra de Moscovici, *Psicologia das Minorias Ativas* (1969), sugere uma *Teoria das Minorias Ativas* como tentativa de auxiliar o entendimento de que forma as pressões originadas em forças influenciadoras de grupos minoritários podem abalar estruturas de conservação. Neste trabalho complementar, apresenta os valores ideológicos na negociação entre grupos minoritários subversivos e maiorias conservadoras. Ideologia entendida, conforme proposto por Del Prette (1995), como sendo um sistema de ideias ou representações que se mesclam ao estilo de vida da população e fornece esquemas de representações. Será por meio dessas representações que a população, ou o sujeito, constituirá o seu próprio juízo para buscar explicações para os fenômenos da vida social e os caminhos para a insurgência, na forma de uma minoria ativa.

Para Moscovici (2010), a importância que as minorias ativas assumem no mundo contemporâneo reside na sua capacidade de gerar mudanças e inovação. Seus estudos pioneiros datam de 1969³⁷, quando teorizou sobre fontes minoritárias consistentes, que, mesmo destituídas do poder, *status* ou competência, influenciavam outros sujeitos ou grupos, por meio do conflito e de seu estilo de comportamento, desafiando normas instituídas. Assim, sempre estiveram presentes nos contextos sociais e foram responsáveis por significativos avanços, que ocorreram de forma pacífica³⁸ ou revolucionária³⁹. Moscovici (1979) exemplifica a possibilidade de subversão das normas consolidadas, ilustrando com nomes de grandes cientistas (Copérnico, Galileu, Marx, Freud, etc.) e, de forma genérica, com os MSs, para os quais se poderia aplicar a teoria. Segundo Moscovici (2010, p. 235): “Poderá deplorar-se, mas na sociedade atual é certamente desejável que as inovações contestem e desafiem os

³⁷ Moscovici publicou seu primeiro livro sobre a teoria nos Estados Unidos com o título de *Social influence and social change*, em 1976. A versão em francês saiu em 1979, com o título *Psychologie des minorités actives*, contendo um apêndice “La dissidence d'un seul”, onde fazia uma referência sobre a trajetória de Soljenitsyn, dissidente russo que Moscovici exemplificou como minoria ativa;

³⁸ Primavera de Praga, Tchecoslováquia, 1968; Revolução Laranja, Ucrânia, 2004; Queda do Muro de Berlim, 1989; #BlackLivesMatter, EUA, 2020;

³⁹ Coletes Amarelos, França, 2019; Primavera Árabe, Oriente Médio e norte da África, a partir de 2010.

fundamentos da “lei” e da “ordem””. Desse modo, as minorias ativas não apenas são necessárias, como também inevitáveis em um mundo cada vez mais célere e conectado. Além disso, pelos limites impostos à existência de alguns grupos ou sujeitos, não restará outro caminho senão a insurgência, como ocorre com as que constituem os MSs.

Antes mesmo de esboçar seu modelo genético, Moscovici (2010) critica a tradição de pesquisa em Psicologia Social baseada no modelo funcionalista, apontando as limitações para explicar a influência social que colocava a natureza das relações entre fonte e alvo, de forma assimétrica. No modelo tradicional, a maioria detém o controle de um grupo ou indivíduo, utilizando-se da incerteza, gerando dependência e em busca da conformidade. Por esta perspectiva, teríamos MSs imutáveis e sem pressões internas, posto que absolutamente controlados. Ora, vimos na historiografia que apresentamos sobre o MLM de Salvador, sua capacidade de desestruturação social e, em um olhar para dentro, percebemos que as insurgências internas e as influências externas foram responsáveis pela fragmentação do Movimento, o que demonstra a natureza instável de qualquer grupo social e o potencial dismantelador que as minorias possuem, como previsto por Moscovici (2010).

Moscovici (2010) complexificou estas considerações e apresentou argumentos que desafiaram as teorias deterministas de sua época, as quais entendia como autoritárias.⁴⁰ O teórico discute alguns pressupostos do modelo funcionalista e resgata, para análises mais profundas, elementos que escaparam à tradição de pesquisa, como o conflito, os processos de influência social, a mudança e o que ele chama de elementos psicossociais da ação coletiva: estilos de comportamentos, consistência e inovação. Em outras palavras, surge um novo padrão que se preocupa com o poder que emana das minorias para elaborar uma teoria que se propõe melhor explicar a influência social que parte de grupos ou sujeitos não dominantes, e que se evidencia nos conflitos pela busca por espaço de participação, representação e negociação.

Considerando tais contribuições, e apoiados nas ideias de Sodr  (2005) e Freire (1983), alguns pressupostos s˜o fundamentais para as anˆlises que fundamentam esta tese: a saber: a) os MSs s˜o minorias ativas, na medida em que se organizam como grupos marginais ante a ordem jurˆdico-social instituída; b) a EP   ativadora desta minoria e deve atuar no sentido de desmitificar a realidade e evidenciar qualquer a o manipuladora; c) a TMA se apresenta como suporte apropriado para compreens˜o de como os conflitos emergem nas rela es dos MSs,

⁴⁰ Na apresenta o da edi o brasileira, Pedro Guareschi e a equipe central de tradu o fala da contesta o de Moscovici ao espˆrito acadˆmico de sua  poca, que entende ser marcado por um espˆrito autorit rio, “*manifestado atrav s de uma concep o de conhecimento neutro, impessoal, que negava enfaticamente os saberes do senso comum.*”. *Psicologia das Minorias Ativas*, 2010.

sejam eles intersubjetivos, intergrupais ou intragrúpicos, bem como para evidenciar elementos presentes em estilos de comportamentos, quer conformadores, quer inovadores.

Importa refletir de que forma ocorre a influência recíproca entre o líder/educador e o liderado/educando, quais os estilos de comportamento presentes nas relações dos grupos e como se dão as negociações diante de um desvio ou anormalidade. Em nossos dias, esta preocupação é importante por que estamos vivenciando, no Brasil, o esfacelamento de grupos políticos de esquerda, com recorrentes reclamações e alertas sobre o distanciamento dos representantes políticos em relação às suas bases. As eleições presidenciais de 2018 foram reveladoras no sentido de mostrarem que o discurso progressista foi perdendo espaço para um discurso conservador. Os abalos na credibilidade dos representantes políticos ecoam nos MSs e enfraquecem a luta das minorias ativas. Sobre isso, a jornalista Rosana Pinheiro Machado, do site *The Intercept*⁴¹- Brasil, veículo de comunicação mais à esquerda, falando da maior parcela de eleitores de Bolsonaro, assim escreveu:

Na base da pirâmide, ao contrário dos ricos, há desilusão e desinteresse generalizado, mas também há flexibilidade para falar de diferentes candidatos. São sujeitos que não projetam a raiva ou jogam a culpa por sua vida deteriorada nos imediatamente abaixo – por que não há ninguém abaixo. Por causa do clientelismo, esses eleitores tendem a desacreditar na política como um todo. (*THE INTERCEPT*, 2020)

O descrédito presente no discurso político provoca a dissimulação do clientelismo⁴². Sendo um desdobramento do coronelismo, este estilo de fazer política assume novas silhuetas e se mantém na cultura política brasileira, indiferente mesmo às políticas participativas dos governos progressistas. Desse modo, o clientelismo, continua se apoiando na relação de troca que podem ocorrer entre políticos e cidadãos, e, mais danosamente, entre políticos e empresas. Quando falamos da relação política-Movimentos Sociais, as propostas se situam nas soluções das mazelas que afligem os integrantes, como a precariedade da educação, a falta de terra para plantar, a falta de moradia e outras. Se considerarmos a presença do clientelismo neste elo, possivelmente haverá seletividade nas ações e cooptação de grupos com vistas a manutenção ou alcance de poder.

Consideramos que o político possui a função de entender e atender as necessidades da população. Podemos, entretanto, explicitar os riscos de desvirtuamento da função política ao se adotar esta prática, e que, ao que parece, tem sido o motivo de descontentamento e desconfiança

⁴¹ Disponível em <https://theintercept.com/2018/10/16/tipos-eleitores-bolsonaro/>. Acesso em: 15 de dez 2020.

popular apontado pelo *The Intercept*. Primeiro: o clientelismo, como força de influência, esvazia políticas públicas substantivas, uma vez que atende parcelas específicas de pessoas ou grupos. Muitas vezes, o político não se volta para atuar sobre a questão principal, mas beneficia, de algum modo, àquele que pode sustentar sua representatividade (lideranças) por influência sobre os demais (liderados). Nesse sentido, os beneficiados nesta relação mantêm um compromisso de fidelidade recíproca, porém alheio às demandas da sociedade no geral, o que atenta contra o sistema democrático⁴³. A segunda questão diz respeito a quem melhor aproveita esta relação: aqueles que possuem maior capital político (voto, como os MSs), ou maior capital financeiro, capaz de garantir recursos para campanhas, estão à frente. Em um sistema em que a corrupção se impregna às práticas políticas, fica evidente a possibilidade de abertura para clientelismo associar o poder público ao capital.

Na sua origem, se a prática clientelista estava vinculada à dominação e conservação, como resultado de benefícios discricionários, agora podemos falar de um clientelismo ampliado, em que o favorecimento político prioriza acordos partidários, esquemas de corrupção e novas estratégias para configurar a relação entre as conquistas sociais e número de votos decorrentes destes benefícios.

Voltemos ao desencantamento dos mais pobres. A matéria do *The Intercept* (2020) diz que estes: “[...] percebem o governo (PT) como uma grande farsa que atua para seu próprio enriquecimento ou apenas para o benefício de “minorias””. Não parece absurdo supor que os MSs também tenham reduzido sua esperança de mudanças, em virtude do estilo de política conduzido por seus representantes, em que não há espaço para autocrítica e nem para ouvir os reclamos do Movimento. É neste sentido que, atingidos pelo Estado ou por seus representantes políticos, os MSs se enfraquecem como minorias ativas e repassam os fracassos do grupo à vida dos sujeitos que os integram.

As reivindicações coletivas que estruturam os MSs possuem, a princípio, espaço público para que as demandas possam ser encaminhadas e cobradas, porém competem assimetricamente com aquelas apresentadas por pares políticos e aliados áulicos. Esta contradição tem sido abordada em vários estudos sobre orçamento participativo e clientelismo, e costuma ser apontada como causa da percepção que alimenta a desconfiança naqueles que se dizem representantes do povo, como apontam as análises presentes nos trabalhos de Azevedo (1991); Mares Guia (2005); Ribeiro (2005); Andrade (2005). Como reflexo destas práticas, nos

⁴³ A BBC Brasil apresentou uma reportagem sobre este assunto denominada: “*Estudo aponta que clientelismo pode melhorar certas políticas públicas – e piorar outras*”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40438137>. Acesso em 10 de set. de 2021.

burburinhos das relações sociais, as preferências políticas esmaecem ou recrudescem, fatos que destacam a comunicação como ferramenta decisiva no convencimento de qualquer eleitorado.

Segundo Rouquette (1996), as comunicações sociais, revelam estruturas sociais. Moliner *apud* Walchelke (2013) postula que os processos de formação do Pensamento Social se estabelecem pelo caminho dos contextos interpessoais privados e pelos meios de comunicação de massa operados pela imprensa. Dessa forma, é possível percorrer caminhos investigativos que levem à compreensão dos processos de formação dos elementos constitutivos do pensamento, seja a nível individual, quando a comunicação influencia as opiniões e atitudes dos sujeitos, seja grupal, na propagação de ideologias ou na formação de RS (MOSCOVICI, 1961). Em nossa tese, são por esses meandros que destacamos a possibilidade da existência de uma relação não ética entre educadores e educando, que se apoia em discursos políticos capazes de reduzir a criticidade dos sujeitos. Na subseção seguinte, apresentamos nossa exemplificação: a incompatibilidade entre a proposta da educação dialógica freiriana e a comunicação política polarizante que procura fomentar o ódio entre classes sociais, como estratégia de poder.

3.2.1 Luta e ódio de classes

O caminho que empreendemos consistiu em buscar a comprovação de que possa haver uma utilização do discurso político para controle do Pensamento Social dentro dos MSs. Este controle intencional se daria pela significação e ressignificação de fatos, com propósitos políticos específicos de produção de RS, elaboradas e compartilhadas dentro de grupos sociais dependentes. Elegemos destacar a incompatibilidade entre o que se manifesta nos discursos de lideranças, (políticos, intelectuais, militantes etc) e o que se espera de uma “Educação como prática da liberdade” (FREIRE, 1967). Para este fim, optamos por investigar os discursos de lideranças políticas que tratassem da elaboração e propagação de sentidos para o ódio entre classes sociais, como estímulo a um sectarismo conflituoso. Tal intencionalidade estaria a serviço de uma polarização extremada e violenta entre segmentos sociais, com vistas a arregimentar apoiadores para partidos ou líderes políticos e conservar ou conseguir importantes postos no cenário político. Neste caso, um líder político estaria se afastando propositalmente de Freire e validando as palavras de Maquiavel (2010, p. 106):

A um príncipe, pois, não é indispensável ter de fato todas as qualidades acima descritas [...], mas é imprescindível que pareça possuí-las; aliás, ousarei dizer o seguinte: tendo-as e observando-as sempre, elas são danosas, ao passo que, aparentando tê-las, são úteis — como, por exemplo, parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo; mas é necessário estar com o espírito de

tal modo predisposto que, ser for preciso não o ser, o príncipe possa e saiba torna-se o contrário.

O posicionamento maquiaveliano é a antítese do que se espera do educador progressista. Porém, é possível que o educador/líder possa propagar o engodo político, conscientemente ou não. Entendemos que seja possível identificar este desvio por uma análise cuidadosa da comunicação, constituída pelos sentidos empregados e pelos interesses a eles vinculados. Para tentarmos identificar esse fenômeno, fomos buscar um elemento antidemocrático contemporâneo na comunicação de porta-vozes do progressismo: o ódio de classes.

O ódio que falamos está inserido no que se conhece por discurso de ódio. Trata-se de uma segmentação de um conjunto mais amplo e que conduz ao entendimento automático da existência de classes que se antagonizam a ponto de se hostilizarem. A coincidência dos significantes remonta a contextos específicos de conturbação social violenta, como os que se estabeleceram a partir do século XIV⁴⁴ na forma de “uma luta encarniçada do “povo” contra os burgueses, senhores feudais, aristocratas e reis absolutistas pela defesa de suas liberdades e pelo uso comum da terra” (NASCIMENTO, 2014, p. 10). Entretanto, quando falamos de democracias consolidadas, instituições democráticas, direitos e garantias individuais, esta sobreposição se torna incômoda e indesejada, mesmo que frequentemente sobrevenham por chamamentos políticos.

Entendemos que falar de luta de classes não implica, necessariamente, falar de ódio de classes. Sobretudo se aceitamos as instituições democráticas como um processo em evolução, legitimamente elaborada pelo povo e que deve ser preservada em nome da paz social. No Brasil, o conceito de luta de classes é antigo, tendo sido utilizado por partidos políticos para falar de desigualdade e injustiça social, a partir de uma perspectiva marxista.

Porém, mais recentemente, alguns destes partidos, enfraquecidos ou ameaçados pelas eleições, parecem dar ênfase ao ódio de classes, muitas vezes tratando esta decalagem como componente necessário à luta. Pelo prisma da esquerda política, os discursos assim estruturados induzem ao entendimento de que há uma elite odiosa e dominadora que compõe uma determinada classe insensível às dificuldades do povo e que deve ser eliminada. As referências são, ora sutis e metafóricas, ora objetivas, com emprego de semioses que apontam para o desejo de aniquilação de um inimigo por vezes indeterminado, por vezes oculto. A

⁴⁴ Manoel Nascimento apresenta uma contextualização histórica baseada nas obras dos anarquistas Piotr Kropotkin (1842-1921) e Elisée Reclus (1830-1905) sobre o surgimento das cidades européias.

eliminação não parece ser um desejo meramente simbólico, de superação de desigualdade ou pelo uso do diálogo, mas sim o resultado de um processo de dominação e silenciamento que considera o rompimento do sistema democrático e emprego da força física. O ódio aqui pressupõe a morte, a violência, a animalização e outros substantivos de desumanização. Sobressai que muito se fala das imperfeições dos regimes democráticos, mas, em qualquer caso, é na busca do diálogo e do aperfeiçoamento institucional que eles se fortalecem, e nunca no silenciamento (ou morte) dos contrários; isto seria totalitarismo.

Devemos fazer uma reflexão pertinente sobre a origem deste “ódio”. Sabemos das possibilidades de levantes populares violentos contra os agentes responsáveis por infligir sofrimentos extremos à população, como a Revolução Francesa, em 1789 e a Revolução Russa, em 1917, entre outras. De igual forma, conhecemos as manifestações pacíficas contra regimes autoritários que lograram câmbios sociais importantes, tais como a Revolução dos Cravos, em 1974, as que ocorreram em alguns países durante a Primavera Árabe ou a Marcha do Sal, capitaneada por Mahatma Gandhi, em 1930. Cada um destes contextos conduziu para a forma de externar o descontentamento do povo. O que buscamos abordar aqui não é a mobilização popular raivosa em si, nem mesmo as desigualdades que forjaram este ódio ou outros elementos que servem de incremento às manifestações, pois resultaria em uma coletânea de casos particulares incontáveis. Dedicamo-nos a investigar uma certa técnica para construção do pensamento odioso que opera no imaginário dos sujeitos que, por estarem em certos agrupamentos sociais, ganham importância no equilíbrio social. Não se trata de uma diminuição de valor quanto às causas, mas nos parece que a complexidade de uma avaliação mais honesta para isso necessitaria de um trabalho específico e que fugiria do nosso propósito.

Consideramos que há, por outro lado, um fio delicado entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio. Em nome do preceito constitucional da liberdade de expressão,⁴⁵ muitas vezes se manifestam a discriminação e a intolerância contra grupos vulneráveis, tais como minorias étnicas, homossexuais, mulheres e negros. Sobre estas questões, há um grande número de debates que visam conceituar as duas expressões (discurso de ódio e liberdade de expressão), sobretudo no meio jurídico, já que o enquadramento em uma ou em outra definição impactará diretamente no desfecho de uma lide. Precisamos, então, apresentar os nossos limites conceituais. Para isto, partiremos do entendimento de Brugger (2007, p. 118), para quem o discurso do ódio se caracteriza pela utilização de palavras “que tendem a insultar,

⁴⁵A Constituição Federal do Brasil de 1988 garante a liberdade de expressão principalmente nos incisos IV e IX do artigo 5º. O inciso IV cuida da livre manifestação do pensamento, de forma mais ampla, e o inciso IX trata da liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião”. Nestes discursos, a mensagem empregada visaria a “capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Para Alvaro Paul Diaz (2011), o discurso do ódio deve apontar para um comportamento hostil, ou seja: “Deve-se notar que o discurso de ódio vai além da simples expressão de rejeição ou antipatia, uma vez que tenta promover a hostilidade contra as pessoas, contra as quais a conduta discriminatória é dirigida” (DIAZ, 2011, p. 575).

Percebemos um alinhamento quanto à forma de manifestação e o direcionamento que caracterizariam o discurso de ódio. Porém, encontramos na definição de Meyer-Pflug (2009) uma referência que aponta para outros grupos, não apenas as minorias, e que decorrem da manifestação de “ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias” (MEYER-PFLUG, 2009, p. 97). Supomos que o discurso de ódio servirá ao conflito entre classes sociais, e que, portanto, não é unidirecional. Maiorias e minorias guardariam o mesmo potencial para a odiosidade.

Por fim, é Silva (2011) que nos empresta as melhores referências sobre as implicações da externalidade do discurso de ódio, quando o define como “[...] uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor” (SILVA, 2011, p 447). Desse modo, o discurso de ódio que não é externado é inócuo, pois o plano mental não produz efeito no plano fático, “e não causa danos algum a quem porventura possa ser seu alvo, já que a ideia permanece na mente de seu autor” (SILVA, 2011, p 447). Assim, em nossa análise, pretendemos chegar às intencionalidades das formações discursivas que estimulam o ódio de classe, a partir de manifestações de líderes políticos e militantes. Nesses discursos poderemos revelar um chamamento ao conflito físico, ao desrespeito às instituições democráticas e, sobretudo, à relativização da vida humana, indicadores de incompatibilidade com uma educação libertadora. Para melhor elucidar este contraste, trataremos, brevemente, sobre a impossibilidade de coexistência destes elementos nas práticas da EP.

3.3 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR

Freire (1983) defende que a percepção dos sujeitos se transforma na medida em que eles refletem sobre suas práticas, mesmo que a estrutura política, social, ambiental, entre outras, não acompanhem a mudança na mesma proporção. Entende que eles são capazes de transformá-las

a partir de seus pensamentos e ações. Esta prática está apoiada na dialogicidade que opera com base no progressismo. Lembrando, pois, as palavras de Freire (1980, p.107):

E o que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

A partir desta referência, é inescapável pensar que uma gestão social contemporânea deva contemplar este processo amoroso de educar o homem sugerido por Freire, a partir do conhecimento do mundo, como verdadeira possibilidade de transformação social. Devem, pois, os gestores sociais, combater o ódio em favor da relação amorosa, o controle e a manipulação, em favor do diálogo.

Supomos que a EP se estabelece pelo diálogo horizontal e não pode se manter contemplativa nem entrincheirada na resistência às incessantes mutações das normas políticas, sociais e econômicas que o mundo estabelece. Sobretudo, deve buscar dialogar com semelhantes e diferentes, como forma de conhecer o mundo contemporâneo e entender seus novos arranjos sociais, as demandas sociais e a sua “liquidez” (BAUMAN, 2001). Em outras palavras, a EP depende inteiramente do diálogo democrático e participativo entre lideranças e liderados, educadores e educandos, opressores e oprimidos e vários outros grupos de diferentes.

Então, entender as estruturas sociais atuais e os contextos que as produziram é se reconhecer nelas para reivindicar os ajustes que mantenham acesa a esperança, revigorem a utopia e, sobretudo, materializem-se em ganhos sociais. Por outro lado, igualmente importante é reconhecer a necessidade de se preservar a EP das mutações deletérias provocadas pela força do capital, pela globalização, pelas tecnologias e por arranjos políticos (que priorizam a paixão ideológica), mas sem perder de vista os fundamentos da democracia, do diálogo e do amor.

Para Brandão (1986), EP é a negação da negação; uma oposição às estruturas discriminatórias. Trata-se, ainda, de uma educação rebelde caracterizada por ser “[...] mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido, do que um projeto próprio de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares.” (BRANDÃO, 2006, p. 13). Não se trata de uma atividade pedagógica voltada para esses grupos, simplesmente, mas uma necessidade que deles emerge, diante da sua condição de oprimido e da busca por emancipação, que deve ser tratada com diálogo. Esta é uma ideia central aqui defendida: a de que a EP deva partir das reflexões sobre os pensamentos e discursos que

circulam nos MSs, contemplando as experiências, informações, relações e desejos compartilhados para fins de transformação. Isto vincula a EP às nuances da linguagem que será o canal provocador de ações transformadoras.

Significa dizer que as práticas da EP impescindem da comunicação para representar a vontade de criar espaços autônomos, nos quais o manejo do poder se realize em forma compartilhada, dentro de uma constante relação de respeito mútuo. Porém, a educação voltada para o povo, por sua relevância social, pode ser alvo de disputas, uma vez que podem acolher as contribuições de “diferentes agências concorrentes ou aliadas” (BRANDÃO, 1986, p. 55) a disputarem a consolidação de suas ações pedagógicas em bases culturais, políticas, econômicas diversas. Em meio a esta disputa, o trabalho pedagógico da EP deve se voltar para convergência entre educadores e educandos, de onde se pode esperar:

A busca de formas educativas de caráter participativo, de reflexão coletiva da prática dos próprios atores, do desenvolvimento de relações de solidariedade entre os membros, a superação dos dogmatismos e preconceitos etc, constituem opções-chave neste sentido. (LA EDUCACIÓN POPULAR HOY EN CHILE: ELEMENTOS PARA DEFINIRIA, p. 13).

Dentre as agências que disputam a educação do povo, conforme apontou Brandão (1986), concentramo-nos naquelas que dependem da existência de uma militância política. No Brasil, a partir do período que sucedeu o regime militar instaurado em 1º de abril de 1964, a política partidária passou a exercer maior influência sobre os MSs que ascendiam ao espaço público. De modo geral, as tendências progressistas que se originaram do extinto Movimento Democrático Brasileiro, MDB, como o Partido Democrático Trabalhista, PDT, liderado por Leonel Brizola, o Partido Popular, liderado por Tancredo Neves, e o Partido dos Trabalhadores, de Luiz Inácio Lula da Silva, se aliaram às lideranças e representantes de MSs, no sentido da formação e fortalecimento de sujeitos políticos coletivos. Estes agentes intermediários são os responsáveis pela transmissão de informações que viajam do topo das deliberações políticas às bases populares, e colaboram ativamente para a repetição dos discursos e elaboração de representações sobre os fatos da vida social. É nesse circuito que a ideologia política flui, cabendo, aos articuladores de base, a responsabilidade de manterem a coesão do grupo e o número de apoiadores suficientes para que o ápice continue existindo, enquanto seus “defensores”. Dentro dos MSs, os desejos de políticos e de outras lideranças irão se misturar aos dos seus integrantes. Como já vimos, talvez seja este o momento de maior tensão, pois exige do sujeito carente, a sedimentação de suas expectativas ao sistema ideológico que sustenta o grupo.

Se o amparo popular é necessário para a manutenção da representatividade política, podemos questionar sobre o quanto a busca desse apoio compromete o trabalho voltado para a emancipação dos integrantes dos MSs (BRANDÃO, 2006). Não pretendemos voltar ao ponto em que se discute se a prática de educar adultos, de fato, se constitui em uma ação educativa ou política, mas parece oportuno recuperar o pensamento de Arendt (2002) como forma de destacar a preocupação presente nesta escrita. A filósofa se mostrou convencida da impertinência de se pretender educar sujeitos políticos, já que é inevitável a autoridade presente na figura do educador, o que conduz à ideia de persuasão e não à educação. Desta perspectiva, depreende-se a possibilidade que o educador que faz uso da política, abusar de sua posição e exercer coação silenciosa (algumas vezes, de forma estridente). Para Arendt (2002, p. 363):

A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos, na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra “educação” soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto o objetivo real é a coerção sem o uso da força.

Diante destas “influências externas”, já anteriormente observadas pelos teóricos aqui apresentados, instaura-se uma incerteza incômoda. Sabemos que a pedagogia libertadora constitui instrumento fundamental no processo de conscientização, e, portanto, na estruturação e formação dos MSs. Porém, é preciso revisitar os fundamentos de educadores como Freire, Brandão e Gadotti, como forma de verificar se suas propostas educadoras têm sido, de fato, aplicadas como instrumento de uma práxis libertadora. Assim, é possível propor reflexões agudas, um pensamento crítico sobre o discurso crítico, como necessário e inevitável diante das transformações políticas vividas atualmente pelo Brasil. Carecemos refletir sobre as relações éticas, as práticas em educação e o diálogo libertador, que Freire (1978) chamou de “exigência existencial”.

Trata-se de verificar as duas dimensões para o diálogo, a ação e a reflexão, e como estão presentes nas dinâmicas dos MSs. Em Freire (1978), só é possível a mudança do mundo se a palavra for verdadeira, decorrendo da práxis, onde a ação e a reflexão acontecem. Se a palavra é falsa, a reflexão perde o sentido de transformação, tornando-se alienadora daqueles que nela depositam sua esperança. As relações entre estes dois polos, líderes e liderados, abrem para a possibilidade de influência mútua e para a produção de conflitos, onde a qualidade da comunicação poderá revelar se há a honestidade nas intenções.

Freire (1987) alerta para o risco do ativismo pela negação da práxis, quando a ação se sobrepõe à reflexão, sem que seja estabelecido um diálogo verdadeiro. Esta proposta freiriana visa minimizar as relações conflituosas, e convida ao entendimento construtivo pela aproximação entre os envolvidos. Para Freire (1987), não se trata de tentar conformar aquele a quem se opõe, pela utilização de alguns instrumentos de influências, mas sim de aceitar que esta influência seja mútua, equilibrada e respeitosa, se a proposta for libertadora. Nesse sentido, é importante pensar em uma reflexividade entre os pensamentos e práticas sociais exercidas no espaço social. Para tal, esse autor considera que pensar e agir se apoiam na força das palavras, porém o fundamento do diálogo é o amor. Freire revela sua preocupação com a linguagem e com os possíveis conflitos dela decorrentes.

Considerando-se que a sociedade é produtora de fatos psicossociais que resultam em conflitos estruturantes dos movimentos de resistência, tais como o MST e o MLM, cabe analisar acontecimentos discursivos que fortemente influenciam estes grupos. Sendo mais precisos, pretendemos demonstrar, empiricamente, a existência de uma teia discursiva capaz de conformar o pensamento social dos MSs e que seja uma evidência inoportuna e indisfarçável da manipulação semiótica para fins de dominação. Desse modo, tentaremos buscar sinais de Freire, de ódio e de manipulação nos discursos analisados. Trataremos de um circuito que se inicia em líderes influentes, passa pela militância e lideranças e alcança o homem necessitado de um MS.

Como um discurso oferece incontáveis direções para sua análise, precisaremos nos situar em um aspecto que seja relevante e capaz de sustentar os entendimentos aqui propostos. É por este caminho que vamos buscar, no discurso, a recorrência e a significância capazes de revelar a anomalia que estamos apontando. Para isso, elegemos algumas falas que possam contribuir para nossa análise sobre o discurso de ódio entre classes, como inevitável e necessário à conflagração que pavimentará o caminho das conquistas sociais. Optamos pela análise crítica destes discursos como forma de refletirmos sobre as intencionalidades subjacentes dos influenciadores e suas consequências para a EP e para os MSs.

Esta necessidade nos conduziu à Análise Crítica do Discurso (ACD), uma vez que apresenta um modelo teórico-metodológico capaz de acolher diversas práticas na vida social. Partindo da interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, a ACD favorece as investigações que tentam revelar conexões entre relações de poder e recursos linguísticos utilizados por sujeitos ou grupos sociais. Deixamos, no Tomo IV, a apresentação da nossa escolha metodológica e a proposta de sistematização dos dados de análise.

3.4 DISCURSO E MOVIMENTOS SOCIAIS

De início, é importante reafirmar a possibilidade das relações dialógicas entre uma ACD e outras teorias e métodos voltados para análise de aspectos sociais, como é o caso da TMRS e da TMA. Esta abertura acolhedora da ACD cria novas perspectivas teóricas e metodológicas que podem ser incorporadas às investigações, e, assim, provocar avanços nas pesquisas sociais a partir de novos ângulos de observação e arranjos.

A vida social se elabora em discursos nos quais se identifica aspectos linguísticos, imagens, gestos etc, a formarem um todo discursivo que produzem efeitos nos contextos sociais. Os “Discursos incluem representações de como as coisas são e têm sido, assim como representações imaginárias – representações de como as coisas podem ou devem ser” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 207). Desse modo, temos, no texto, um registro social que nos possibilita, a partir de análises, identificar problemas sociais, desejos que permeiam estes problemas e, além disso, material para reflexão crítica-política-social. Para conduzir uma análise deste tipo, Fairclough (2003, 2009), propõe que os textos devam apresentar modos discursivos de ação (gênero discursivo), construção/representação (discursos) e identificação (estilos). Com o objetivo de apoiar a ideia defendida nesta tese, utilizamos o discurso político para analisar o objeto “ódio de classe” nos discursos de lideranças políticas com a finalidade de produzir representações com o potencial de influenciar pensamentos e práticas nos MSs. Existe uma produção semiótica compartilhada nestes discursos que podem interferir nas relações e identidades sociais, nos valores culturais e nas consciências. Sendo aspectos relevantes em nossa investigação, afastamo-nos das considerações puramente linguísticas (mesmo que ainda as mantemos em algum grau) e adotamos uma postura crítica das relações dialéticas em nossas análises.

Para Fairclough (2012), a semiose atua de três maneiras: a primeira como parte da vida social inserida em uma prática, como, por exemplo, a maneira com que um vendedor ambulante faz uso da língua; a segunda, como interferência nas representações, provocando alterações em representações reflexivas e em representações sociais, recontextualizando-as (BERNSTEIN, 1990; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), o que conduz à novas práticas e/ou ressignifica outras; por último, contribui para o desempenho de determinadas posições e reafirma a ideia de que cada sujeito se constitui por caminhos próprios, conforme vimos no subitem 1.2.2.

Dessa forma, o sujeito social incorpora ao seu arsenal semiótico uma série de impressões, valores, emoções, memórias etc, que irão afetar o seu posicionamento no mundo e

o seu desempenho nos discursos. A posição desse sujeito no quadro social irá resultar em um estilo próprio de atuação: “Os estilos são maneiras de ser, identidades, em seu aspecto semiótico.” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 310). Dentro do esquema para as três formas de atuação da semiose, analisaremos como o discurso político se insere nos grupos sociais e atua com e entre práticas, em composição da ordem social, elaborando ou afetando estilos.

Em um agrupamento social particular, vários gêneros e discursos se organizam de forma diferenciada e própria, o que Fairclough (2012) chama de ordem de discurso. Essa consiste na maneira de os diversos gêneros e discursos estarem inter-relacionados entre si. Uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros. Um aspecto dessa ordenação é a dominância: algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas “[...] No entanto, há outras maneiras que podem ser adotadas ou desenvolvidas em maior ou menor proporção, em oposição àquela dominante.” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 310).

Um MS, por exemplo, elabora sua ordem de discurso a partir da relação entre os vários modos de construir sentido para luta e para a carência, por contribuição de diversos discursos e gêneros. A existência de lideranças resulta em uma forma dominante desta construção que, pelo controle que exercem sobre a comunicação circulante, determina quais discursos lhe convém, qual o seu alcance e quanto tempo devem permanecer ressonantes. Por outro lado, a TMA nos lembra o potencial subversivo das minorias ativas, podendo questionar as forças hegemônicas, inclusive e por meio do discurso. Isto por que uma ordem de discurso está em constante interação com outros discursos e ordens, recebendo colaborações e se ajustando conforme o contexto. Se, entretanto, não há uma absorção conciliatória entre os dominantes dos discursos e as minorias, o resultado é o conflito, a fragmentação ou a acomodação.

Utilizamos a ACD para tentar entender como gêneros, discursos e estilos se articulam na produção de determinada ordem social. Esta interação poderá ser melhor explicitada por meio da interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2012), ou seja, a partir de textos da Formação Discursiva (FD), entendida como o agrupamento de regras históricas e anônimas, “sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística específica, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 1986, p. 43). Procuramos identificar quais gêneros, discursos e estilos os constituem, e de que modo seus elementos formam articulações. Em nossa análise, utilizamos a fala do ex-Presidente Luiz Inácio da Silva (Lula) como Discurso Central, e buscamos a interdiscursividade nas manifestações de Benedita da Silva, Marilena Chauí, Mauro

Luiz Iasi, Paulo Betti, Vagner Freitas, João Pedro Stédile, Guilherme Boulos e do próprio Lula, além de manifestações de outros atores sociais que corroboram as ideias defendidas por estas lideranças.

TOMO IV

TRILHAS METODOLÓGICAS: NAS INTENCIONALIDADES DO DISCURSO POLÍTICO

Nos Tomos anteriores fizemos algumas considerações a respeito da formação social do sujeito, a partir de bases existencialistas, na qual incorporamos teorias que pretendem explicar a subjetividade decorrente da relação do sujeito com o simbólico. Tratamos da importância de uma relação ética entre educadores e educando, como forma de garantir uma educação libertadora. Precisamos, agora, buscar, no universo das interações sociais, fenômenos que sustentem nossas suspeitas levantadas anteriormente. Nesse sentido, este tópico é dedicado à justificativa quanto a utilização da Análise Crítica do Discurso como método de investigação, bem como para apresentar nossas razões para a escolha dos sujeitos, dos discursos de análise e do ambiente de coleta de dados. Finalizamos com a exposição dos fragmentos a serem analisados e da estrutura proposta por Fairclough para ACD como método em pesquisa social científica.

4.1 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Os sentidos produzidos sobre o mundo e sobre si são construídos nas práticas sociais. Falamos da existência de uma fronteira entre o sujeito e o coletivo, em meio aos jogos de poder que vão estruturando os arranjos sociais com o auxílio da linguagem. Devemos procurar metodologias que possibilitem desocultar as intencionalidades subjacentes ao discurso, como forma de desmascarar as manobras de controle e condicionamento. Para este fim, apoiamos-nos em estudos que lançaram as bases para as análises discursivas, como a Linguagem Crítica, Análise do Discurso, Análise Crítica do Discurso, entre outras.

Desde a década de 70, alguns pesquisadores procuraram estabelecer conexões entre a sociedade e a linguagem, na busca por entender como as escolhas lexicais e sintáticas serviam às construções ideológicas e à estruturação das relações de poder. Estas preocupações lançaram fundamentos para a Linguagem Crítica, que incorporou as contribuições de diversos linguistas, como Teun van Dijk, Norman Fairclough, Ruth Wodak entre outros, até se consolidarem como Análise Crítica do Discurso, a partir de janeiro de 1991, em um simpósio em Amsterdã, na Holanda. Estas possibilidades para a ACD mantêm em comum a forma com que é concebido o conceito de discurso, entendido como uma prática social. Desse modo, favorece investigações acerca de como as identidades, papéis sociais e interpretações da

realidade são moldadas, sempre considerando as relações de poder e a complexidade da linguagem. Há, assim, uma trajetória mais ou menos definida para estudos sobre a importância da linguagem nos arranjos sociais, e que somam colaborações de outros pesquisadores que conferem heterogeneidade sobre os caminhos possíveis a respeito das análises em torno do discurso.

Para Pêcheux (1999), a AD vai se constituir na relação destes elementos (com origens na Linguística, no Marxismo e na Psicanálise), presentes no discurso, em constante transversalidade entre a linguagem, o ideológico e o histórico. Em nossas considerações, buscamos o posicionamento crítico sobre o discurso político, com objetivo de desanuviar o que constitui, consciente ou inconscientemente, a mensagem discursiva, para evidenciar os interesses ocultos por trás da comunicação

Para Charaudeau (2015), o discurso político é um gênero discursivo que comporta vários subgêneros, como o discurso de direita, o de esquerda, o democrático, o extremista entre outros, todos figurinos de uma espécie de teatro. Isto por que a política reflete nossas relações com os outros, baseada em uma imagem/interpretação que construímos em e para nós. Entende Charaudeau (2015) que, segundo o princípio da influência, há sempre o desejo de um sujeito controlar, a seu favor, os pensamentos e ações de outro(s) segundo a sua vontade. Fala ainda do princípio da regulação, em que, caso haja no outro algum poder de influência, poderá ocorrer uma espécie de negociação em busca do equilíbrio como meio para contornar o conflito surgido. Porém, os recursos que possibilitam o poder de influência, sejam eles políticos, informacionais, simbólicos etc, não estão igualmente disponíveis, o que resulta em assimetria de forças nos polos da comunicação. Em um primeiro momento, um líder fala “mais alto”, com mais frequência e com alcance maior do que qualquer uma das camadas de influência hierarquicamente inferiores.

Na interação social, “todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si; relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2015, p. 17). O desequilíbrio dessas forças torna-se visível nas dinâmicas sócio-políticas, por meio das estratégias de comunicação de líderes políticos que buscam influência sobre a expressividade numérica, capaz de garantir suas representatividades e a manutenção ou melhora de suas posições no cenário político. Com base nesses entendimentos e em nossa intencionalidade de estabelecer uma crítica sobre estas relações socio-políticas mediadas pelo discurso, aproximamo-nos da ACD.

Buscamos uma ACD capaz de nos revelar os sentidos produzidos a partir de uma comunicação social e que nos forneça um material para ser olhado na forma de um corpo único

e complexo. Nele podemos identificar elementos que sustentam os entendimentos até aqui, como: a fala, a ideologia, a história, a semântica, o social e o sujeito por trás da mensagem, como também desocultar de que forma os líderes e liderados, sujeitos históricos constituídos socialmente, formatam e estruturam seus discursos políticos, a partir de posicionamentos ideológicos para fins específicos.

4.2 A TEIA APREENDIDA PELA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Para empreender nossa investigação sobre os discursos e seus elementos de linguagem, vimo-nos estimulados a buscar uma proposta própria, aproveitando a abertura para incorporação de novos procedimentos que a AD possibilita. Buscamos uma estratégia que fosse capaz de romper com a naturalização de procedimentos usuais, e que, além de dar conta dos intentos da pesquisa, pudesse provocar um repensar sobre os modelos de uso correntes. Distanciamos-nos dos padrões preferidos e das referências costumeiras, e sugerimos uma abordagem diferente que fosse capaz de instigar novas formas de pensar a realidade. Propomos então uma ACD direcionada para o grupo que se declara defensor dos oprimidos, ou melhor, para aqueles que seriam críticos costumeiros das forças conservadoras e do capital, mas que são pouco criticados: as lideranças e educadores progressistas.

Na verdade, não nos foi possível fugir desse caminho. Isto por que o nosso objeto de análise incide sobre algumas práticas progressistas, de onde não se deveria esperar, a princípio, estratégia para dominação do povo. A ACD, em sua origem, estruturou-se como um campo de estudo e um instrumento de luta contra forças hegemônicas, sustentadas pelo discurso. Contudo, procuramos trabalhar com ACD para explicitar o desejo de dominação que parece apontar para os que se dizem libertadores da opressão. Para Foucault (1996. p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, é o poder do qual nos queremos apoderar”. Ou seja, é possível que o poder referenciado por Foucault esteja estimulando uma forma de dominação inesperada.

Entendemos que o discurso serve às pretensões de poder, independente do polo ideológico. Não estamos voltados para o discurso dos grupos conservadores, neoliberais ou dos que se costuma chamar de integrantes da classe opressora, mas sim para aqueles produzidos dentro e para os círculos das minorias. É este posicionamento que nos desalinha da ACD clássica, pois o nosso *corpus* de análise está no progressismo. Com o entendimento de que o discurso não opera de forma despreziosa em nenhuma esfera das relações humanas, buscamos desvelar o oculto nos acontecimentos discursivos que mobilizam o

imaginário dos excluídos. Consideramos a possibilidade de que possa haver uma prática autoritária de esquerda que, “[...] em nome da justiça social, reduz as classes trabalhadoras a puros objetos de sua ação “salvadora.”” (FREIRE, 2001, p. 45).

Foi preciso, portanto, propor uma análise que relacionasse o linguístico com a história e com o ideológico, porém sem o foco costumeiro nas instâncias de discursos hegemônicos. Esta tradição estabelece uma análise discursiva criticamente posicionada no sentido de explicitar os condicionamentos impostos pelo capital e pelas políticas neoliberais (FAIRCLOUGH, 2012). Nosso interesse está na micropolítica, nas relações de poder intra e intergrupos e nas interações entre dois níveis, líderes e liderados ou educandos e educadores progressistas.

Voltamo-nos para o intervalo entre o linguístico e o social, pois entendemos o discurso como constituinte do ambiente social, quando colaboram para a formação de estruturas sociais, e é constituído socialmente, uma vez que carregam as variações de grupos sociais e suas ordens de discursos. É no discurso que, conforme Orlandi (2007, p. 19), “procura-se compreender a língua, não só como uma estrutura, mas, sobretudo, como acontecimento”. Estes entendimentos e o caráter emancipatório são marcantes na proposta da ACD que, através de análises das relações entre discurso e prática social, denuncia mecanismos de dominação ocultos com o objetivo de desestruturar sistemas de opressão. Em nossa pesquisa, se há estímulo ao ódio entre os diferentes, com impacto importante no pensamento e nas práticas dos sujeitos, entendemos que a influência camufla uma nova forma de dominação que ameaça a paz e a democracia, legitimando o emprego da ACD.

4.3 ESCOLHAS E JUSTIFICATIVAS SOBRE OS SUJEITOS DOS DISCURSOS

Quando pensamos na formação de um pensamento social, pressupomos a existência de um estímulo capaz de se espalhar consistentemente nos interstícios de grupos sociais, a ponto de gerar novas representações acerca de um dado fenômeno. Após o *start*, o estímulo deve permanecer presente nas conversações cotidianas, sendo burilado nas crenças e costumes até a sua sedimentação. Neste processo, alguns componentes podem determinar a tenacidade do estímulo e, por conseguinte, seu sucesso no intento de uma nova influência social. Podemos citar, de imediato, a frequência do estímulo, a autoridade da figura do emissor e o aval que este recebe de pessoas e/ou grupos já legitimados como reforçadores de influência. Foram estas, pois, as características que buscamos nos sujeitos emissores de nossa pesquisa.

Falamos de características desejadas para nomes de comprovada tradição de influir

sobre o pensamento social a partir do gênero “discurso político”. Como vimos anteriormente, este gênero pode comportar outros subgêneros. O que utilizamos aqui é o subgênero “discurso político de esquerda”. Os sujeitos escolhidos foram aqueles de militância intensa e constante, reconhecidos por sua trajetória que, em defesa dos direitos sociais, tornaram-se referências como representantes do “pensamento progressista”. Estas características conferem a tais sujeitos o poder de influenciar outros militantes e grupos. Assim definido, elencamos nomes conhecidos na mídia e em redes sociais, que possuíssem discursos voltados para a construção de representações em torno de “ódio de classe” (a propósito destes espaços de coleta de dados, mídia e redes sociais, falaremos mais adiante).

Uma vez que nos colocamos como investigadores de uma relação polarizada, lideranças e liderados, onde os primeiros se encontram revestidos de autoridade e poder sobre os segundos, importa saber os sentidos desta comunicação direcionada, do topo à base, e que podem estar presentes na formação do pensamento social do grupo de liderados. Os produtores dos discursos são personalidades públicas que militam fortemente em favor de uma ideologia de esquerda e posicionada à frente das causas sociais. São referências indiscutíveis para seus liderados; aqueles a quem acorrem quando precisam de orientação para desvendar as tramas do jogo político e para se protegerem no excludente terreno dos interesses capitalistas. Estes líderes estão em vários setores sociais e são importantes influenciadores dos MSs, por conta da visibilidade que possuem nos meios de comunicação e da sua trajetória de militância. Em nosso recorte de pesquisa, decidimos trabalhar com Políticos, Artista, Sindicalista, Intelectuais e, por fim, líderes de dois importantes Movimentos Sociais: o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). No quadro abaixo, apresentamos os nomes, campos dos sujeitos e forma de discurso utilizada.

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS, CAMPOS E GÊNEROS DOS DISCURSOS

Líder	Campos dos Sujeitos	Gênero do Discurso	Data
Marilena Chauí	Intelectual	Palestra	Mai de 2013
Luiz Inácio Lula da Silva	Político (PT)	Discurso Público	Fevereiro de 2015
Vagner Freitas	Sindicalista (CUT)	Entrevista	Agosto de 2015
Mauro Luiz Iasi	Político/Intelectual (PCB)	Palestra	Outubro de 2015
Benedita da Silva	Político (PT)	Discurso Público	Mai de 2017
Luiz Inácio Lula da Silva	Político (PT)	Discurso Público	Outubro de 2017
João Pedro Stédile	Liderança do MST	<i>Live no Youtube</i>	Março 2018

	(PT)		
Guilherme Boulos	Liderança do MTST (PSOL)	Postagem no <i>Twitter</i>	Abril de 2020
Hélio Schwartsman	Jornalista	Matéria jornalística	Julho de 2020
Paulo Betti	Artista	<i>Live no Youtube</i>	Outubro de 2020
Ruy Castro	Jornalista	Matéria jornalística	Janeiro de 2021

Fonte: Elaboração do autor (2021)

A heterogeneidade dos contextos possíveis e dos lugares de anúncio irá moldar os sentidos dados às palavras no interior das formações discursivas. No quadro 1, os campos dos sujeitos apresentam os lugares de anúncio dos discursos: político, intelectual, artístico, sindicalista e de liderança de MSs. Portanto, não se espera homogeneidade na FD, uma vez que ela “[...] não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior de um interior, mas se inscreve entre diversas formações discursivas como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica.” (BRANDÃO, 2002, p. 50).

Desse modo, as mesmas forças ideológicas e socio-históricas produzem um assemelhamento entre os discursos, que tendem a se reforçarem mutuamente, mas não são impenetráveis. Cada sujeito atua em um campo de ação ideológica, e um pode se relacionar interdiscursivamente com o outro, reforçando os achados para análise. Por exemplo: a fala de Luiz Inácio Lula da Silva pode estar reforçada ou confirmada por Benedita da Silva; Paulo Betti pode espelhar o pensamento de Vagner Freitas, João Pedro Stédile pode reafirmar Marilena Chauí e assim por diante.

4.4 OS DISCURSOS ESCOLHIDOS E O AMBIENTE DE COLETA

Apresentaremos mais algumas considerações sobre duas de nossas escolhas metodológicas: a primeira diz respeito ao ambiente de coleta de dados, a *web*, e a segunda, referente aos discursos utilizados. No que diz respeito ao espaço virtual, este se constitui em um repositório áudio visual das práticas sociais, alimentado e compartilhado incessantemente por milhões de usuários. Podemos dizer que se configura em uma “realidade paralela”, mas não apartada dos fatos da vida, e que é, ao mesmo tempo, influenciada e influenciadora do universo *off-line*. O compartilhamento das informações potencializa processos de influência social, o que fez das redes sociais virtuais, poderosas ferramentas capazes de ditar práticas e

pensamentos. Este poder de impacto sobre os costumes e a cultura, passou a ser explorado por grupos dominantes e dominados, exercido por famosos e anônimos, alçados à *influencers*, marquetólogos e celebridades. Além disso, as redes sociais acolhem uma variedade de gêneros como os que utilizamos para nossa investigação: o discurso público, entrevistas, lives, palestra e postagens em redes sociais, tais como *Facebook* e *Twitter*.

Este significativo ambiente de práticas discursivas é validado pelo entendimento de Grigoletto (2011), para quem há um embricamento entre o virtual e o social. Foi desse espaço etéreo que coletamos os textos políticos e os submetemos à nossa ACD. Esta escolha apresenta duas importantes vantagens: além de fornecer uma variação de gêneros discursivos, apresentamos uma escala amplificada de influência, própria da comunicação social dos nossos tempos. Mas há ainda um importante aspecto desta forma de comunicação, que parece ser providencial para guerra de comunicação que se trava no jogo político. A possibilidade de edição dos conteúdos favorece a descontextualização dos fatos. Desse modo, é possível se utilizar de recursos de linguagem, como dubiedades, omissões, ênfases ou supressões, de modo a se provocar uma interpretação mais conveniente da informação. Portanto, o alcance, a velocidade e o poder de envolvimento que a comunicação em redes sociais proporcionam, preponderaram na escolha e não deve provocar estranhamentos em pesquisas voltadas para comunicação em massa presente nos nossos dias.

Resta-nos falar mais sobre o porquê são estes e não outros, os discursos escolhidos. Partimos da perspectiva do poder como instrumento de controle social, já que o trabalho de uma análise crítica sobre o discurso se dirige à influência que possuem indivíduos, grupos e instituições. Lembramos aqui uma referência de Van Dijk (1999, p. 26), quando diz que “[...] *los grupos tienen (más o menos) poder si son capaces de controlar (más o menos), en su propio interés, los actos y las mentes de los (miembros de) otros grupos.*” Para o autor, os líderes possuem acesso privilegiado a um ou mais recursos sociais escassos, como “[...] *la fuerza, el dinero, el estatus, la fama, el conocimiento, la información, la «cultura», o incluso varias formas del discurso público y de la comunicación.*” (VAN DIJK, 1999, p. 26). Nossos discursos são revestidos pela autoridade do emissor acerca dos meandros políticos, e que servem de base para um desejado esclarecimento, orientações e argumentações de receptores liderados.

Algumas manifestações na forma de discurso de ódio ganharam grande repercussão nas redes sociais e noticiários, e que ainda são acessadas e utilizadas por grupos políticos, aliados ou opostos, na forma de argumentos de discurso. Desse modo, buscamos amostras que fossem emblemáticas, produzidas em contextos importantes e que manifestassem objetivos

claros, com mínima margem para as contestações que argumentam a utilização de uma linguagem metafórica, ainda que este argumento tenha sido frequentemente posto como reação a repercussão negativa da fala. Mesmo que nos textos dos discursos não figurassem evidentes a expressão “ódio de classe”, esta ideia deveria vir subentendida na mensagem transmitida, direta ou indiretamente, para que as análises fossem possíveis. As ações antidemocráticas, por exemplo, podem dissimular o ódio do qual falamos.

Vimos antes que, mesmo que sejam discursos individuais, seus emissores se constituem como lideranças influentes, com poder de penetração nas mentes de seus seguidores. Além disso, as semelhanças discursivas podem conferir a característica de grupo aos sujeitos dos discursos. Desse modo, qualquer semiose recorrente e compartilhada estará configurando um movimento orquestrado rumo a determinado objetivo. Algumas delas poderiam convergir para o nosso propósito de analisar incoerências, se incorporadas a uma prática de educação voltada para emancipação dos sujeitos, como o estímulo ao ódio.

4.5 ESTRUTURA PARA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO PROPOSTA POR FAIRCLOUGH

Língua e semiose assumem considerável importância na produção das representações dominantes, aquelas desejadas e necessárias à manutenção do grupo ou conformação do sujeito influenciado. O grupo hegemônico se apoia no discurso para transmitir a ideia de que há uma verdade inquestionável ou a melhor prática a ser seguida. Para Fairclough (2012), estes discursos “são operados como novas formas de agir e de interagir (inclusive como novos gêneros) e inculcados como novas formas de ser, novas identidades (inclusive com novos estilos).” Em um MS, as orientações políticas para o enfrentamento necessário, que comumente se denomina por “luta”, é um exemplo de como novos conhecimentos orientam novas práticas. Há, pois, um trabalho que se volta para uma nova reestruturação social diante dos desafios que se levantam e que impõem novas relações estruturais entre gêneros, discursos e estilos.

No contexto que nos propomos analisar, é preciso que apontemos quais gêneros, discursos e estilos predominam. Como gênero, inerente ao objeto, temos aquele que promove a orientação e regulação de ações sociais, como, por exemplo, o que se dirige aos MSs e sindicatos. Os discursos de referência são os das lideranças políticas de esquerda, que circulam nos eventos organizados por partidos progressistas ou brotam de iniciativas de militantes. Tais

discursos carregam orientações para a insurgência, com expressões de ordem recorrentes, como: luta por direitos, elite dominante, burguesia, classe trabalhadora e outros. Os estilos se manifestam pelas particularidades que cada liderança apresenta ao transmitir suas ideologias e interesses. São produzidos a partir de personagens influentes e reverberam para e nos grupos sociais das minorias de excluídos. Gêneros, discursos e estilos se combinam na formação de representações sobre particularidades da vida política e social, com objetivo declarado de mudança na estrutura social, mas que pressupõe o objetivo “não dito” do poder político.

Para evidenciar o que está dissimulado, dotamos a estrutura analítica proposta por Fairclough (2012) para ACD e que seguiu o conceito de apreciação crítica explicatória proposta por Roy Bhaskar (BHASKAR, 1986; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Desse modo, acolhemos as sugestões de Fairclough para uma sequência de procedimentos necessários em investigações de fenômenos sociais que se apoiam na ACD. São eles:

1 - Dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico:

A ACD procura destacar problemas sociais que os grupos marginalizados enfrentam, com o objetivo de se chegar a uma solução. Este posicionamento conduz às questões controversas, uma vez que se opõe às estruturas sociais consolidadas e busca, pelo conflito entre as considerações hegemônicas e novas perspectivas, a superação de barreiras sociais como injustiça, desigualdade, discriminação, exclusão etc. Para Fairclough (2012, p. 312):

Na condição de ciência social crítica, a ACD tem objetivos emancipatórios e focaliza os chamados “perdedores” dentro de certas formas de vida social – os pobres, os excluídos socialmente, aqueles que estão sujeitos a relações opressivas de raça e sexo, e assim por diante.

Em geral, os assuntos tratados pela ACD são problemáticos e envolvem conflitos nas relações sociais que se evidenciam por meio de discursos de controle. Em nosso caso, os “perdedores” estariam para os liderados, assim como os “opressores” para as lideranças. Esta simples identificação já se mostra suficiente para ampliar as controvérsias.

2 - Identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido:

Cabe ao analista do discurso identificar as barreiras que reforçam a distorção apontada e que servem como camada de conservação para que as práticas se perpetuem. As barreiras são:

a. A rede de práticas no qual está inserido:

Para a ACD, é necessário saber como a semiose está presente nas dinâmicas das práticas sociais e na estrutura das ordens de discursos. Há uma diversidade semiótica que percolam as ordens de discurso e influenciam na maneira com que os grupos sociais se organizam. Para que sejam evidenciados os obstáculos para a solução do problema, é preciso entender esta relação e a influência nas interações, que se dão por meio da linguagem. Se obstaculizar é dominar as interações pela linguagem, então devemos partir para uma análise interacional, buscando diálogos entre diversos textos, e, em algum grau, evidenciar uma dominância. Além disso, uma análise capaz de destacar elementos subjacentes à linguagem, tal como entonação, figuras de linguagem, entre outros.

Estas interações se dão em diversos momentos e contextos, por meio de práticas que abrem espaços para que a linguagem volte a reforçar a semiose que interessa ser preservada. Podemos citar os comícios, os encontros estudantis, as manifestações de ruas, as reuniões de sindicatos entre outras praticas que acolhem a mesma produção de significados e se referenciam mutuamente, de forma explícita ou não, para a consolidação de uma idéia.

b. As relações de semiose com outros elementos dentro das práticas particulares em questão:

As práticas de um grupo social produzem e se sustentam pela semiose circulante. Se há influências externas, estas emprestam aos fenômenos os sentidos que lhe interessam que tendem a interferir nas representações existentes a partir de novas semioses. O discurso político de nossa análise, por exemplo, busca acentuar elementos muito caros aos MSs, militantes políticos, trabalhadores etc, tais como a opressão, a desigualdade e a injustiça social.

Outros componentes são costumeiramente evocados para acentuar a desigualdade social, como o racismo, o preconceito e o ódio. No que diz respeito às práticas, a exteriorização da semiose se apresenta nas manifestações de rua, nos comícios, nas trocas de mensagens pelas redes sociais entre outras. Esses elementos também podem ser trabalhados no sentido de minimizar ou suprimir qualquer representação que possa significar uma ameaça à liderança ou fragilização da “luta”.

c. O discurso (a semiose em si):

Este é o ponto nuclear da análise. Nele se busca evidenciar a estrutura analítica e as interações discursivas. Desse modo, pode-se relacionar, por exemplo, uma palestra a uma entrevista ou a uma matéria jornalística, e evidenciar de que modo elas se reforçam. Nesta análise é possível identificar pontos de contatos entre os discursos, com semioses semelhantes para determinados objetivos. Por último, ressaltamos alguns aspectos da linguística podem ser relevantes, como as analogias, as metáforas, as redundâncias etc, já que a língua é moldada pelas funções sociais a que serve. No discurso político, estes elementos podem facilitar o entendimento e absorção de uma dada mensagem.

3 - Considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não:

O discurso é ideológico e trabalhado para servir às relações de poder e dominação. Cabe ao analista considerar este ponto significativo em sua apreciação crítica e evidenciar as contradições, inconsistências e inconciliações que possam afetar os excluídos. Desse modo, se a análise for capaz de revelar que a ordem social só se mantém por meio de uma série problemas subjacentes, a ACD pode servir de instrumento para mudanças capazes de superar as relações de opressão, uma vez que é denunciadora. Já deixamos claro que temos um problema de incoerência entre discursos político de esquerda e as bases de uma educação libertadora.

4 - Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos:

Este estágio da análise busca apontar as alternativas e soluções para os problemas encontrados na apreciação crítica. É o momento em que as contradições são retomadas com o intuito de se buscar possibilidades para novos caminhos, capazes de levar a superação das práticas opressoras. Cabe, nesta fase, a propositura de diretrizes capazes de contribuir para uma revisão do contexto denunciado.

5 - Refletir criticamente sobre a análise:

Nesta última fase, as reflexões se voltam para a análise em si. O analista deve retomá-la em conjunto para refletir sobre a pertinência de suas considerações e verificar suas

contribuições para a mudança social. Aqui é possível apontar as limitações e as falhas possíveis da análise e do analista, mas também evidenciar se é possível vislumbrar algum horizonte de mudança a partir do conjunto de resultados.

TOMO V

ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISUSSÃO CRÍTICA: A EDUCAÇÃO POPULAR NAS TEIAS DO DISCURSO POLÍTICO

Esse Tomo tem a finalidade de revelar características do discurso político de líderes que podem influenciar na produção de um pensamento social odioso entre sujeitos ideologicamente contrários. Iniciamos com alguns esclarecimentos quanto a estratégia de análise adotada, e relacionamos nosso objeto com a estrutura analítica proposta por Fairclough (2012), citada anteriormente. Em seguida, buscamos atender ao objetivo específico, qual seja: analisar o discurso político de líderes influentes que alcança os Movimentos Sociais e se integram às práticas educativas populares. Este ponto da tese depende da investigação sobre o aspecto semiótico para o significante “ódio de classe”, que se apresentam em referências diretas ou indiretas, e como este constitui em um problema social quando é compartilhado e amplificado a serviço de uma conveniência partidária. Como decorrência dos dois anteriores, o segundo objetivo específico, formular diretrizes que estimulem os debates a cerca da importância do compromisso ético da Educação Popular para os Movimentos Sociais, emerge como possível caminho para a compreensão e superação da problemática, e será tratado nas considerações finais.

5.1 Nossa estratégia de análise

A análise possui um discurso principal, que chamamos de “Discurso Central” e onze fragmentos de discursos, considerados Discursos Secundários. Utilizamos como Discurso Central a fala de Lula, proferida no “Seminário de Educação Pública: desenvolvimento e soberania nacional”, em 10 de outubro de 2017, uma vez que o ex-presidente é visto como o maior representante da esquerda política na atualidade (Apêndice 6). Este é o nosso “centro da teia”, para o qual procuramos conexões com fragmentos de outros discursos que o antecederam ou sucederam. Ao texto, faremos conexões com outros que denotem reforços e complementariedade⁴⁶. Nesta vinculação⁴⁷, desejamos demonstrar a intertextualidade que suplementa a formação dos sentidos. Pretendemos nitidificar as conexões entre discursos e como estes se combinam na busca por novas representações.

No incomensurável universo de possibilidades para escolha, limitamo-nos à algumas

⁴⁶ Encontra-se disponível integralmente no apêndice 1, onde poderá ser consultado para um melhor acompanhamento das sequências de fala e entendimento do contexto;

⁴⁷ Todos os textos citados foram transcritos e encontram-se nos apêndices.

amostras que compatilhassem sentidos com o discurso principal. Por isto, nossa ACD é realizada sobre o Discurso Central, enquanto que se emprega referências aos Discursos Secundários para aprofundar a análise, conforme propõe o modelo de estrutura analítica de Fairclough (2012). Esta opção decorre do entendimento de que há a necessidade de ampliar e entrecruzar as análises, de forma que se obtenha um grau maior de certeza nos resultados, dentro dos discursos e em campos de ações diferentes (política partidária, artística etc). Relacionamos, desse modo, a linguagem à sua exterioridade, a língua com o sujeito que a usa em determinado contexto, posto que cada campo do discurso traduz os processos históricos e condições de produção da linguagem, bem como situações específicas do momento de fala.

A despeito de buscarmos referências ao “ódio de classe”, ressaltamos que esta categoria pode vir relacionada a outras capazes de justificá-la, reforçá-la ou naturalizá-la, dentro do mesmo discurso ou em outros. Esta parece ser uma característica inerente à complexidade do discurso político, uma vez que tais categorias se interligam em dada sequência discursiva, compondo um conjunto de ideias a serem transmitidas. Desse modo, na análise do Discurso Central, destacamos duas categorias além do ódio de classes: referência ao ódio político, simplificação/desinformação. Em “referências ao ódio político”, identificamos conexões indisfarçáveis com o “ódio de classe”, pois há um forte estímulo para se classificar os eleitores de adversários políticos como inimigos de classe⁴⁸. A “simplificação/desinformação” se apresenta como instrumento argumentativo a serviço de mensagens centrais de polarização. Os discursos públicos tendem a simplificar informações complexas, que se combina com a desinformação na tarefa de reforçar as diferenças entre polos.

Destacamos a presença de humor no Discurso Central, mas não o analisamos enquanto categoria, pois se constitui mais como um estilo de oratória do que, propriamente, um argumento de convencimento. Em resumo, sobre tais categorias, não é possível nem necessário se determinar a predominância de uma ou de outra, mas sim evidenciar as conexões internas entre elas e a possibilidade de transposição para outros discursos.

Como nossa atenção está voltada para o impacto de mensagens na formação do pensamento social dos MSs, não analisamos cada um dos sujeitos de Discurso Secundários nem nos aprofundamos nos contextos em que foram produzidos tais fragmentos, mas somente nas mensagens que ganharam amplo espaço nas redes sociais, ambientes de veiculação

⁴⁸ É assim, por exemplo, que os apoiadores do ex-Presidente Michel Temer eram chamados de *golpistas*, ou, para os eleitores do presidente Bolsonaro, que se tem empregado as alcunhas de *facistas*, *pobres de direita*, *neonazistas* ou *gado*.

naturalmente descontextualizador. O que queremos dizer é que há uma grande quantidade de mensagens que viajam virtualmente desacompanhada do contexto, e é desta forma que irão ganhar o universo cognitivo dos receptores. De qualquer modo, apresentamos tais sujeitos do discurso, e algumas circunstâncias em que suas falas foram proferidas. A seguir, expomos os fragmentos analisados, os sujeitos discursantes e as categorias que adotamos (Quadro 2):

QUADRO 2 - SUJEITOS, FRAGMENTOS E CATEGORIAS DOS DISCUROS

Nº	Sujeito do Discurso	Fragmento do discurso	Categoria
“10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma” – 13/06/2013			
1	Marilena Chauí	[...] é porque eu odeio a classe média; a classe média é um atraso de vida; a classe média é estupidez; é o que têm de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista.”	Referência ao ódio de classe
2		[...] é uma abominação política porque facista; uma abominação ética porque violenta; uma abominação cognitiva porque ignorante. Fim!	
3	Lula	Coitadinho do operário, chegou lá, mas ele não tem culpa, ele não estava preparado [...]	Referência ao ódio de classe
4		[...] E Agora, quando nós começamos a fazer sucesso é que inspirou o ódio [...]	
“Ato em defesa da Petrobrás” – 24/02/2015			
5	Lula	[...] nós queremos brigar também. E, sobretudo, quando João Pedro Stédile colocar o exército dele do nosso lado. Um abraço gente!	Referência ao ódio de classe
Entrevista – 13/08/2015			
6	Vagner Freitas	[...] Isso implica ir para as ruas entrincheirados, de armas na mão, se deitar [na rua] e lutar, se tentarem tirar a presidente	Referência ao ódio de classe / Referência ao ódio político
“2º Congresso Nacional da CSP – Conlutas” – 10/2015			
7	Mauro Luis Iasi	[...] Você diz que tem amigos, mas você tem amigos entre as pessoas que são boas ou entre os adversários? Você diz que não pode ser comprado, mas um rio que arrasa tudo numa inundação ou um raio que fulmina uma casa também não pode ser comprado. Nós sabemos que você é nosso inimigo, mas considerando que você, como afirma, é uma boa pessoa, nós estamos dispostos a oferecer a você o seguinte: um bom paredão, onde vamos colocá-lo na frente de uma boa espingarda, com uma boa bala e vamos oferecer, depois de uma boa pá, uma boa cova. Com a direita e o conservadorismo: nenhum diálogo: luta.	Referência ao ódio de classe / Referência ao ódio político
Seminário “Estado de Direito ou Estado de Exceção” – 29/05/2017			
8	Benedita da Silva	[...] as nossas fezes não podiam se misturar às fezes do asfalto [...]	Referência ao ódio de classe / Referência ao ódio político
9		[...] e ele (o golpe) não pode esperar grandes elaborações, grandes formulações. Quem sabe	

		faz a hora e faz a luta. E na minha Bíblia está escrito que sem derramamento de sangue não haverá redenção.	
“Seminário de Educação Pública: desenvolvimento e soberania nacional” – 10/10/2017 (Discurso Central)			
10	Lula	[...] Não foi essa ideia que permeou a cabeça da elite brasileira. Não foi essa a ideia que permeou a cabeça da elite brasileira desde que eles vieram de Portugal [...]	Referência ao ódio de classe
11		[...] educação é coisa pra gente fina, é coisa para as pessoas que moram na Casa Grande; os das senzalas têm que aprender a trabalhar, a comer mal e a viver mal. Eles é que pode estudar, ou aqui ou lá fora. [...]	
12		[...] quando nós assumimos a presidência, São Bernardo não tinha Universidade Federal, Santo André não tinha, Diadema não tinha, Sorocaba não tinha, o Osasco não tinha, Guarulhos não tinha e Santos não tinha [...].	Simplificação / Desinformação
13		[...] A turma dos golpistas que estão aí, estão felizes da vida dizendo que tem vindo muito investimento estrangeiro no Brasil, é mentira.” [...]	Simplificação / Desinformação
14		[...] Quando a elite brasileira vai ficar quatro ano com bolsa de estudo na Sorbano, é investimento. Quando a Dilma cria o Ciência Sem Fronteira para mandar filho de pobre ir pro estrangeiro, é gasto” [...].	Referência ao ódio de classe
15		[...] Eu vou dizer uma coisa meu filho, se o Bolsonaro agradou o mercado, nós do PT temos que desagradar ao mercado, porque nós não combinamos, nós não combinamos [...].	Simplificação / Desinformação
16		[...] eles sabem que a economia brasileira não vai mais ficar subordinada ao rentismo de setores médios da propriedade brasileira, para a economia brasileira vai ter que ser baseada na produção” [...].	
17		[...] você acha que eles se contentam em ter uma negona como você, como Secretária da Educação num estado como Minas Gerais? eles ficam olhando pra você e fala assim: seria uma baita de uma empregada doméstica! e pode ter certeza que é isso que eles pensam” [...]	Referência ao ódio de classe
18		[...] Eles acham que a gente só gosta de pé de frango e pescoço, quando não pensam que a gente deveria comer as pena” (sic) / Antigamente, sentava uma madame sozinha, sabe...no banco. E ainda colocava a perna pro outro lado, sabe. Quando não cochilava. E tava maravilhoso [...]	Referência ao ódio de classe
19		[...] Eu não quero nem que o Moro me absolva. Eu só quero que ele peça desculpas. Só quero que me peça desculpas [...]	Simplificação / Desinformação
20	[...] Obviamente que eles podem. Obviamente que eles podem. Junta meia dúzia de juiz, vota		

		e não me deixam ser candidato. Acabou! [...]	
Vídeo no <i>Youtube</i>: Canal Brasil de Fato – 16/03/2018.			
21	João Pedro Stédile	[...] As ilações que os Estados Unidos fez, seja através da Globo, seja através de prepostos que eles têm aqui no país. Então, falam em querer prender o Lula. Não é prender Lula, é prender o povo brasileiro. É prender a democracia” [...]	Desinformação/ Simplificação
22		[...] Porque, evidentemente que querem impedir a candidatura do Lula é excluir, no mínimo, a metade da população brasileira, sobretudo os trabalhadores dos mais pobres, que são os que sustentam a viabilidade do governo Lula [...]	Referência ao ódio de classe
Postagem no <i>Twitter</i> – 20/04/2020			
23	Guilherme Boulos	Um lembrete para Bolsonaro: a dinastia de Luiz IV terminou na guilhotina...” (sic)	Referência ao ódio político
Matéria Jornalística: “Por que eu torço para que Bolsonaro morra” – 07/07/2020			
24	Hélio Schwartsman	Jair Bolsonaro está com Covid-19. Torço para que o quadro se agrave e ele morra. Nada pessoal	Referência ao ódio político
Live no <i>Youtube</i> – 01/10/2020			
25	Paulo Betti	[...] É, isso aí não estava previsto. Ninguém tinha previsto que ia aparecer um maluco e golpear a camisa amarela, onde estava escrito: Brasil acima de tudo E cravar uma faca de uma maneira mais ou menos correta, mas não total [...]	Referência ao ódio político
Matéria Jornalística: Saída para Trump: matar-se - 10/01/2021			
26	Ruy Castro	Saída para Trump: matar-se. E, como Bolsonaro copia tudo que ele diz e faz, poderia segui-lo também nesse gesto Mas o tiro precisa ser no coração, não na cabeça. Este só faz lambança, com sangue, miolos e cacos de ossos por todos os lados. Já o tiro no peito é <i>clean</i> [...]	Referência ao ódio político

Fonte: Elaboração do autor (2021)

As categorias apresentadas têm se mostrado recorrentes em discursos políticos de grandes lideranças e militantes, sobretudo em épocas de disputas eleitorais, e de necessidade de apoio popular. As disputas procuram reforçar o domínio sobre cada campo (BOURDIEU, 2008), como forma de se resgatar ou manter o poder político. Como já aludido, o que nos importa saber é se o posicionamento progressista, a partir de uma semiótica recorrente conformadora das ordens de discursos, segue o sentido do acolhimento das diferenças, a escuta dos sujeitos e a produção de representações que promovam uma democracia participativa, ou, pelo contrário, se induz ao vitupério, ao sectarismo, às relações sociais untadas no discurso de ódio.

Pela análise que propomos, procuramos revelar se os sujeitos da fala (aqueles que, em um contexto especial produz um discurso influente) exercem seu poder, controlando mentes e

ações pela construção de novas representações a partir da semiótica presente em seus discursos. Este arcabouço de significações decretadas pode estar viajando por vários níveis de lideranças e compor o “currículo” da EP que se desenvolve nos MSs. A ACD que utilizamos, auxilia a investigação sobre a possível exploração e consequências desta ação discursiva poderosa, controlando a produção das representações, as carências e as ações de liderados, em interesse próprio.

Para uma melhor compreensão da análise, inciamos com uma breve contextualização do ambiente político vivido pelo Brasil no momento da fala do ex-Presidente Lula, e seguimos com a aplicação dos caminhos propostos por Fairclough para ACD.

5.2 CONTEXTO DE DISPUTAS E PODER: O AMBIENTE DO DISCURSO

O discurso escolhido ocorreu em 10 de outubro de 2017, por ocasião do “Seminário de Educação Pública: desenvolvimento e soberania nacional”, que aconteceu em Brasília, Distrito Federal. Neste ano, o PT, partido pelo qual Lula chegou à presidência, encontrava-se abalado por uma série de denúncias de corrupção. Algumas figuras importantes de seu quadro político, como o ex-ministro da casa Civil, José Dirceu, o ex-presidente do PT, José Genuíno e o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares, tinham sido condenados e presos, em regime fechado, pelo esquema que ficou conhecido como “O Mensalão”,⁴⁹ e que teria se iniciado em 2005. Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff havia sido removida da presidência da República por uma votação em plenário que totalizou 61 votos a favor e 20 contra o seu impedimento. O senado acolheu a denúncia de que Dilma teria ordenado a edição de créditos suplementares sem a autorização legal, além de ter realizado operação de crédito com instituição financeira controlada pela União, fato que caracterizaria crime de responsabilidade. Com o *Impeachment*, assumiu o vice-presidente, Michel Temer, que se transformou, automaticamente, no principal adversário político do PT. Desse modo, Michel Temer passou a centralizar as preocupações da nova oposição quanto à próxima disputa eleitoral⁵⁰.

Porém, o receio maior estava na possibilidade de prisão de Lula pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O encarceramento de Lula teria consequências imprevisíveis para o futuro do Partido dos Trabalhadores e seus aliados. Além disso, a

⁴⁹ Ação Penal Número 470, que tratou da denúncia sobre a compra de votos de parlamentares para aprovação de medidas que interessavam ao governo e aliados.

⁵⁰ Mesmo que já existisse a possibilidade da candidatura de Jair Bolsonaro à disputa eleitoral de 2018, esta não parecia ser uma ameaça;

possibilidade de remoção do PT do Governo Federal poderia abalar uma série de políticas públicas que representavam avanços sociais, como o ProUni⁵¹, Luz para Todos, Programa Minha Casa Minha Vida, Mais Médico, SISU⁵², entre outros.

Em andamento, encontrava-se o julgamento da ação penal que envolvia um triplex no Guarujá, apontado como pagamento de corrupção pela construtora OAS. A condenação veio, e prisão ocorreria, de fato, no dia 7 de abril de 2018, após o ex-presidente se entregar à Polícia Federal (PF), no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo.⁵³ Neste ambiente de perda de credibilidade popular e de apoio político, o PT elaborou uma agenda que chamou de “luta contra o golpe”. Com vistas às eleições de 2018, a militância passou a ser convocada à luta contra os “golpistas” e para retomada de um discurso contra alguns inimigos que ficaram relativamente esquecidos nos primeiros anos dos governos petista, representados por entes abstratos como “a elite”, a “classe burguesa” ou “setores dos meios de comunicação”. Este clima levou o PT a criar e difundir narrativas que reforçassem a ideia de golpe, iniciado com o afastamento da Presidente Dilma e que contaria com a urdidura de setores partidarizados do legislativo e do judiciário. Os motivos para a trama, segundo o PT, estariam na insatisfação de elites com a ascensão de pobres e trabalhadores aos direitos sociais promovidos ou ampliados pelos governos petistas. Segundo as principais lideranças, o objetivo último da aliança antipetista seria inviabilizar a candidatura de Lula nas eleições de 2018, já que ele personificaria o principal responsável pelos benefícios aos excluídos.

Como reação à perspectiva de enfraquecimento político por conta dos escândalos sucessivos de corrupção, o PT criou eventos em todo o Brasil, como o seminário “Educação pública, desenvolvimento e soberania nacional”, promovido pelas bancadas do PT na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em parceria com a Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do Partido dos Trabalhadores e com a Fundação Perseu Abramo⁵⁴. A fala de Lula se deu no encerramento de evento, em um “Ato Suprapartidário em Defesa das Universidades Públicas, Institutos Federais e da Ciência e Tecnologia”, com a participação de lideranças partidárias, parlamentares, entidades representativas do campo educacional, MSs,

⁵¹ Criado em 2004, o programa Universidade para Todos permitiu o acesso de jovens de baixa renda à educação superior, por meio da concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais;

⁵² Criado em 2010, O SISU (Sistema de Seleção Unificada) é o sistema informatizado do Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatas participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);

⁵³ Lula foi condenado pelo então juiz federal Sérgio Moro a nove anos e seis meses de prisão na ação penal nº 5046512-94.2016.4.04.7000/PR, referente ao caso do triplex, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A acusação apontou a ocultação da propriedade de uma cobertura triplex no litoral paulista do Guarujá, recebida como suborno em troca de benefícios sobre contratos na Petrobrás para a da empreiteira OAS.

⁵⁴ A Fundação Perseu Abramo foi criada em 2013 com a proposta de desenvolver um projeto de Formação Política, por meio de cursos voltados à militância partidária, movimentos sociais, dirigentes e gestores públicos de esquerda.

reitores, gestores, estudantes, além de personagens políticos conhecidos, como o ex-Ministro da Educação Fernando Haddad e da Senadora Gleisi Hoffmann, atual presidente do PT. Iniciemos nossa análise.

5.3 A TEIA DO ÓDIO COMO PROBLEMA SOCIAL E SEU ASPECTO SEMIÓTICO

A controvérsia que queremos provocar reside nas ações dos representantes daqueles que Fairclough (2012) chamou de “perdedores”. Nossa ênfase no problema social está nos sentidos que lideranças políticas de esquerda elaboram para “ódio de classe”. Pretendemos chegar às motivações para esta prática. Devemos, antes de apontar algumas pistas de que há uma semiótica que serve a determinados interesses de poder, responder a duas questões-chave: 1 - por que estes sentidos se constituem em um problema? e 2 – a quem afeta o problema?

A primeira pergunta está relacionada às contradições contantes do subitem 2.3: “*Ética como parâmetro para a liberdade*”. Ou seja: parece haver uma incompatibilidade entre os pressupostos de uma educação crítica, com os processos de condução de pensamentos e ações dentro dos MSs. Desse modo, se há distorções conscientes e intencionais nos discursos, ocorre, por consequência, um desrespeito à ética emancipatória. Reforçamos nossa preocupação com as palavras de Faundez (1998), ao afirmar que “Quanto mais a massa escuta os líderes, menos pensa - isso é considerado o sumo da política, quando deveria ser o contrário.” (FREIRE, FAUNDEZ, 1998, p. 28). O autor reconhece a importância do apartidarismo, quando fala do interesse em condicionar sujeitos, mas destaca sua maior preocupação: “Isso se dá junto aos políticos autoritários, tanto da esquerda como de direita. O mais grave é que se reproduza na esquerda, entre os políticos progressistas.” (FREIRE, FAUNDEZ, 1998, p. 28)

Também já apresentamos a resposta para a segunda pergunta. As questões que configuram o problema social afetam aqueles que se encontram oprimidos por um sistema restritivo, e que podem ser conduzidos a experimentar uma nova forma de exclusão, a da criticidade. São, portanto, “os perdedores” de Fairclough (2012), quando uma “[...] racionalidade dominadora exerce uma influência fundamental na política progressista dos líderes que se dizem de esquerda ou que pretendem estar ligados às massas.” (FREIRE, FAUNDEZ, 1998, p. 28). A racionalidade política progressista, nestes casos, posicionaria-se a serviço da opressão.

5.4 A ESPIRAL VIÇOSA DO DISCURSO POLÍTICO

Um discurso pode se desenvolver em torno de uma intencionalidade principal, mas também se ampliar por conta de outras intencionalidades. De qualquer modo, é indispensável as práticas receptivas para aferir os efeitos pretendidos. Em se tratando de discurso político, é a militância a responsável por organizar as práticas que acolherão os discursos. Desso modo, assemelhando-se aos fios radiais que estruturam uma teia, a militância é responsável por dar sustentação a intencionalidade da comunicação, seja na forma da produção de uma representação (campo do pensamento), seja na forma de uma manifestação pública (campo das práticas). Traremos dois exemplos quando analisarmos a teia de discursos, capazes de ilustrar as respostas práticas dos liderados; uma produzida por integrantes do MST, e outra resultante de seguidores de Guilherme Boulos, no *Twitter*. Abaixo, apresentamos de que modo estes elementos se combinam na forma de uma teia de conservação do pensamento social, provocado pelo discurso de Lula e suas conexões interdiscursivas.

a) A militância como teia de práticas

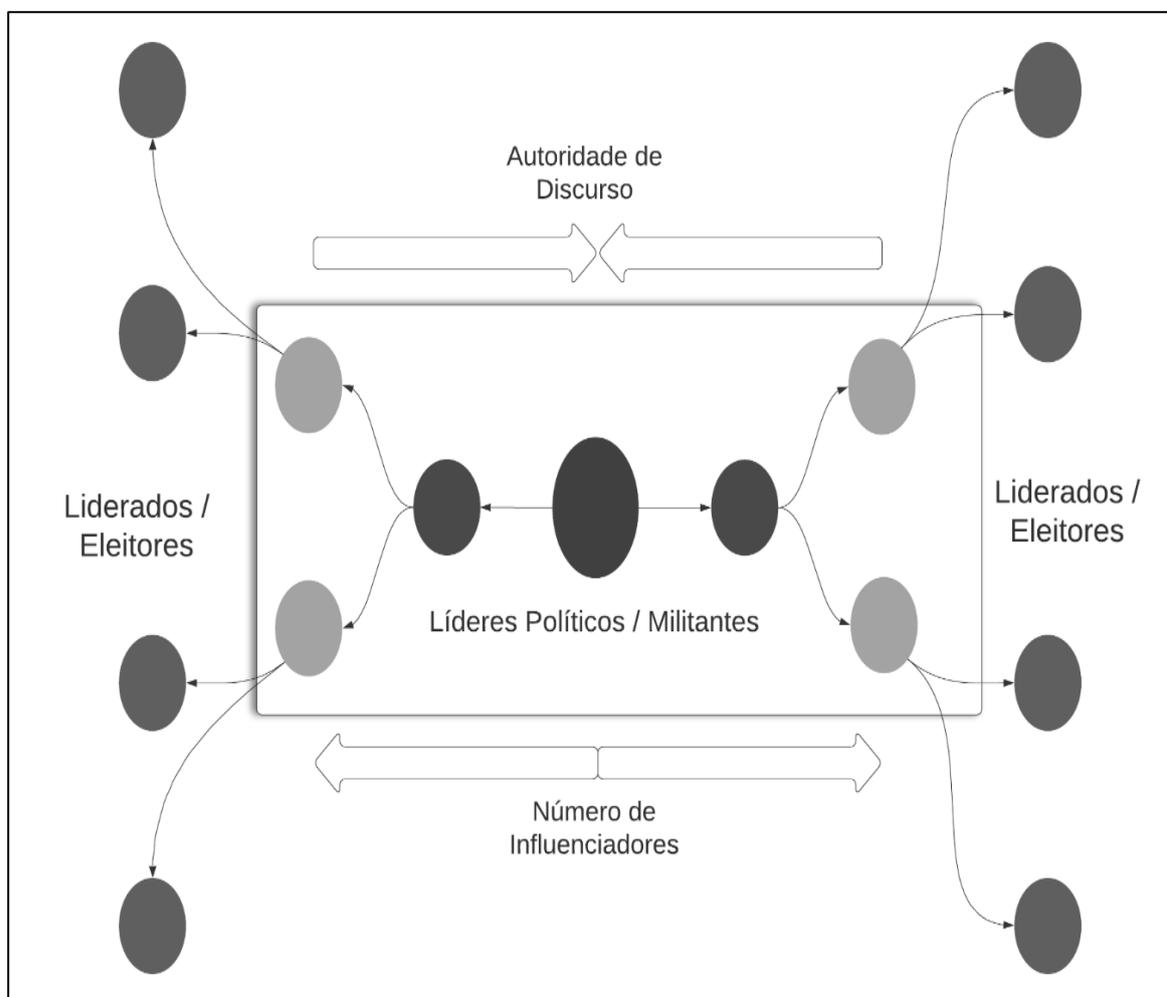
Os grupos políticos que compõem a esquerda no Brasil estão diretamente vinculados a diversos segmentos sociais, como sindicatos, federações de trabalhadores, MSs. Estes grupos compartilham representações sociais alinhadas, em relação às forças excludentes do capital. No evento do qual retiramos nosso Discurso Central, estavam presentes representantes de várias destas instituições: Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT (CAED/PT), União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES), Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) e Fundação Perseu Abramo⁵⁵. Há, portanto, um corpo social que mantêm e reverberam as informações forjadas nas intencionalidades políticas. Este comportamento é explicado pelas funções que decorrem das RS (ABRIC, 1998): adquirir novos conhecimentos (saber), proteção da identidade do grupo (identitária), elaboração de condutas (orientação) e justificação para tomadas de decisões futuras (justificadora). Há, assim, um trabalho constante de homogeneização das práticas e pensamentos pelas RS que surgem nas transações comunicacionais. Em outras palavras, a linguagem é utilizada de uma forma mais ou menos semelhante para exercer o controle de comportamentos e pensamentos

⁵⁵ Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/noticias-da-casper/em-debate-lula-alfineta-a-imprensa-e-chau-a-classe-media/>. Acesso em: 18 de jul. 2019.

de um grupo.

Os gêneros, discursos e estilos de lideranças nacionais tendem a se constituírem em referências para lideranças locais e estas para seus liderados, em efeito cadeia. Um líder, em determinado contexto, foi liderado em um momento anterior. Em outras palavras, se observarmos o percurso que as orientações políticas fazem desde a emissão de um líder “maior”, estas viajam de lideranças à liderança, até chegarem ao eleitor. Assim, quanto maior é a autoridade do discurso, maior é o alcance de suas mensagens, uma vez que estas contariam com autoridades repetidoras até se chegar aos liderados, como mostra a Figura 2.

FIGURA 2 - CRESCIMENTO ORGÂNICO DO ALCANCE DA INFORMAÇÃO SOB INFLUÊNCIA DA AUTORIDADE DO DISCURSO



Fonte: Elaboração do autor (2022)

Como exemplo, as argumentações de Lula para justificar a existência de um processo contra ele, será repassada por sua audiência de militantes e admiradores em outros eventos e contextos, até ganharem expressividade numérica e naturalizada como verdade

inquestionável. A força da retransmissão, a influência do retransmissor e frequência de compartilhamento dificultará, ou mesmo eliminará, qualquer possibilidade de dúvida ou análise crítica da informação. Há uma ampliação orgânica da escala de abrangência, de potencial propagador, à medida que as lideranças caminham no sentido do geral para o específico, de uma autoridade de discurso maior para uma menor, dos líderes para as bases., com um crescimento numérico de retransmissores-líderes, até alcançar o eleitor.

b) Raios que sustentam as semioses

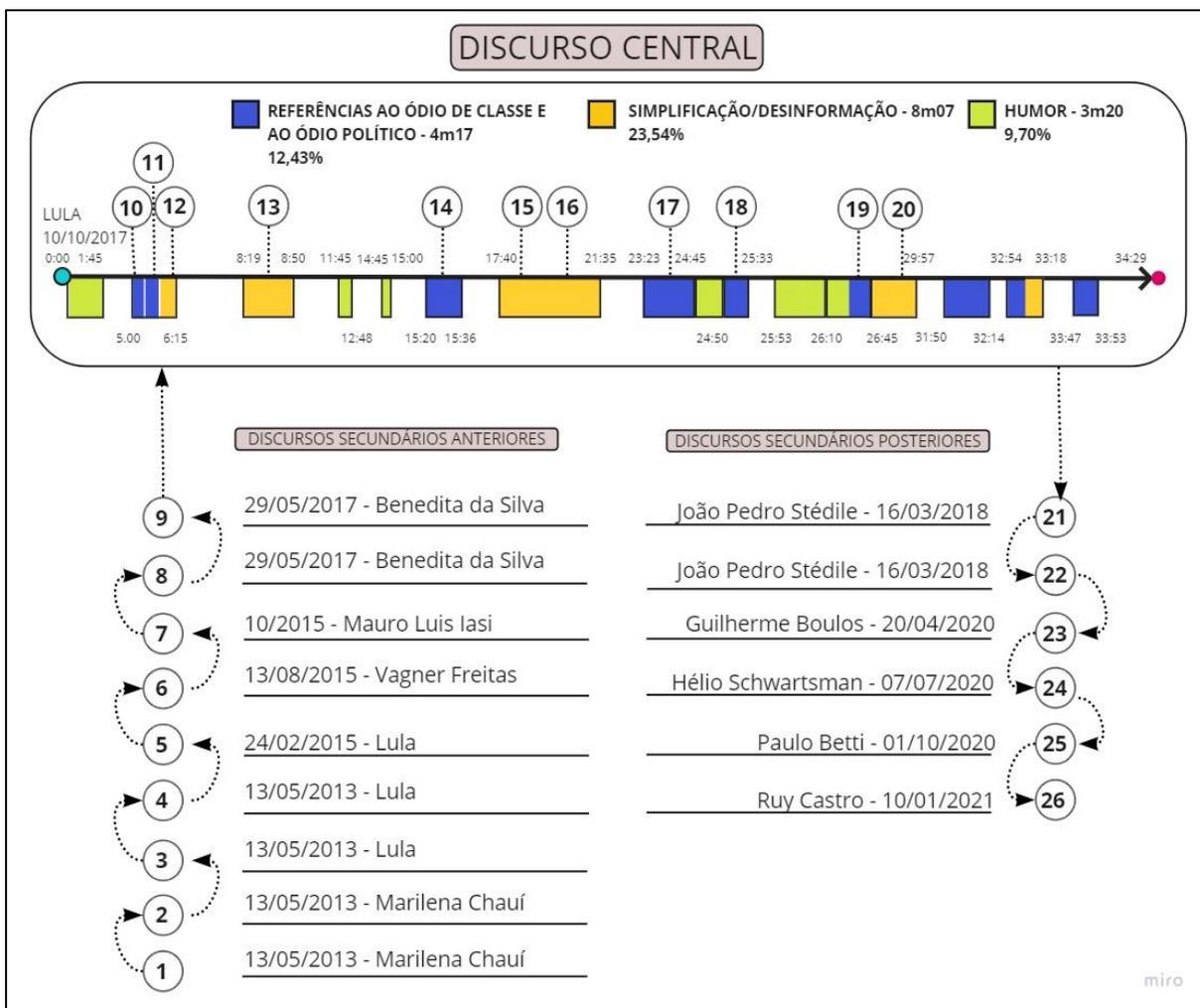
Dissemos que o discurso reforça a utilização de códigos de linguagem específicos, e que toda a rede contribui para a sua proteção e conservação. Desse modo, de um domínio de discurso para o outro, de um gênero para o outro, há uma preservação das intencionalidades de controle embutida na linguagem. É desse modo que as ideias saem de uma ação política partidária e penetram na educação formal, nos esportes, nas artes, nos sindicatos, nos MSs etc. Temos, pois, que olhar para a estrutura do Discurso Central e as suas interações.

Em nosso texto de análise, a semiose empregada procura se ancorar em elementos de exclusão social, como o racismo, o preconceito contra pobres, o ressentimento e o ódio. Porém, outras questões são incorporadas no sentido de reforçar o sentimento de opressão e controle por parte dos adversários políticos. Para este fim, por exemplo, evoca-se a ideia de conspiração política orquestrada para remoção de Lula das eleições de 2018, a infiltração dos EUA nas instituições nacionais e o complô do judiciário para prender aquele que teria sido o melhor presidente que o Brasil já teve, segundo o jargão petista.

c. Tecendo a teia: o discurso de Lula e os Discursos Secundários

Na Figura 3 ilustramos a ordem em que os discursos se apresentam e as conexões que estabelecem por meio de fragmentos de fala. Inicia-se em 2013 com a fala marcante da filósofa Marilena Chauí, e termina em 2021 com um comentário do jornalista Ruy Castro, colunista do jornal A Folha de São Paulo. No centro, está a fala do ex-Presidente Lula, onde é possível identificar os fragmentos que utilizamos em nossa análise. Temos, portanto, 26 passagens, compostas por referências diretas ou indiretas ao ódio de classes, ao ódio político ou a simplificação/desinformação.

FIGURA 3 - ESCALA DISCURSIVA SIMPLES E AS CONEXÕES COM OUTROS DISCURSOS



Fonte: Elaboração do autor (2021)

Para uma visão de conjunto da análise do Discurso Central, propomos o modelo da Figura 3, que chamamos de “escala discursiva simples⁵⁶”. Nela podemos visualizar a distribuição das categorias ao longo do tempo de fala, suas durações e o total de espaço temporal que ocupa no momento discursivo. As referências ao ódio, seja de classes ou político, somadas à simplificação/desinformação, totalizam 12min24, ou, aproximadamente, 36% do tempo total de fala. O modelo ainda possibilita relacionar textos e discursos, fazendo conexões que podem auxiliar a análise das categorias.

Temos, em nossa metodologia, fragmentos de Discursos Secundários anteriores e posteriores ao nosso Discurso Central. Optamos por iniciar nossa análise pelo Discurso Central: Seminário de Educação Pública: desenvolvimento e soberania nacional” –

⁵⁶ Chamamos o modelo de “escala discursiva simples”, por se tratar de apenas um discurso. É possível, entretanto, trabalhar com dois ou mais discursos que resulte em uma composição gráfica capaz de auxiliar as análises em pesquisas em torno do *Discurso do Sujeito Coletivo, Análise do Discurso, Análise do Conteúdo, Discurso do Sujeito Político* etc.

10/10/2017, em seguida analisamos Discursos Secundários anteriores a esta data e, por fim, os Discursos Secundários ocorridos depois.

No que diz respeito à análise interacional, trataremos das características da linguagem empregada na elaboração de uma representação sobre classes sociais e, posteriormente, cuidaremos da interdiscursividade. A partir de uma comparação com outros momentos de fala do ex-presidente, parece haver um padrão definido por uma sequência de narrativas que mistura espirituosidade, jocosidade e simbologias populares. O carisma evidente se une ao discurso político populista e previsível, posto que algumas simbologias se repetem. É possível se identificar temas importantes de uma realidade de opressão e desigualdade social, sem que haja o aprofundamento necessário para as questões levantadas. De fato, em muitos momentos há um desvirtuamento do assunto que “escorrega” para os clichês recorrentes em suas manifestações. Não levamos em consideração algumas figuras de linguagem costumeiras, nem inconsistências que resultam do improviso da fala, mas tratamos das questões mais significativas que estão presentes na elaboração da mensagem.

Lula inicia sua fala recorrendo à personificação de uma elite, revelando supostos pensamentos depreciativos sobre seu governo e sobre o povo humilde, para elaborar uma representação de uma sociedade democrática, porém desigual. O ex-presidente constrói seu discurso sobre a importância da educação para a soberania do Brasil, fazendo a divisão entre dois polos historicamente antagônicos e inconciliáveis em que um, a elite, não deseja a ascensão do outro, o povo, à educação. Aos cinco minutos de sua fala, traz duas das nove referências diretas que faz à elite brasileira. Falando sobre a importância da educação para a soberania de um país, afirma: “Não foi essa ideia que permeou a cabeça da elite brasileira. Não foi essa a ideia que permeou a cabeça da elite brasileira desde que eles vieram de Portugal” (10)⁵⁷. A ênfase dada pela anáfora é característica de suas manifestações. Na sequência, por metáfora, apresenta seu ponto de vista para o desejo da elite que, por uma dissociação temporal, pareceu chegar até o seu governo: “educação é coisa pra gente fina, é coisa para as pessoas que moram na Casa Grande. Os das senzalas têm que aprender a trabalhar, a comer mal e a viver mal.” (11).

As anáforas também são constantes nas referências históricas que apresentam as conquistas que o governo do PT obteve ao chegar à presidência, como abertura de universidades em várias cidades de São Paulo e do Nordeste: “[...] quando nós assumimos a presidência, São Bernardo não tinha Universidade Federal, Santo André não tinha, Diadema

⁵⁷ As numerações apresentadas entre parêntesis correspondem aos fragmentos numerados no **Quadro 2**, na **Figura 3** e aos destaques sublinhados nas transcrições dos discursos que compõem os apêndices.

não tinha, Sorocaba não tinha, o Osasco não tinha, Guarulhos não tinha e Santos não tinha [...]” (12). Esta exibição é usada para confirmar a ideia de que foi preciso um operário chegar à presidência para mudar a realidade educacional do Brasil, permanecida em atraso intencional pelo desejo da elite dominante. Desse modo, por meio de citações, metáforas e anáforas, Lula marca fortemente o pensamento do povo com a mensagem da existência de uma segmentação social injusta e retrógrada.

Destacamos algumas falácias presentes, como a referência ao que Lula chama de golpistas: “A turma dos golpistas que estão aí, estão felizes da vida dizendo que tem vindo muito investimento estrangeiro no Brasil. É mentira!” (13). Ou, em uma referência ao programa Ciência Sem Fronteiras: “Quando a elite brasileira vai ficar quatro ano com bolsa de estudo na Sorbano, é investimento. Quando a Dilma cria o Ciência Sem Fronteira, para mandar filho de pobre ir pro estrangeiro, é gasto” (14). Esta forma de comunicação parece mascarar um debate mais profundo sobre orçamento público que envolve variáveis para além da vontade ou capricho de governantes. Por exemplo, o Governo Dilma foi interrompido em meio a uma grave crise orçamentária⁵⁸, devido a implantação da Matriz Econômica do Governo que provocou a fuga em massa de investidores estrangeiros e o aumento do desemprego⁵⁹. Seu sucessor, Michel Temer, iniciou uma série de mudanças que tinha por objetivo realinhar a economia e recuperar a confiança de investidores, iniciativas que já foram defendidas por Lula em outras datas. Entretanto, não houve redução de investimentos na educação superior, conforme demonstram os Indicadores Financeiros Eduacionais do INEP⁶⁰, que sustentem a fala do ex-presidente.

Por meio de um “falso dilema” (ALMOSSAWI, 2020), Lula passa a imagem de irredutível, frente aos desejos do mercado, como na passagem em que usa o evocativo: “Eu vou dizer uma coisa meu filho, se o Bolsonaro agradou o mercado, nós, do PT, temos que desagradar ao mercado, porque nós não combinamos, nós não combinamos” (15). Sobre a relação conflituosa de Lula com o “mercado”, várias indicações o contradizem, como as três referências feitas pelo jornalista Glenn Greenwald, por ocasião de sua entrevista⁶¹ na prisão,

⁵⁸ O Produto Interno Bruto, PIB, no governo dilma foi o pior da série histórica em 129 anos, segundo o IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38414>. Acesso em: 16 mar. 2022;

⁵⁹ A agência de classificação de risco *Standard & Poor's*, no dia 9 de setembro retirou o selo de bom pagador do Brasil, rebaixando a nota de BBB-, para BB+. Com a continuidade da crise econômica, outras agências seguiram com rebaixamento de grau de risco. Fonte: <https://administradores.com.br/artigos/brasil-a-perda-do-grau-de-investimento>. Acesso em: 16 mar. 2022;

⁶⁰ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índices disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 10 jan. 2020.

⁶¹ Entrevista disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=44MQtRVFuFA>. Acesso em: 18 de jan. 2020.

no dia 21 de maio de 2019. Greenwald pergunta, aos 33 minutos do encontro: “não era verdade que, por exemplo, o lucro dos bancos já que explodiu durante sua presidência em 2006?”. Lula tergiversou sobre o assunto diante dos vários exemplos apresentados pelo jornalista. Como justificativa, por fim declarou: “É importante ter em conta o seguinte: o meu governo nunca disse que era um governo socialista”, e relativizou a questão falando das pressões que sofre cada governo em seu início, e que o obrigou a fazer uma “correlação de forças”. Este momento revela que, diante do confronto inescapável, o discurso ganha mais seriedade e precisão.

Outras afirmações categóricas de Lula precisam ser entestadas. Uma delas é a de que “eles sabem que a economia brasileira não vai mais ficar subordinada ao rentismo de setores médios da propriedade brasileira, para a economia brasileira vai ter que ser baseada na produção” (16). O próprio Lula faz o contraditório ao afirmar, no mesmo ato: “nunca os bancos lucraram tanto como em meu governo...”. De fato, os bancos lucraram 279,9 bilhões de reais durante o período do governo Lula, em comparação a 34,4 bilhões de reais no mandato de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.⁶²

A contradição existente entre o projeto de governo do PT e a verdadeira relação com o capital já fora denunciada dentro de suas próprias bases, por dissidentes de organizações do campo e da cidade. Ilustramos com a “Carta dos 51”⁶³ (2011), que diz:

A CUT e o PT surgem nesse período, questionando o capitalismo e colocando o socialismo no horizonte. Dentro da mesma estratégia, surge logo depois o MST, lutando contra a concentração de terras, pela Reforma Agrária e o Socialismo. [...] Com a expansão e o fortalecimento do agronegócio, evidenciaram-se os vínculos dos governos do PT com os setores estratégicos da classe dominante. Alguns elementos confirmam esta análise: a desigualdade de investimentos entre agronegócio e reforma agrária, a aprovação das sementes transgênicas, a expansão da fronteira agrícola e com isso a legalização da grilagem nas terras de até 1500 hectares, a permanência dos atuais índices de produtividade e as recentes alterações no novo código florestal.

A dissidência do MST revelada pela “Carta dos 51” denuncia as contradições nas palavras do ex-presidente. No manifesto, percebe-se o desencantamento e uma forte reação à atuação de um governo que mais se alinhou ao neoliberalismo que ao socialismo prometido.

Na sequência, o ex-presidente fala da necessidade de uma mobilização em defesa da

⁶²Matéria da revista Veja apresenta dados do Valor Econômico. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/>. Acesso em: 16 mar. 2022;

⁶³Manifesto intitulado: “Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas” Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/11/48866/> Acesso em: 21 dez 2020.

educação, e apresenta a tese de que há um movimento conservador inimigo da educação e, portanto, do povo. Novamente, recorre ao termo “elites”, como figurada onipresente e real, por meio de citações imaginárias. Por exemplo, ao se dirigir à Macaé⁶⁴, Lula faz a citação: “você acha que eles se contentam em ter uma negona como você, como Secretária da Educação, num estado como Minas Gerais?” (17) E, em seguida, responde a própria pergunta: “eles ficam olhando pra você e fala assim: seria uma baita de uma empregada doméstica!” (17). Desse modo, Lula mobiliza uma quantidade de elementos simbólicos subjetivos ao evocar questões relacionadas ao racismo, rancor e indignação, em um anacronismo descontextualizado. Lula arremata a passagem com uma garantia: “e pode ter certeza que é isso que eles pensam” (17). Podemos, aqui, estabelecer um paralelo às palavras de Freire (2001, p. 9):

[...] as lideranças progressistas que se deixam tentar pelas táticas emocionais e místicas por lhes parecerem mais adequadas às condições histórico-sociais do contexto, terminam por reforçar o atraso ou a imersão em que se acham as classes populares devido aos níveis de exploração e submissão a que se acham tradicionalmente submetidas pela realidade favorável às classes dominantes.

Nossa análise não nega a existência de manifestações tênues ou radicais de indivíduos ou grupos racistas em nossa sociedade. Mas, somente, aponta para a mobilização intencional de uma desconfiança geral entre humanos na contemporaneidade, com ampliação de escala pelo uso de simbologias recorrentes e abstratas muito potentes, por evocarem um momento da história humana marcada pela extrema desigualdade, preconceito e sofrimento. Trata-se de uma classificação que equipara o homem branco e rico de hoje com o desprovido de humanidade e odiento de outrora, desde que não alinhado a uma determinada ideologia de esquerda. A generalização caculadamente displicente estimula um preconceito entre os homens, uma vez que desconsidera o *zeitgeist* e não apresenta critérios objetivos que possam ser utilizados para identificar o “inimigo opressor” em um universo social heterogêneo.

Estas simbologias passam a serem incorporadas e repetidas nos canais que constituem a rede, as lideranças e liderados presentes, com potencial para compor, com naturalidade, o universo psíquico daqueles que seguem o orador. Na proporção que se distancia do centro emissor (Lula), no tempo e no espaço, a mensagem se propaga no ambiente social e substitui a dúvida pela certeza de que há um inimigo desumano, ressentido de negros e pobres, pronto para retroceder ao passado sombrio da escravocracia. A mensagem indutora será protegida e

⁶⁴ Trata-se da educadora Macaé Evaristo, que assumiu a Secretaria de Educação de Minas Gerais em 2015.

confirmada por essa poderosa rede de instituições (partidos políticos, sindicatos, associações etc) e pessoas (artistas, intelectuais, jornalistas), presentes e ausentes, o que se constitui um obstáculo para a resolução do problema. O emprego da ironia não é raro. Esta digressão no discurso político parece ter a intenção de encurtar a cognição do receptor da mensagem, como que encantando e distraindo a audiência pelo humor irônico utilizado na informação sobre um dado relevante. Entendemos que o fenômeno do “encurtamento cognitivo” é potencializado pela paixão ideológica, que absorve, rapidamente, inúmeros outros componentes linguísticos, como o humor, as construções falaciosas, as meias-verdades, as simplificações entre outras.

Por exemplo, com ironia e humor, Lula fala do pensamento da elite sobre as preferências alimentares dos mais humildes. Por meio de uma falácia discursiva, *agumentum ad populum*⁶⁵ (COPI, 1978), se posiciona em identificação absoluta com o povo, e garante: “Eles acham que a gente só gosta de pé de frango e pescoço, quando não pensam que a gente deveria comer as pena” (18); ou usa uma alegoria para falar de uma fictícia personagem da elite, em um avião: “Antigamente, sentava uma madame sozinha, sabe...no banco. E ainda colocava a perna pro outro lado, sabe. Quando não cochilava. E tava maravilhoso”. A audiência ecoa estes momentos da fala com risos e palmas, invariavelmente, revelando a perfeita concordância e assimilação da mensagem.

Em discursos públicos, Lula costuma dizer que os conspiradores estão “encalacrados”, pois não conseguem sair da “rede de mentiras” que criaram. Em nosso texto, a fala está posicionada ao final do ato, e resulta no momento de maior mobilização da plateia, com a afirmação: “Eu não quero nem que o Moro me absolva. Eu só quero que ele peça desculpas. Só quero que me peça desculpas!” (19). Na sequência, Lula é ovacionado pelos presentes com: “Lula, ladrão, roubou meu coração!”.

Outra passagem é apresentada de forma simplificada e distorcida. Na afirmação para revelar o entendimento de que “eles” conspiram para tirá-lo da disputa eleitoral de 2018. Lula afirma que: “Obviamente que eles podem. Obviamente que eles podem. Junta meia dúzia de juiz, vota e não me deixam ser candidato. Acabou!” (20). De fato, Lula não pode disputar, tendo sido preso em abril de 2018, condenado pelo caso do Triplex a 9 anos e 6 meses de prisão em regime fechado, pena ampliada em julgamento na segunda instância para 12 anos e 1 mês⁶⁶, e enquadrado pela Lei Complementar nº. 135, mais conhecida como Lei da Ficha

⁶⁵ Argumento discursivo que procura se justificar pela identidade com as práticas e costumes de uma maioria.

⁶⁶ Em 2019, no processo sobre o sítio de Atibaia, considerado como subornos ao ex-Presidente Lula, a 8ª Turma do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) decidiu ampliar a pena para 17 anos, 1 mês e 10 dias em regime fechado. Na primeira instância, a pena estipulada havia sido de 12 anos e 11 meses de prisão;

Limpa, sancionada pelo próprio ex-presidente em 2010. Porém, há nesta passagem o desejo de reduzir o complexo trâmite judicial que produziu 7 processos e três condenações por vários crimes, a uma simples decisão conspiratória de alguns desafetos do judiciário. A contradição veio se revelar em 2021, com a anulação, por erro processual, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), possibilitando que ele se tornasse elegível na disputa eleitoral de 2022⁶⁷.

Apresentaremos, a seguir, nossa análise da série de Discursos Secundários que antecederam e sucederam o Discurso Central, como forma de verificar se há alguma atemporalidade nas categorias de estudo. Iniciaremos pelos Discursos Secundários anteriores ao Discurso Central.

Nossa primeira referência ocorreu durante lançamento do livro "10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma", no dia 13 de maio de 2013, em São Paulo, e contou com a presença de Lula, Emir Sader, Márcio Pochmann, Marilena Chauí entre outros intelectuais, professores e estudantes. Este primeiro discurso nos dá um indicativo de que não existe um fato desencadeador, um acontecimento real e atual, de uma prática discursiva que alimenta o ódio, mas que se trata de uma FD inerente à visão política progressista praticada no Brasil que recupera valores passados. Neste fragmento, a filósofa procura atribuir à classe média, exclusividade da responsabilidade pela opressão dos pobres, somente agora combatida pelas políticas sociais de inclusão do PT.

Na ocasião, Marilena Chauí e Lula fizeram referências explícitas ao ódio entre classes sociais, cada um demonstrando estilos diferentes de empregar a semiótica para tratarem do mesmo objeto. A seu modo e em seu campo (BOURDIEU, 2012), a filósofa Marilena Chauí inverte a sentido do “ódio”, e, a partir do seu domínio de discurso (intelectual), refere-se à classe média de maneira francamente odiosa⁶⁸: “É porque eu odeio a classe média; a classe média é um atraso de vida; a classe média é estupidez; é o que tem de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista.” (1). Sob as alvísseras da plateia de políticos e intelectuais, e risos do ex-Presidente Lula, conclui: “é uma abominação política porque facista; uma abominação ética porque violenta; uma abominação cognitiva porque ignorante.” (2). Costuma-se fazer referência a alguns destes sentimentos a uma elite impessoal, mas que agora ficaram direcionados a uma determinada classe econômica, a classe média. Na voz da filósofa,

⁶⁷ Em 15/04/2021, a maioria STF concluiu que os quatro processos criminais da Operação Lava Jato que tramitaram contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 13ª Vara Federal de Curitiba terão que ser refeitos por erro processual. As condenações nos casos Triplex do Guarujá e Sítio de Atibaia, foram anuladas.

⁶⁸ O discurso de Marilena Chauí encontra-se integralmente transcrito no Apêndice 1.

o ódio ganha intensidade e propensão à legitimidade, uma vez que ela é uma importante representante da intelectualidade progressista brasileira.

O ex-Presidente Lula, em sua fala, posicionou-se como vítima de um “ódio de classe”, decorrente do sucesso de seu governo. Ele disse, personificando o personagem imaginário da elite: “Coitadinho do operário, chegou lá, mas ele não tem culpa, ele não estava preparado” (3). A encenação de uma elite piedosa aponta para uma discriminação do trabalhador que não teria competência para se tornar um líder. Em seguida, conclui, referindo-se a sua gestão a frente do executivo federal: “E agora, quando nós começamos a fazer sucesso, é que inspirou o ódio” (4). A compaixão teria se transmutado em ódio após a frustração que a “elite” sentiu frente ao reconhecimento popular e internacional do seu governo. Entretanto, Lula se apresenta à plateia como um conciliador e diz que nunca alimentou o ódio entre as pessoas.

Nestes quatro primeiros fragmentos, percebemos que as simbologias, entonações, autoridades e outros elementos mobilizados nos dois discursos, cada um com seu estilo e em seu domínio, complementam-se nas contradições, são recontextualizadas e alimentam, na forma de denúncia, uma animosidade entre segmentos sociais. Fica evidente o desejo de aprofundar o abismo entre classes, pela polarização fermentada no revanchismo contra os que agora são poderosos. Este ponto conflita com os desejos de Freire (1998, p. 50) ao criticar a postura messiânica do revolucionário progressista: “Assim como teremos que reinventar o poder, teremos que reinventar a linguagem, a cultura. Neste sentido, a revolução marcharia para uma cultura nacional, agora com a superação dos antagonismos de classe”.

Entretanto, percebemos a reverberação constante de uma semiose que adquire contornos perigosos à democracia e evidencia o desejo por um conflito social violento. Induz a um chamamento revolucionário armado e urgente como única saída para as mazelas da sociedade. A democracia e o diálogo deixam de ser relevantes como alternativa de mudança do homem e da sociedade. Mas, teria sido um grito único, uma metaforização ou um descuido retórico? Lula já havia declarado, em 24 de fevereiro de 2015, durante um “ato em defesa da Petrobrás” realizado no Rio de Janeiro (Apêndice 2): “[...] nós queremos brigar também. E, sobretudo, quando João Pedro Stédile colocar o exército dele do nosso lado. Um abraço gente!” (5). Estava presente na esta reunião, Vagner Freitas, presidente da CUT, que faria, em 13 de agosto do mesmo ano, uma referência análoga (Apêndice 3). Em defesa do mandato da Presidente Dilma Rousseff, o sindicalista pediu aos MSs que fossem “[...] para as ruas, entrincheirados, de armas na mão, se deitar [na rua] e lutar, se tentarem tirar a presidente.” (6).

Em outubro do mesmo ano, no 2º Congresso Nacional da CSP - Conlutas, o sociólogo, professor universitário e político filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Mauro Luis

Iasi, parafraseou Bertold Brecht ao se referir sobre o relacionamento possível com os conservadores que se dizem bons (Apêndice 4), e também defendeu a violência extrema no lugar do diálogo democrático:

[...] você diz que tem amigos, mas você tem amigos entre as pessoas que são boas ou entre os adversários? Você diz que não pode ser comprado, mas um rio que arrasa tudo numa inundação ou um raio que fulmina uma casa também não pode ser comprado. Nós sabemos que você é nosso inimigo, mas considerando que você, como afirma, é uma boa pessoa, nós estamos dispostos a oferecer a você o seguinte: um bom paredão, onde vamos colocá-lo na frente de uma boa espingarda, com uma boa bala e vamos oferecer, depois de uma boa pá, uma boa cova. Com a direita e o conservadorismo: nenhum diálogo: luta! (IASI, 2015) (7)

Sobre o sentido beligerante para “compartilhamento” da esfera pública, podemos conectar estas passagens ao discurso de Benedita da Silva (Apêndice 5) durante o evento “Estado de Direito ou Estado de Exceção”, promovido pelo PT no Senado e na Câmara, Fundação Perseu Abramo e Frente Brasil de Juristas pela Democracia, no dia 29 de maio de 2017. A deputada do PT pelo Rio de Janeiro, falando de suas lembranças do Movimento Nacional de Favelas, procura representar a desigualdade social, dizendo que: “as nossas fezes não podiam se misturar às fezes do asfalto” (8). Termina a sua fala com uma ameaça ao movimento que afastou a Presidente Dilma Rousseff: “E ele (o golpe) não pode esperar grandes elaborações, grandes formulações. Quem sabe faz a hora e faz a luta. E na minha Bíblia está escrito que sem derramamento de sangue não haverá redenção” (9).

Exporemos agora alguns discursos que sucederam o Discurso Central. Iniciaremos por algumas manifestações complementares à ideia de uma orquestração conspiratória para a manutenção da opressão de uma elite sobre o povo pobre, e que deseja o fim de seus representantes. No discurso Central, Lula repete a ideia de que a Operação Lava-jato está alicerçada em um plano contrário à sua candidatura e que envolve setores da economia, da política, da imprensa e dos Estados Unidos, em articulação conjunta.

Esta narrativa também está presente nas manifestações de João Pedro Stédile (Apêndice 7), para quem: “As ilações que os Estados Unidos fez, seja através da Globo, seja através de prepostos que eles têm aqui no país... Então, falam em querer prender o Lula. Não é prender Lula, é prender o povo brasileiro. É prender a democracia” (21). Mais adiante, o direcionamento da manobra é revelado mais claramente: “Porque, evidentemente que quererem impedir a candidatura do Lula é excluir, no mínimo, a metade da população brasileira, sobretudo os trabalhadores, dos mais pobres, que são os que sustentam a viabilidade

do governo Lula” (22).

Percebemos que as mensagens adquirem certa atemporalidade e desterritorialidade quando ganham o ambiente virtual, e seus ecos se fazem presentes por sucessivas revisitas (como nesta escrita) e ressignificações. Assim, temos recontextualizações e intertextualidades, até e, provavelmente, após os nossos dias. A demonstração para este fenômeno está nos atos de comunicação de outras lideranças atuais, como no *tweet*⁶⁹ de Guilherme Boulos (Anexo 1): “Um lembrete para Bolsonaro: a dinastia de Luiz IV terminou na guilhotina...” (23), ou na referência ao atentado contra o então candidato à presidência da república, feita por meio de uma *live* pelo ator Paulo Betti (Apêndice 8): “É..., isso aí não estava previsto (o atentado). Ninguém tinha previsto que ia aparecer um maluco e golpear a camisa amarela, onde estava escrito: Brasil acima de tudo”. Conclui com uma lamentação: “[...] cravar uma faca de uma maneira mais ou menos correta, mas não total.” (25). Aqui a referência de ódio ao presidente Bolsonaro não é apenas um ataque pessoal, mas sim a toda uma legião de apoiadores, seguidos ideologicamente e rotulado costumeiramente como “bolsominions” ou “gado”.

O professor e filósofo Fernando Schüller, em matéria publicada em 06 de fevereiro de 2020 no jornal A Folha de São Paulo⁷⁰, chamou de “ódio do bem”, as manifestações que justificam e naturalizam a violência em nome de uma causa social nobre. Para Schüller (2020): “Fascinante é esse fenômeno do “ódio do bem”. Significa o seguinte: eu cuspo no outro, chamo de fascista, digo que ele destrói a democracia, a civilização, que nem sequer devia existir. Mas excluo meu ódio do conceito de intolerância. E durmo tranquilo”. O Brasil parece ter incorporado o conceito em seus embates políticos.

No escopo deste trabalho, podemos apresentar dois outros exemplos de “ódio do bem” ao presidente da república, que partiram de jornalistas políticos e que muito reverberaram nas redes sociais. O primeiro foi a matéria que o colunista Hélio Schwartzman publicou na Folha de São Paulo, em 07 de julho de 2020, intitulada “Por que eu torço para que Bolsonaro morra”⁷¹. Schwartzman informou sobre o estado de saúde do presidente após contrair a COVID-19 em 7 de julho de 2020: “Jair Bolsonaro está com Covid-19. Torço para que o quadro se agrave e ele morra. Nada pessoal” (24). O segundo ocorreu em 10 de janeiro de 2021; o jornalista Ruy Castro publicou, no mesmo veículo, a sugestão: “Saída para Trump: matar-se. E, como Bolsonaro copia tudo que ele diz e faz, poderia segui-lo também nesse

⁶⁹ *Tweet* e o termo que designa é a publicação feitas na rede social do *Twitter*;

⁷⁰ Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-schuler/2020/02/odio-do-bem.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em: 16 mar. 2022.

⁷¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2020/07/por-que-torco-para-que-bolsonaro-morra.shtml> Acesso em: 27 mai. 2020;

gesto”⁷². O colunista segue revelando detalhes do seu desejo: “Mas o tiro precisa ser no coração, não na cabeça. Este só faz lambança, com sangue, miolos e cacos de ossos por todos os lados. Já o tiro no peito, é *clean*.” (26). A matéria comenta as consequências danosas à democracia por ocasião da invasão do Capitólio dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021. Com o passar do tempo, percebemos que a violência vem adquirindo amplitude e naturalização na mídia.

Em todas as passagens apresentadas, identificamos a reverberação de mensagens antidemocráticas, mesmo que muitos dos mensageiros se digam intransigentes defensores do Estado de Direito. Alguns justificam os discursos violentos contra o sistema, como necessários, estimulando o “ódio de classe”, e, em outros momentos, valorizam o pensamento conciliador de Paulo Freire como a melhor referência de educação para o povo.

Porém, pensamos que há a necessidade de sermos mais evidentes quando sugerimos a existência de forças influenciadoras. Traremos duas exemplificações da materialização desta influência, uma na forma de ação e outra na forma de discurso, ambas manifestadas por seguidores dos dois MSs que trouxemos para a análise e nos quais fomos buscar discursos de seus líderes, o MST e MLM. Como dissemos no ítem 5.4, a respeito da “espiral viçosa do discurso político”, é indispensável as práticas receptivas para aferir os efeitos pretendidos. Veremos, nas informações a seguir, a militância reverberando os discursos.

Em 2015, cerca de mil mulheres do MST destruíram mudas de árvores transgênicas que eram objeto de pesquisa há quinze anos, em Itapetininga, no interior de São Paulo. Elas ocuparam o centro de pesquisa da FutureGene, empresa do grupo Suzano Papel e Celulose. Os viveiros foram quebrados a pauladas, as instalações foram pichadas e as mudas pisoteadas.⁷³ Na manhã deste dia, cerca de 300 pessoas, organizadas pela Via Campesina, haviam interrompido a reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, CTNBio, em Brasília, que discutiam a possibilidade de liberação de três novas variedades de plantas transgênicas no Brasil. Estes incidentes ganharam repercussão pelo caráter radical, violento e por atingir a ciência. Sem diminuir a relevância dos argumentos que sustentaram as ações, queremos destacar o potencial de mobilização do campo e seus os riscos para ordem, visto por muitos setores sociais como antidemocrático, mas legitimado nas palavras do líder do MST, João Pedro Stédile.

O nosso segundo exemplo está nas respostas de alguns seguidores de Guilherme

⁷² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2021/01/saida-para-trump-matar-se.shtml>

⁷³ A ação consta do vídeo feito pelo próprio movimento e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mnMaEU1xBYQ>. Acesso em: 15 mar. 2022

Boulos à postagem em seu *Twitter* que apresentamos aqui. Boulos costuma se referenciar ao presidente, em suas redes sociais, como genocida e miliciano, e estender o significante de facista para os seus apoiadores. A mensagem: “Um lembrete para Bolsonaro: a dinastia de Luís XIV terminou na guilhotina...”⁷⁴, contida na ilustração apresentada no Anexo 1, resultou em uma sequência de comentários de apoio à violência e morte do presidente e seguidores, bem como reações contrárias. Ao responder à postagem original com a foto histórica de Ernesto “Che” Guevara, acompanhada da mensagem: “Luiz XV eu não sei... mas esse outro cara morreu mesmo”, um seguidor de Boulos (não necessariamente apoiador) recebeu a seguinte resposta: “Eu me contento se Bolsonaro e sua corja terminarem como nesta imagem. Que é assim que facista tem que ser tratado.” Tanto o estímulo inicial de Boulos, como as declarações decorrentes, são claramente de apoio a aniquilação humana.

A análise interacional mostra como é proposta uma nova ordem social, conflagatória, textualmente construída, como um fato desejável à luta por direitos sociais. Vê-se, neste caso, o mesmo fenômeno denunciado por Fairclough (2012) ao analisar as representações de mudança na economia global produzidas pelo neoliberalismo, em recontextualizações dentro de diversos discursos e gêneros, que faz uso de um efeito gotejante, mas que ganham grandes proporções e eficiência. Esta dimensão dos discursos que apresentamos se constitui um obstáculo para que o problema seja resolvido.

Muitos outros aspectos poderiam ser analisados com vistas a demonstrar de que forma percebemos este movimento de influência no pensamento e ações de grupos populares. Acreditamos que, nos limites deste trabalho, tenha sido possível ressaltar alguns dos mais significativos aspectos semióticos da fala do maior representante da esquerda brasileira, Lula, bem como a ressonância provocada por diversos líderes e influenciadores. Propusemos o “ódio de classe” como elemento do discurso a ser resignificado pela ideologia política, mas outros muitos poderiam servir ao propósito de demonstrar de que forma há um deslocamento ético na relação entre lideranças e liderados, se considerarmos os princípios defendidos por Paulo Freire. Deste modo, parece-nos restar demonstrada a capilaridade da influência do discurso político no pensamento social dos grupos populares, como os MSs.

5.5 A CONTRADIÇÃO ENTRE OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS

As lutas por direitos sociais são necessárias, porém parece haver alguns limites que se

⁷⁴ Disponível em: <https://twitter.com/guilhermeboulos/status/1252250654057402372>. Acesso em 8 de mar. De 2020.

estabelecem, tanto quando falamos de democracia como quando tratamos de respeito e acolhimento das diferenças subjetivas. As duas abordagens são complementares, mas podemos tratá-las, para efeito deste ponto da análise, de formas distintas.

No que diz respeito à democracia, referências constantes, mesmo que indiretas ou metafóricas, às práticas violentas e ao conflito com instituições democráticas, podem naturalizar um comportamento social “incendiário”, imprevisível e descontrolado. O discurso é poder, e as consequências de sua distorção foram assinaladas por Bauman (2009, p. 2) como uma dimensão prática da crise ética da pós-modernidade: “O que nós ou outras pessoas fazemos pode ter consequências de longo alcance e duradouras que podemos não ver direta ou claramente”. Pelo discurso político, podemos, assim, estar semeando algo do qual não sabemos o que irá brotar. O estímulo ou a validação de práticas antidemocráticas é a negação do diálogo e a intolerância às diferenças. Ainda que se possa questionar o valor de uma democracia que acolha a desigualdade social, dever-se-ia buscar caminhos de aperfeiçoamento e nunca a sua eliminação.

O Discurso Central e suas conexões apresentam várias contradições quando se trata de democracia. Por vezes, aponta para um comportamento social de conflitos inexoráveis, por vias não democráticas, desafiadoras das instituições, em outras, há uma compreensão da sua importância e valorização delas, como na afirmação de Lula: “a verdade é que eles têm que saber, ele tem que saber, não pela minha boca, pela boca de vocês, que só tem um jeito, só tem um jeito para esse país voltar a crescer: é com a democracia, é com eleição direta.” (LULA, 2017). A outra vertente diz respeito a questão anteriormente tratada no subitem 2.3, *A ética como parâmetro para a liberdade e a luta do povo*: a relação líder/liderado deve se manter no respeito e na ética. Isso pressupõe um cuidado com a comunicação, muitas vezes não presente nos discursos políticos. Quando a ordem social adere, com condescendência, à esta distorção, abre espaço para a indignação, como na passagem de Freire (2000b, p. 48):

Uma leitura de mundo crítica implica o exercício da curiosidade e o seu desafio para que se saiba defender das armadilhas, por exemplo, que lhe põem no caminho as ideologias. As ideologias veiculadas de forma sutil pelos instrumentos chamados de comunicação. Minha briga, por isso mesmo, é pelo aumento de criticidade com que nos podemos defender desta força alienante. Esta continua sendo uma tarefa fundamental de prática educativo-democrática.

Concluimos que há um conflito quando a linguagem que está presente no discurso político alcança, direta ou indiretamente, os grupos sociais populares. Esta contradição se

sobressai ainda mais quando consideramos os MSs como ambientes naturais para as práticas da EP. A ideologia que está na origem das representações e as distorções que afloram de uma lógica política assim estruturadas, buscam a manutenção de relações desiguais de poder. Diante disso, entendemos que o compartilhamento de discursos políticos, tais como os do nosso exemplo, contaminam a EP, geram ameaças à democracia, redução da criticidade dos sujeitos e enredam ódio de classes como necessário às lutas sociais.

5.6 POSSIBILIDADES DE MUDANÇA

Deixemos para trás a crítica negativa. Procuraremos agora trazer contribuições positivas, “pela identificação das possibilidades de mudanças ainda não concebidas ou concebidas parcialmente, levando em consideração como as coisas estão” (FAIRCLOGH, 2012, p. 312). Buscaremos destacar alguns pontos desta ordem social e mostrar algumas diferenças e resistências.

Um dos caminhos possível nasce do reconhecimento da existência de dois entes distintos, mesmo que relacionados: a lógica política do partidarismo, voltado para disputa ou pela conservação do poder, e outro, a lógica social do excluído, resultado das organizações do povo que lutam por direitos ou por mudanças sociais. Isto, talvez, possibilite o desvelamento de incoerências que provocam insurgências de sujeitos e de grupos populares. Já exemplificamos a contestação destes discursos, com a resistência que resultou na “Carta dos 51” ou as dissidências paulatinas que fragmentam os MSs. Em ambas as situações, as lutas populares são fragilizadas pelo golpear das perdas sucessivas que minam a consistência das minorias ativas.

Em outra vertente, podemos esperar o estímulo às produções acadêmicas que versem sobre os efeitos da militância política e da ideologia sobre as bases da EP, mas apontando os seus descaminhos. Cabe aos estudantes e intelectuais progressistas, com coragem e desconforto, assumirem a posição de minoria ativa em seu campo. Já vimos que a rede de práticas se constitui um problema, e ela não passa ao largo do espaço acadêmico (instituições, eventos, periódicos etc). Santos (1997, p. 17) falou da necessidade da universidade não se fechar para as mudanças: “Se a universidade pede aos seus participantes que cale, ela está se condenando ao silêncio, isto é, à morte, pois seu destino é falar”. Esperamos que, por um estilo de comportamento consistente e equitativo, seja possível estabelecer um conjunto de ações reativas (MOSCOVICI, 1981) capaz de gerar influência social que interfiram nas

produções e mobilizações acadêmicas. É no estilo, ou na práxis apontada por Freire, que se abre para a possibilidade de mudanças. Os intelectuais devem teorizar esta realidade mais com o olhar do oprimido que do político, e incorporar o resultado de suas análises em produções aplicadas.

Desse modo, caminhos autônomos de resistência à exclusão podem e devem se estruturar e considerar as organizações políticas não como um aliado inquestionável, mas como um ente independente que carrega suas próprias contradições e objetivos. Assim sendo, elas também podem se sujeitar às mesmas críticas que a luta de classes costumeiramente direciona ao capital e, desse modo, seguir se aperfeiçoando. Há aí um amadurecimento político. Nosso dever ético, identifica-nos com Freire (2000b, p. 44), quando afirma: “O que não posso é fazer “ouvidos de mercador” aos discursos dominantes que defendem a adaptação ao mundo como a maneira certa de nele estar.” Voltemos também ao papel emancipador da EP como processo educativo ético que se propõe facilitar uma visão crítica e irrestrita das coisas do mundo. Pelo que discutimos anteriormente, não são os fundamentos da EP que precisariam ser revistos, mas sim o que se faz deles a partir dos interesses políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação apresentada nesta tese ganha relevância em um momento em que o desenvolvimento do pensamento crítico encontra-se tensionado por novos elementos presentes nas relações econômicas, sociais e políticas. Com base nos desafios da contemporaneidade, fica evidente a necessidade de investigação e atualização do pensamento social, numa abordagem histórica e crítica. Nesse contexto, se insere o objeto de estudo, Educação Popular e Discurso Político nos Movimentos Sociais: relações de influência entre lideranças e liderados, que insiste em uma reflexão sobre os processos comunicativos, os avanços da tecnologia e a comunicação de massa, os novos arranjos do capital e a política. Nesse movimento, as provocações resultantes do mundo globalizado e o cenário conflituoso das mudanças políticas do Brasil oportunizam temas e desafios antes já impostos à EP, agora com nova roupagem, como a estigmatização de movimentos de origem popular e ataques aos cânones deste campo.

Teoricamente afirmamos, nesta tese, que os grupos sociais se apresentam distribuídos por diversos planos e recebem as influências que emanam dos discursos políticos, uma vez que os MSs se estruturam nos limites do político e do social, e, assim como os demais, recebem as influências dos discursos que irão integrar as ações em EP. Buscamos, a partir desse problema de pesquisa, responder ao questionamento: diante de uma dinâmica partidarizada dos MSs, como as relações entre lideranças e liderados, carregadas pelas influências e interesses ideológicos partidários, podem comprometer os objetivos de uma pedagogia libertadora, quando não balizadas pela ética? Então, a partir do objetivo geral e objetivos específicos, podemos afirmar, pelos parágrafos que se seguem, que a hipótese desta tese foi confirmada e a questão de pesquisa foi respondida.

Lembramos que o objetivo geral foi “analisar como as relações entre lideranças e liderados, carregadas pelas influências e interesses ideológicos partidários, e não balizadas pela ética, podem comprometer os objetivos de pedagogia libertadora”, e no seu desdobramento, o movimento teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso foi mister para operacionalização dos objetivos específicos. Até aqui, podemos afirmar que a metodologia utilizada e a literatura escolhida foram suficientes para realizar os procedimentos propostos.

Pudemos evidenciar a lógica própria do campo político partidário em detrimento de uma ação política voltada à educação para a liberdade. Enfatizamos que, mesmo que a compreensão para este signifiante esteja mais involucrada pelo classismo, o homem não deixa de ser a *célula mater*, o que nos conduz a reavaliar se não há uma sequência necessária também para toda possível liberdade de classe: não há liberdade de classe sem primeiro ocorrer a liberdade do

homem. Isto não afasta, de forma alguma, a importância da luta dos grupos. Muito pelo contrário: é na interação social que a liberdade vai se construir em bases políticas. Trata-se da assertiva freiriana de não ser possível uma constituição humana solitária. Nossa visão humanista entende que esta construção é centrífuga, do homem para o grupo de homens, mas que incorpora elementos externos, por meio da comunicação social, nem sempre favoráveis.

No cruzamento dos interesses de grupos heterogêneos que se dedicam à educação política do povo, evidenciamos, como resultado da análise, componentes e aspectos da comunicação que fornece elementos para o imaginário dos homens e dos seus grupos. Da mesma forma que é impossível não reconhecermos os impactos que as lideranças causam na formação do pensamento social de seus liderados, também não conseguimos escapar da incômoda constatação de que grandes lideranças alimentam o ódio social como um ponto destacado de um projeto de poder. Concluimos que o discurso político é impregnado por um conjunto de valores não evidentes que conduzem o receptor da mensagem ao atendimento de desejos ocultos do emissor, em determinado contexto.

No recorte que adotamos, ficou claro que pouco se deve esperar dos líderes analisados em se tratando de pedagogia libertada, o que nos faz reconhecer os limites desta tese. Se desejamos uma educação para o povo que atinja o propósito de uma sociedade crítica, esbarramos em nossas tradições e vícios. Precisamos rever nossa postura impassível diante dos erros que nos estão próximos, apontar o imperfeito e o instável. Romper com o conservadorismo que nos fixam em terrenos estranhos, sejam eles quais forem, de forma que seja promovida a dinâmica da renovação e evolução da humanidade. Falamos da EP e dos MSs, pois nossa preocupação está no homem, na opressão e na desvalorização, sobretudo, daqueles que nada possuem. Aquiescer com esta faceta do comportamento político, quando ela se torna indisfarçável, é tornar-se cúmplice de uma irresponsabilidade que renegar o nosso papel enquanto agentes de transformação social. É nos tornarmos carcereiros de novas prisões, responsáveis por privações de liberdade e coniventes com aqueles que desejam, por interesse próprio, a condenação do homem à ingenuidade.

Outra barreira se levanta: estamos cientes de que nossas constatações possam desagradar aqueles que fazem uma leitura influenciada por uma ideologia progressista, já que traz provocações. Este resultado não está em nossos propósitos principais. Ao contrário, tentamos, o mais possível, não permitir que as nossas imperfeições obliterassem as análises que fizemos. Ao mesmo tempo, estamos cientes de que somos suspeitos ao julgar o nível de sucesso que obtivemos nesta direção. Porém, queremos deixar claro o nosso entendimento de que, ao analista cabe, tanto quanto possível, o afastamento das paixões que podem conduzi-lo

à simpatia ou antipatia pelo texto da análise ou pelo emissor do discurso. Assim como Goldmann (1980), entendemos que o trabalho de pesquisa científica deve ser resguardado de ingerências externas, o que exige do pesquisador, não a renúncia de toda ideologia, mas que faça todos os esforços possíveis para subordiná-la, no decorrer de seu trabalho, à realidade dos fatos estudados. Isto poderia provocar distorções ou tendências, e, assim, a valorização ou desvalorização de uma dada autoridade de forma infundada, o que poderia ser visto como uma agressão. Se isso ocorreu, pedimos desculpas.

Ainda assim, pelo caráter destrutivo ou construtivo do resultado, sempre existirão acusações quanto às análises. Até porque, a neutralidade desejada pelo pesquisador nunca é posta onde ele possa alcançá-la. Os julgamentos a que ficaremos expostos poderão nos posicionar no campo oposto àquele que criticamos desfavoravelmente, ou nos acolher com simpatia, quando houver concordância. Assim é que estamos preparados para recepcionar as mesmas críticas que nos empenhamos em realizar, conscientes de que, desapercivelmente, podemos ter empregado aos textos, sentidos elaborados por influência de nossas próprias tendências.

Estes limites nos impelem para constatação de lacunas que remetem às seguintes questões: de fato, até que ponto, a comunicação dos líderes políticos é compatível com uma educação libertadora? Há compatibilidade da comunicação política existente entre as práticas educativas de líderes e liderados para emancipação do povo? Não arriscamos uma resposta definitiva.

Estas questões podem servir, no futuro, de provocações para novos estudos, bem como as sugestões e recomendações que emergem do terceiro objetivo deste estudo: formular diretrizes que estimulem os debates acerca da importância do compromisso ético da EP para os MSs, enquanto minoria ativa. Nesse sentido, recomendamos linhas de ações ao seio dos eventos, das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação, dos grupos de pesquisa, os periódicos, e desdobrados nos espaços públicos, com a participação efetiva de intelectuais, com vias de acolherem as mais variadas discussões em torno da EP. Como exemplo, podemos sugerir um dossiê que reúna análises em torno de desinformação, *fake-news*, falácias ou outros recursos de manipulação por meio da comunicação social e política. Seminários apartidários, que discutam EP e política, para avaliação das ações progressistas e suas contribuições para a formação do cidadão crítico. Incentivo à criação e apoio administrativo de coletivos críticos. Neste caso, o entrave maior parece estar nos vínculos políticos que as próprias instituições acadêmicas estabelecem, os quais poderão interferir na autonomia para as críticas necessárias.

A sociedade civil também tem seu quinhão. Vimos que, no México, o coletivo Ratio

tem sido um importante agente de crítica política. Parece ser um bom exemplo a ser seguido: o de uma organização social progressista e independente, sem vínculos partidários ou intenções eleitorais, e que se vincula aos MSs e às universidades. A inexistência do desejo de ganhos, sejam pessoais ou institucionais, favorece a autonomia necessária para que se possa enxergar de quais direções vêm as ameaças à humanidade. Mesmo que seus integrantes carreguem seus posicionamentos ideológicos, será no diálogo e nos confrontos que se construirá um novo projeto social, sem que este seja monopólio exclusivo de grupos políticos. Mas, em sociedades tão complexas como as que nossos tempos conformam, necessitaríamos de muitos grupos com tais características, na forma de uma prática social incessante e necessária.

Para os grupos que sofrem a exclusão, os MSs, faz-se necessária a crítica a partir de novas perspectivas. Neste sentido, dever-se-ia fazer uso de suas autonomias de organização e promover, nos seus espaços de encontro, debates, palestras ou rodas de conversa que tratam de temas como liberdade, criticidade e democracia. Devem cobrar, da universidade, o exercício mais intransigente de sua função social, que poderão fomentar ações para transversalizar as lutas pelas questões que para aqui trouxemos. Em outras palavras, precisamos de eventos nos MSs que falem mais de Paulo Freire e menos de partidos políticos.

Trouxemos constatações desagradáveis, já que expusemos fragilidades nas organizações dos já fragilizados, mas esperamos contribuir para estimular debates capazes de interromper a progressão de uma miopia política que afeta as lutas sociais e beneficia os interesses de poder. Além disso, evidenciar a paixão ideológica como responsável pelo “encurtamento crítico” é um alerta para a academia, de onde se espera que a ciência esteja a serviço da humanidade, mas também para quem está fora dela, sujeitos ou grupos, que se percebem partícipes ativos ou passivos dessa dinâmica.

A prática educativa é um ato da psicologia social que carece de constantes inovações e provações, como forma de acompanhar os ares do seu tempo. Este trabalho talvez favoreça paralelos em estudos que versem sobre educação e psicologia social, uma vez que a flexível metodologia que utilizamos pode ser utilizada para conhecimento de outros objetos. Desse modo, entender a formação do pensamento social dentro das diretrizes aqui propostas, pode clarear a criticidade de quem estuda outros fenômenos, como o da religião, das torcidas esportivas, das vanguardas artísticas, entre outros grupos.

Finalmente, pensando na contribuição para um tensionamento capaz de promover novos saberes nos campos da Psicologia, da Política e da Sociologia, indicamos as referências, bem como a metodologia de investigação desta tese, como forma de novas leituras e estudos sobre

as relações entre o partidarismo político, os MSs e a EP. Para além, acreditamos ter contribuído para salvaguardar a importância da independência entre o pensamento social dentro dos MSs e o pensamento político partidário, posto que se estruturam em bases éticas diferentes. Para tal, afirmamos, categoricamente, que não é a Educação Popular que deveria estar à serviço do poder político, e sim que os projetos políticos deveriam servir ao povo carente, dentro dos princípios da Educação Popular.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 2. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000;

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS - **ABRAIN**C. Disponível em: <<https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>> Acesso em 04 mai. 2021;

ABRIC, Jean-Claude. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs). Estudos Interdisciplinares de Representação Social. Goiânia: AB, 1998, p. 27-38;

ANDRADE, Edinara Terezinha de. **Democracia, Orçamento Participativo e Clientelismo: Um Estudo Comparativo das Experiências de Porto Alegre RS de Blumenau SC**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre;

ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005;

ALMOSSAWI, Ali. **Um Livro Ilustrado de Mau Argumentos**. Tradução de Diogo Lindner. Disponível em: <<https://bookofbadarguments.com/pt-br/>> Acesso em: 10 dez 2020;

AZEVEDO, Sergio; PRATES, Antônio. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva. **Ciências Sociais Hoje**. v. 1. 1991;

AZEVEDO, Sérgio de. GUIA, Virgínia Rennó dos Mares. Reflexões sobre o orçamento participativo de Belo Horizonte: potencialidades e desafios. In: AZEVEDO, Sérgio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso (Org.). **Orçamento participativo: construindo a democracia**. Rio de Janeiro: Revan, 2005;

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 2010;

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, 2001;

BAUMAN, Zigmunt. **Ética Posmoderna**. Traducción de Bertha Ruiz de la Concha. Ed Siglo. 2009;

BERTERO, Carlos Osmar. Réplica 2 – O que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 338-342, abr. 2011;

BOGO, Ademar. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular. 2003;

BOGO, Ademar. **Teoria da organização política: Escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mao**. São Paulo. Expressão popular. 2005. p. 241-337;

BOUDON, Raymond. **Efeitos perversos e ordem social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979;

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008;

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012;

BRANDÃO, Carlos Roberto. (org.). **A questão política da Educação Popular**. São Paulo, Brasiliense, 1986;

BRANDÃO, Helena. **Introdução à Análise do Discurso**. 8ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002;

BRANDÃO, Carlos Roberto. **A Educação Popular na escola**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ 2006;

BRUGGER, Winfried. **Proibição ou proteção do discurso do ódio?:** algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Direito Público*, Porto Alegre, ano 4, n.15, p.117-136, jan/mar. 2007;

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000;

CARTA DOS 51. “**Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas**”. 2011. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2011/11/48866/>> Acesso em: 21 dez. 2020;

CATANI, Afrânio Mendes, MANCEBO, Deise. JÚNIOR, João dos Reis Silva; SGUISSARDI, Valdemar. Políticas públicas da educação superior. **Estado do Conhecimento**, 31-31, 2001;

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015;

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência** – aspectos da cultura popular do Brasil. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986;

COLECTIVORATIO. **Nuestra organización**. Disponível em: <<http://colectivoratio.com/organizacion/>>. Acesso em: 16 de mar. de 2022.

COPI, Irving M. **Introdução à Lógica**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978;

COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular. **Cadernos de Educação Popular**, Ed. Vozes/Nova. Rio de Janeiro, 1984;

DELEUZE, Gilles., GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 3)**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34. 1996;

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume (L. B. L. Orlandi, trad.)**. São Paulo: Editora 34, 2001;

DEL PRETTE, Almir. Teoria das Minorias Ativas: Pressupostos, Conceitos e desenvolvimento. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisas**, 11, maio-agosto 1995: 145-153;

DIAZ, Alvaro Paul. La penalización de la incitación al odio a la luz de la jurisprudencia comparada. **Revista Chilena de Derecho**, v. 38, n. 2, p. 503-609. 2011;

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 1999;

EDUCACIÓN Y COMUNICACIONES - ECO. **La Educación Popular Hoy en Chile: Elementos para Definirla**, 1983;

FAIRCLOUGH, Norman. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Linha d'Água, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>>. Acesso em: 5 dez. 2020;

FERNANDES, Rodrigo (Org.). **Orçamento Participativo: Construindo a Democracia**. Rio de Janeiro: Revan. 2005;

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1982;

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986;

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. Loyola. São Paulo, 1996;

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política** (E. Monteiro & I. A. D. Barbosa, trads.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004;

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980a;

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 5e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980b;

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1983;

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. 3ª edição. ed. Paz e Terra, 1998;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 22ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993;

FREIRE, Paulo, **Professor sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar-** ed. Olho d'água- São Paulo, 1997;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos** / Paulo Freire. – São Paulo: Editora UNESP, 2000b;

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5ª edição. ed. Cortêz Editora, 2001;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006;

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo, Publisher Brasil, 2007;

GALLO, Silvio. Educação, ideologia e a construção do sujeito. **PERSPECTIVA**. **Aorillópolis**, v.17, n. 32, p. 189- 207, jul /dez. 1999;

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997;

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago., 2011, p. 333-361;

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**: o que é a sociologia? São Paulo: Difel, 1980;

GRAMSCI, Antonio. Socialismo e Fascismo. In: **Escritos Políticos**. Volume 2, 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004;

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem**: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.S.; SCHONS, C.R. (Orgs.). **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora da UFPE - EDUFPE, 2011. p. 47-78;

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996;

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005;

JODELET, Denise. **La representación social**: fenómenos, concepto y teoría. In: **Representações do contágio e a AIDS**. In: MADEIRA, M.; JODELET, D. (orgs). **AIDS e Representações Sociais: à busca de sentidos**. Natal: EDUFRN, 1986;

KANT, Immanuel. **Textos Seletos**. Editora Vozes. Petrópolis, 1985;

LEITE, Jáder. Ferreira. DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. **Psicologia & Sociedade**, 22(2), 269-278. 2010;

LOVISOLO, Hugo. **Educação Popular: Maioridade e Educação**. Coleção Cidadania. Editora EGBA. 1990;

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Maurício Santana Dias, Companhia das Letras, 2010;

MARTINS, José de Souza **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo. Edusp. 2000;

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Os Pensadores. 2o edição, São Paulo: Abril, 1978;

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007;

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? **Revista Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 320-332, abr. 2011;

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009;

MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3ª ed. São Paulo. Atlas, 2015;

MONTERO, Maritza. **No interstício das disciplinaridades**: a psicologia política. Editora Prismas. 1ª Edição. 2015;

MORAES, Thiago Drumond. **Tempo-espaço e produção de subjetividade**: o trabalho na sociedade de controle. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, RJ. 2002;

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF 1961;

MOSCOVICI, Serge. **Préface**. In C. Herzlich, Santé et Maladie, pp. 7–12. Paris: Mouton, 1969;

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das Minorias Ativas**, Editora Vozes, Petrópolis 2010;

NASCIMENTO, Manoel. **A crítica ausente**: a questão urbana na primeira ondata anarquismo. Artigo final da disciplina ARQ503 - Teorias da cidade, do curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2014;

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre Política** Volume I: as ideologias e o aristocratismo. Tradução, apresentação e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2007;

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso**: princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2007;

PINHEIRO BARBOSA, Lia., GOMÉZ SOLLANO, Marcela. La Educación Autónoma Zapatista en la formación de los sujetos de la educación: otras epistemes, otros horizontes. **Intersticios De La política Y La Cultura**. Intervenciones Latinoamericanas, 2014, 3(6), 67–89. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/9065>> Acesso em: 04 mai. 2021;

PIZZI, Jovino. **O desenvolvimento e suas exigências morais**. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12892914/o-desenvolvimento-e-suas-exigencias-morais>> Acesso em: 07 de fev. 2022;

RIBEIRO, Frank de Paula. Orçamento Participativo da Habitação e Democratização na Gestão da Política Habitacional em Belo Horizonte. In: AZEVEDO, Sergio; FERNANDES, Rodrigo Barroso (Org.). **Orçamento Participativo: Construindo a Democracia**. Rio de Janeiro: Revan. 2005;

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. In OSAL, **Observatório Social de América Latina**. Ano VII no. 21 set-dez 2006, pp.23-32;

ROUQUETTE, Michel-Louis. **La communication sociale**. Paris, 1996;

SÁ, Celso Pereira de. **Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 19-45;

SANTOS, Milton. O intelectual e a universidade estagnada. **Revista Adusp**. Out 1997, p. 17;

SARTRE, Jean-Paul. **Os malditos da terra**. In: Situações V. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968;

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica de la Razon Dialéctica**. (1960). 1 a. ed. Vol. I e II. Buenos Aires, Editorial Losada, S/A, 1979.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada - Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 1997;

SARTRE, Jean-Paul. **Sartre no Brasil: a Conferência de Araraquara**. São Paulo, Paz e Terra. Editora UNESP, 1987;

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**, 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014;

SILVA, Rosane Leal da *et al.* **Discurso do ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira**. Rev. direito GV, São Paulo, v.7, n. 2, p. 445-467, jul./dez. 2011;

SIQUEIRA, Nadilson. **Representações Sociais de Educação Popular: contribuições de uma plataforma virtual colaborativa para o movimento de luta por moradia de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, Bahia, 2016;

SOARES, Vieira; PICOLLI, Icaro Roberto Azevedo; CASAGRANDE, Jacir Leonir. Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Bibliométrica, Artigo de Revisão e Ensaio Teórico em Administração e Contabilidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018;

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005;

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información**. Nueva sociedad, 196 Abril/Março, 2005. Disponível em:< <https://nuso.org/articulo/redes-sociales-y-de-movimientos-en-la-sociedad-de-la-informacion/> >. Acesso em: 10 mar. 2020;

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001;

SHÜLER, Fernando. **Ódio do Bem**. Matéria do jornal A Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-schuler/2020/02/odio-do-bem.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha> Acesso em: 20 de abr. 2021;

STÊNICO, Joselaine de Godoy. PAES, Andréia Soares Polato, Marcela. **Paulo Freire e os movimentos sociais: uma análise da conjuntura brasileira**. Educación, Lima, v. 26, n. 50, p. 47-61, marzo 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1019-94032017000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2020.

STRECK, Danilo Romeu Educação e transformação social hoje: alguns desafios político-pedagógicos. **Revista Lusófona de Educação**, 13, 2009 p. 92;

STRECK, Danilo Romeu *et al.* **Educação popular e docência**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014;

TOURAINÉ, Alain. **Os novos conflitos sociais**. Para evitar mal-entendidos. Lua Nova, nº. 17, junho, pp. 5-18. 1989;

VAN DIJK, T. **El análisis crítico del discurso**. Anthropos, n. 186, 1999. 23-36;

VIANA, Nildo. **Os Movimentos Sociais**. Curitiba. Ed. Prismas. 2016.

APÊNDICES:

Apêndice 1

Marilena Chauí*

Palestra ocorrida no lançamento do livro "10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma", no dia 13 de maio de 2013, em São Paulo.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fdDCBC4DwDg&t=187s>

Acesso em: 16 mar. 2022

Eu vou falar num tom que não é o meu, porque eu tô com a gripe do cão e se eu falar no meu tom eu vou ficar rouca. Então vou falar numa voz que não é minha. O que me desgosta muito, mas é a voz que sobrou.

Eu queria começar lembrando - eu coloquei isso no texto que eu escrevi pra esse livro extraordinário - eu queria começar lembrando ao Emir, que houve um momento em que o Emir propôs um livro e vários dos que estão aqui colaboraram com esse livro. E que era... e cujo título era E agora PT? Porque foi um momento de encruzilhada, um momento em que tivemos vitórias no nível municipal no Brasil inteiro, tivemos vitórias no plano dos legislativos e uma desgraça em todas as eleições no plano executivo e para a Presidência da República. E a pergunta do Emir era e agora PT? como é que nós vamos refletir sobre isso? ao refletir e, e, e houve uma resposta. São esses dez anos extraordinários da história do Brasil. Eu acho que... eu não sei o quanto o livro é capaz de apresentar isso, eu não sei o quanto nós temos consciência de que aconteceu uma revolução social no Brasil. Aconteceu uma revolução social no Brasil, da qual eu vou passar, sobre a qual eu vou dar três exemplos; só três. Eu não vou falar da questão do emprego nem do salário, aumento do salário mínimo, nem dos direitos sociais, nem dos do futuro do Bolsa Família. Eu, eu não vou falar daquilo que produziu a mudança estrutural nesse país. Eu vou falar daquilo que aparece na superfície, como uma mudança na sociedade brasileira. Meu primeiro exemplo, é o efeito do Bolsa Família para as mulheres. Vocês sabem que o Bolsa Família vai para as mulheres vocês não imaginam o que isso alterou o modo de constituição da relação familiar, a relação homem mulher e da maneira pela qual as mulheres se percebem como sujeitos sociais como sujeitos políticos e não apenas como instrumento de uso.

É uma coisa absolutamente gigantesca, porque o que o Bolsa Família fez foi mudar um conjunto de relações interpessoais que alteraram a maneira tradicional de configurar a família

trabalhadora no Brasil. E com ela, o restante da vida da família. Isso é gigantesco; cinco, seis décadas de feminismo no mundo inteiro não fizeram. Conseguiram resultados aqui e ali, em tal país, em tal cidade de tal país, em tal campo de atividade nisso ou naquilo. Mas uma mudança estrutural que muda o conceito de família, e o modo de operação família, cinco, seis décadas de feminismo não fizeram. O Bolsa Família fez. Então, é preciso meditar sobre a maneira pela qual os programas sociais no caso do Bolsa Família penetraram no fundo da constituição da sociedade brasileira. É lá que a coisa mexeu. Então, no nível da superfície aparece a adesão, adesão - Singer, contra a minha vontade, chama de Lulismo, mas isso é um modo de aparecer, de alguma coisa que é muito mais profunda e que explica essa adesão. Essa adesão decorre de uma mudança nas relações intersubjetivas e nas relações institucionais no interior da família trabalhadora. O segundo exemplo que eu quero dar, é o Prouni. Nós não somos... a gente sabe, todas as críticas que o Prouni recebeu. Já todas as críticas que o Prouni recebeu, né? primeiro porque mandou pras escolas particulares, é claro é... pra é: o governo está financiando as universidades particulares, dos centros universitários particulares, para dar dinheiro para os particulares, que o Prouni coloca os estudantes nas escolas particulares. Primeiro essa grita, depois houve a grita, eu vou falar muito dessa grita daqui a pouquinho. Houve a grita de que: imagine, é tudo estudante que ele está preparando, que está tomando o lugar daqueles que podem, efetivamente, fazer um bom ensino superior. Isso é para desprestigiar o ensino superior, é para baixar o nível do ensino superior. Depois, cada uma dessas críticas foi feita com um tambor, e clarineta, e tamborins, e pandeiros tocado pela rede globo e pela mídia toda. E por essa coisa odiosa com a qual eu vou terminar minha fala que daqui a pouco, que é a maldição da classe média. Bom, então, hora o que o Prouni significa e, na esteira do Prouni, o que significa o Enem? e o que significam as cotas? Porque agora, a gritaria é: ah, escuta como que vai ter cota para eles nas universidades públicas? Então, primeira, a primeira crítica: ah, claro, o Governo está fazendo isso... favorece as particulares. É pra favorecer a privatização do ensino, é por isso. Prouni existe pra isso, a gente sabe. Agora é, que estão as cotas no ensino público é: Pô, mas porque o governo faz uma coisa dessa? Uma parente minha ligou pra mim e disse: “é uma coisa doida o que o governo está fazendo”. Eu falei: que foi? “É, você não sabe Marilena? o governo tá introduzindo o racismo no Brasil” E eu falei: como? “é esse negócio de cota e cota pra pra com os alunos das escolas públicas da universidade, e você sabe a maioria vão ser negros que não vão conseguir acompanhar o curso superior. Vão ser inferiorizados, vão ser massacrados, e o governo criou o racismo no Brasil”. Então, vai por aí, certo? O... é claro, os cães ladram, mas a caravana passa. A caravana está passando. O que significa o ENEM no longo prazo? E, no longo prazo, isso significa o fim da indústria do vestibular. E ao acabar com

a indústria do vestibular, significa forçar a reestruturação dos chamados grandes colégios, esses que têm franquia no Brasil inteiro, e que não fazem outra coisa senão preparar os alunos através de uma tampa olho, não é? preparar os alunos só com o vestibular, só para o vestibular. Quando o ENEM funcionar a todo vapor, com todas as possibilidades para as quais ele foi criado, fizer a desmontagem do sistema do vestibular, fará, junto com ele, a desmontagem do sistema privado do ensino médio. Então, é gigantesco. Portanto, uma mudança estrutural da educação brasileira está a caminho, que precisa ser levado em conta.

O terceiro ponto que eu quero frisar muito, é o fato de que, contra o que acha o meu presidente, não há, no Brasil, uma nova classe média. Existe no Brasil uma nova classe trabalhadora. Essa nova classe trabalhadora é resultado das políticas econômicas, contra o neoliberalismo. Ela é o resultado da maneira pela qual a política econômica se voltou, não só para a questão do emprego e dos direitos econômicos e sociais, mas se voltou também para a necessidade de repor, como um problema – porque, para nós, é um problema que nós temos que examinar. Uma nova classe trabalhadora... eu chamo de nova pelo seguinte: ela é nova porque ela nasce no interior da formulação neoliberal. Portanto, ela nasce no interior da fragmentação da produção industrial, da privatização e terceirização. Essa... é dessa produção, do poderio do capital financeiro, e, sobretudo, ela nasce no momento em que há uma mudança na relação entre o conhecimento e a produção. Na tradição do capitalismo, o conhecimento, ou seja, a produção da ciência, a ciência, sempre foi um conhecimento teórico, puro, que precisava de instrumentos tecnológicos para se desenvolver. E que determinava o modo como os instrumentos tecnológicos se desenvolviam. Também, e como consequência dessa relação entre o saber e a técnica, o conhecimento científico passava a uma etapa de conhecimento aplicado, que o mundo industrial, mundo fabril usou. Havia, portanto, uma conexão entre a ciência e a produção econômica, mas que vinha do fato de que a havia aspectos da produção científica que eram aplicáveis. Isso desapareceu. Hoje, a ciência se tornou, enquanto saber, uma força produtiva, ela é constitutiva da acumulação e da reprodução do capital. E junto com ela, a tecnologia. O que faz com que, os portadores de conhecimento, seja de conhecimento científico, seja de conhecimentos técnicos, que tradicionalmente estariam alocados na pequena burguesia ou na classe média, hoje, por mais que vociferem, fazem parte da classe trabalhadora. Porque, o saber se transformou em força produtiva e reconstitutivo do capital. O fato, portanto, de uma grande parte dos números nos mostrarem que os empregados no Brasil estão alocados, majoritariamente, no chamado setor de serviços, não significa que eles formam uma classe média nova, porque esses serviços são parte dessa maneira pela qual a produção se reorganiza a luz da do poderio financeiro, e à luz da mudança do lugar ocupado pela ciência.

Portanto, o que surge no Brasil é uma nova classe trabalhadora muito complexa, muito diferente daquela que tradicionalmente a gente conhece, e que precisa ser compreendida e estudada. Porque ela é, majoritariamente, o sujeito político da próxima década. Ela que é o sujeito político, e, portanto, é sobre ela que nós temos que nos debruçar, e não pensá-la como uma nova classe média. Porque que aparece como se fosse classe média, primeiro porque se usa o critério dos, do, das pesquisas de mercado, com a classe A, B, C, D e E. Então, as mudanças sociais foram tais, que diminuiu a classe E, diminuiu a classe D e aumentou a classe C..la... e... aquela coisara que os institutos de pesquisa falam e muitos dos cientistas sociais falam também. Isso não tem nada a ver com a estrutura de classe da sociedade capitalista. Não é por aí, não é pela escolaridade, pela renda e pela profissão que eu determino, pelos gostos de consumo que determina uma classe social. Então, usando esses critérios extrínsecos, abstratos, se pode dizer que tem uma nova classe média. Com ninguém... porque isso não define uma classe social no modo de produção capitalista. O que define uma classe no modo capitalista é uma maneira pela qual ela se insere na relação entre os meios sociais privados de produção e a força produtiva, e as relações de produção. É aí que a coisa toca. Portanto, critério A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L... o alfabeto inteiro que se quiser. Não. Quer dizer, coisas... segunda, segundo motivo é... se um de nós tivesse ido à Europa no começo dos anos 60, uma surpresa - vindo do Brasil, é claro - que tinha uma surpresa enorme, porque nós, no Brasil, sabemos que a classe trabalhadora é miserável, analfabeta, carente, ignorante... essas coisas, a gente sabe que a é classe trabalhadora. Você chega à Europa, encontrava os trabalhadores tinham carro: os trabalhadores franceses tinham os dois cavalos da Renault, os ingleses têm o Biriba, os italianos, Cinquecento da fiat. Eles tiravam férias, eles saem de férias com a família, ir pra praia, no Club Méditerranée. Eles tinham creche, escola pública, hospital gratuito, salário-desemprego. Os filhos, além de ir pra escola primária e para ensino médio e outras escolas técnicas, universidades. E não passaria pela cabeça de ninguém, de ninguém, dizer que a classe européia tinha ido pras cucuias e que ela tinha virado classe média. A perspectiva de que dispor de um conjunto de bens de consumo de massa e dispor de um conjunto de direitos sociais, significa mudar de classe? não. Significa que a classe conquistou os seus direitos e o seu lugar. Então, é isso que precisa ficar claro para nós. O fato de que nós tenhamos uma nova relação da classe trabalhadora com o universo do consumo de massa, com os direitos sociais, com os direitos econômicos e direitos civis, com os direitos culturais, não significa que ela virou classes média.

E porque que eu defendo esse ponto de vista? não é só por razões históricas e políticas. É porque eu odeio a classe média. A classe média é o atraso de vida. A classe média é estupidez, é o que tem de reacionário, conservador, ignorante, petulante arrogante, terrorista... é um é uma coisa

fora do comum, a classe média. Então, eu me recuso a admitir que os trabalhadores brasileiros, porque eles galgaram direitos, conquistaram o direito, esses direitos foram conquistados por 20 anos de luta, 20 anos de luta, fora os 500 anteriores de luta e desespero. E dizer que essas lutas, essas conquistas, fizeram a gente virar classe média? de jeito nenhum! De jeito nenhum! a classe média é uma abominação política, porque é facista; ela é uma abominação ética, porque ela é violenta; e é uma abominação cognitiva porque é ignorante Fim!

* Marilena de Souza Chaui é uma intelectual brasileira com formação em filosofia que atua como professora do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) desde 1967. Além de professora, a educadora foi também Secretária Municipal de Cultura de São Paulo entre 1989 e 1992 (durante o governo de Luiza Erundina). Ativista de esquerda, foi uma das responsáveis pela fundação do PT.

Fonte: https://www.ebiografia.com/marilena_chai/

Acesso em: 16 mar. 2022

Apêndice 2

Luiz Inácio Lula da Silva*

Palestra no Ato em Defesa da Petrobrás, ocorrida na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro do Rio em de fevereiro de 2015

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s-XLVhsP_Ig&t=42s⁷⁵

Acesso em: 01 mai. 2021

[...] então, eu queria dizer pra você, meu caro Vagner, se você me convidar dia 13, e o Zé Maria... e o Pedro Stédile não repetir que eu tenho que voltar, já... sabe, ao tempo que eu era presidente do sindicato, eu, eu quero participar das coisas. Porque eu acho que nós tamo precisando ir para a rua. Defender, defender a nossa Petrobrás e, sobretudo, defender a reforma política e defender a democracia. Companheiros e companheiras, para terminar... eu deveria ter te citado logo. Eu queria dizer para vocês o seguinte: olha, eu já passei por muitas coisas nesse país, muitos de vocês passaram junto comigo. Já recebi muitas ofensas e muitos ataques. Nada disso me abala. Eu vou dizer pra vocês apenas uma coisa, eu quero que a empresa publique: eu sou filho de uma mulher analfabeta. Ela nasceu e morreu sem saber fazer um O com um copo. Sou filho de um pai analfabeto. O mais importante legado que a minha mãe deixou foi o direito de andar de cabeça erguida. E ninguém fará eu baixar a cabeça neste país, ninguém! Honestidade não é mérito é obrigação. Então, eu... eu quero paz e democracia, mas eles não querem? nós queremos brigar também. E, sobretudo, quando João Pedro Stédile colocar o exército dele do nosso lado. Um abraço gente!

* Luiz Inácio Lula da Silva foi o 35º Presidente do Brasil e governou o país durante dois mandatos, de 01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2011. Foi líder sindical e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.

Fonte: https://www.ebiografia.com/luiz_inacio_lula_silva/

Acesso em: 16 mar. 2022.

⁷⁵ Video removido da plataforma do *Youtube*. Disponível no acervo do pesquisador e poderá ser solicitado pelo e-mail nadilsonarquitecto@gmail.com

Apêndice 3

Vagner Freitas*

Solenidade no Palácio do Planalto em 13 de agosto de 2015

Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1704901-protesto-foca-pt-e-cut-pede-exercito-anti-impeachment>

Acesso em 16 mar. 2022.

Recado para os golpistas: nós somos trabalhadores, trabalhamos pela democracia. O que se vende é a intolerância, o preconceito de classe contra nós. Somos defensores da unidade nacional. Isso implica ir para as ruas entrincheirados, de armas na mão, se deitar [na rua] e lutar, se tentarem tirar a presidente.

* Vagner Freitas é o presidente da Central Única dos Trabalhadores desde 2012.

Fonte: <https://www.cut.org.br/biografia/vagner-freitas>

Acesso em: 16 mar. 2022.

Apêndice 4

Mauro Luis Iasi*

Discurso em outubro de 2015 no 2º Congresso Nacional da CSP – Conlutas

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fl7zKKIJHGs>

Acesso em 16 mar. 2022.

[...] do campo e da cidade, para a construção de uma sociedade socialista. E é assim que nós enfrentaremos os conservadores. É assim que nós vamos enfrentar os conservadores. Radicalizando a luta de classes. Mas qual vai ser o nosso diálogo com esse setor, com o setor conservador? Veja, o setor conservador é perigoso porque lança suas garras na consciência da classe trabalhadora. É nela que nós temos que nos defender. Contra ofensiva conservador e não no diálogo com eles. E eu espero contribuir com isso, que nós, que o Gramsci chamava de “intransigência”, um pequeno poeminha final do Brecht do Bertolt Brecht, que dizia numa situação, onde alguém da direita, ao ser flagrado no seu trabalho miserável de fazer o jogo da direita pelos trabalhadores, tentava argumentar com os trabalhadores que, no fundo, ele tinha posições de direita mas era uma pessoa boa. Era uma pessoa que tinha ideias próprias, que não se vendeu, que tinha convicções, que era uma pessoa sábia. E o Brecht então responde, neste poema, o seguinte: “é verdade você é uma pessoa boa, é... porque tem convicções. Mas quais são essas suas convicções? você diz que é sábio, mas a quem serve a sua sabedoria e contra quem ela é usada? você diz que tem amigos, mas você tem amigos entre as pessoas que são boas ou entre os adversários? você diz que não pode ser comprado, mas um rio que arrasa tudo em uma inundação, um raio que fulmina uma casa também não pode ser comprado. Nós sabemos que você é nosso inimigo, mas considerando que você, como afirma, é uma boa pessoa, nós estamos dispostos a oferecer a você o seguinte: um bom paredão, onde vamos colocar na frente de uma boa espingarda, com uma boa bala e vamos oferecer depois de uma boa pá, uma boa cova.” Né? Com a direita e o conservadorismo, nenhum diálogo. Luta.

* Mauro Luis Iasi é graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983), mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1999) e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2004) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Filiado ao Partido Comunista Brasileiro, foi candidato à vice-governador do Estado de São Paulo em 2006 e a presidência do Brasil em 2014, mas não foi eleito.

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/1883750495301695>

Acesso em: 16 mar. 2022.

Apêndice 5

Benedita da Silva*

Palestra no evento “Estado de Direito ou Estado de Exceção”, ocorrido no dia 29 de maio de 2017

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q0AZmQ1Gmuk>

Acesso em 16 mar. 2022.

[...] tapa, ponta pé, rabo de arraia... tudo isso está acontecendo com o povo brasileiro. Mas é por isso que este seminário me trouxe a memória de algumas coisas, e eu concluo: me trouxe a memória quando uma luta pelo Brasil inteiro, chamava Movimento Social de Favela... Movimento Nacional de Favela... mas sabe o porquê, minha gente? porque as nossas fezes não podiam se misturar com as fezes do asfalto. Era proibido ter um saneamento básico nessas comunidades. Sabe porque minha gente? que mulheres de mais de 39, 40 anos de casa, como doméstica, trabalhavam sem carteira assinada. sem nada... pois é. É isso que está proposto nesse golpe. [...] E ele não pode esperar grandes elaborações, grandes formulações. Quem sabe faz a hora e faz a luta. E na minha bíblia está escrito que, sem derramamento de sangue, não haverá redenção.

* Benedita Souza da Silva Sampaio (também conhecida como Bené) é uma política ativista do movimento negro e feminista. Foi uma das fundadoras do PT, sendo eleita a primeira senadora negra do país e a primeira vereadora negra da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Atualmente cumpre o mandato de Deputada Federal.

Fontes: <https://www.camara.leg.br/deputados/73701/biografia>

https://www.ebiografia.com/benedita_da_silva/

Acesso em 11 mar. 2021.

Apêndice 6

Luiz Inácio Lula da Silva*

Discurso proferido no Seminário: Educação pública, desenvolvimento e soberania nacional, ocorrido em 10 de outubro de 2017.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TRg3QzgoMTg>

Acesso em: 16 mar. 2022.

No mínimo... no mínimo fizeram uma maldade comigo.

Porque, num ato que se discute educação, colocar a quantidade de pessoas ligadas à educação pra falar, e depois me colocar por último...

Vendo as pessoas citarem que cada número, que carinhosamente eu tinha trabalhado a semana inteira pra trazer, me causa uma certa frustração. Quando eu era presidente, toda vez toda vez [Aplausos] toda vez que tem um ato público no palácio do planalto, nós entrávamos em contato com o ministro da área para que ele dissesse o que ele ia falar, para que não falasse aquilo que eu ia falar. E, por incrível que pareça, todos os ministros diziam exatamente aquilo que eu ia falar. E era por isso que eu tinha criado meus improvisos: pra tentar fugir da mesmice.

Eu vou tentar repetir um pouco aqui, que... sendo que eu tenho um problema no aeroporto, que eu tenho é sair daqui correndo que nem um cãozinho vira-lata: comeu a chispa.

É... eu penso que nós estamos tratando do assunto mais extraordinário e mais delicado que uma nação tem que discutir, porque é o princípio básico da construção de uma nação soberana a gente garantir o investimento em conhecimento, o investimento na inteligência de um povo. Porque é isso que vai permitir que esse país seja efetivamente soberano em todas as esferas. Se este país não investe na educação e se os números que aparece aos olhos do mundo nesse país são pelas manchete da evasão escolar, são pelas manchetes da baixa qualidade do ensino fundamental, são pelas manchetes de crianças que vão para a escola apenas para comer, são pela manchete da péssima qualidade de ensino na sala de aula, esse país nunca será um país soberano.

E o Brasil tem que escolher... Eu estava vendo aqui o meu querido Samuel Pinheiro, grande embaixador brasileiro... e o Brasil tem que escolher. Tem algumas formas de um país virar uma nação soberana e muito forte; é ele fazer um investimento na sua preparação bélica, é ele ter todas as armas possíveis e imagináveis de destruição, mesmo assim, pra ter isso, tem que ter muito investimento na educação e tecnologia. A outra possibilidade é o país... é muito rico na sua capacidade tecnológica. Poderemos pegar a Alemanha e o Japão como exemplo ou poder pegar Taiwan; pode pegar Coréia do sul como exemplo. Mas mesmo assim, esse país teve que

fazer muito investimento em educação em ciência e tecnologia. Uma outra forma desse país ser efetivamente soberano é ter um país altamente desenvolvido do ponto de vista da sua indústria. Poderíamos citar os Estados Unidos, poderia citar a Alemanha, poderemos citar a França, poderíamos citar a China nos últimos 30 anos. Ainda assim esse país teria que fazer investimento em educação.

Não foi essa ideia que permeou a cabeça da elite brasileira. Não foi essa a ideia que permeou a cabeça da elite brasileira desde que eles vieram de Portugal. Me parece que o que permeou a cabeça da elite brasileira é que a universidade e educação é coisa pra gente fina, é coisa para as pessoas que moram na Casa Grande; os das senzalas têm que aprender a trabalhar, a comer mal e a viver mal. Eles é que pode estudar ou aqui ou lá fora. É a única explicação pela qual... o companheiro Haddad citou aqui que, quando nós assumimos a presidência, São Bernardo não tinha Universidade Federal, Santo André não tinha, Diadema não tinha, Sorocaba não tinha, o Osasco não tinha, Guarulhos não tinha e Santos não tinha. E só não fizemos em Mauá, porque o terreno que a gente ia comprar era um terreno que estava contaminado. Mas até minha querida Garanhuns, até Serra Talhada, até... não tem uma cidade...

Uma coisa fantástica que mudou a cabeça das pessoas, é que a gente, quando começou a inaugurar a universidade, escolas técnicas... a gente ia para as cidades, as pessoas não estava reivindicando outra coisa senão uma escola técnica ou um campus da universidade federal. Ou seja, foi qualificada, do ponto de vista da sociedade, a pauta de reivindicação; ou seja, a universidade, que era tida pela elite brasileira como uma coisa que não gerava oportunidade, não gerava emprego; que era tratada como gasto... nós passamos a perceber que, mesmo naqueles lugares em que as pessoas sonhavam com a presença de uma empresa, mesmo aquelas empresas poluídas, pra fazer fumaça, vai jogar agrotóxico, mesmo nessas cidades, as pessoas passaram a entender que uma universidade era uma fábrica de conhecimento e gerava mais oportunidade de emprego do que muitas fábricas espalhadas por este país afora... empregos qualificados.

Na hora que você passa a ideia que fazer investimento em educação prejudica o orçamento da união, você está abdicando de construir uma nação. Você pode construir até um monte de gente, mas você não estará construindo uma nação e uma nação ela pressupõe a gente levar a sério a questão da soberania.

A turma dos golpistas que estão aí estão felizes da vida dizendo que tem vindo muito investimento estrangeiro no Brasil. É mentira! O que está vindo para o Brasil é dinheiro para comprar ativos brasileiro prontos, que nós gastamos muito dinheiro pra produzir e eles estão entregando de graça, praticamente de graça. Além do desmonte que estão fazendo na Petrobras,

além do desmonte que estão fazendo e vão fazer na Lei da Partilha, além do desmonte e vão fazer na história que nós criamos de que a Petrobras e Pré-sal era o passaporte para o futuro, eles estão rasgando e entregando esse passaporte para empresas estrangeiras fazer a exploração de uma coisa que nós temos prometido: que 75% dos royalties era pra gente tirar o atraso educacional a que o Brasil foi submetido no século XX.

Esse país tratava tão mal a educação, que mesmo quando nós aprovamos um piso salarial de apenas, na época R\$ 950,00, se não me falha a memória, teve mais de nove governadores que não aplicaram o piso, dizendo que não podiam pagar. Ou seja, se um país não é capaz de respeitar aqueles profissionais da educação, que passa metade do dia com os nossos filhos, e, no caso do Brasil, algumas vezes, cuidando dos piolho na cabeça das criança, cuidado de tirar as caspa, além de cuidar da alimentação, além de cuidar da educação... e essas pessoas não merecem um miserável de um piso de R\$ 950,00, qual é o respeito que a gente vai querer do chamado profissionais da educação desse país? Eu confesso a vocês que não é possível nós admitirmos a convivência no país com a ideia de que fazer investimento em educação é gasto, não é só na educação... companheiro...(inaudível). Eu quero até agradecer a presença do nosso presidente da CONTAG e de muitas mulheres da faculdade inclusive da FETAG de Pernambuco. Não é... não é apenas a educação.

Eu não sei se as pessoas sabe, o Haddad... você está lembrada Gleise, que quando eu cheguei na presidência desse país em 2003, o soldado do exército brasileiro era liberado às 11 horas da manhã porque não tinha dinheiro para o rango. Presta atenção: o soldado do exército brasileiro eram liberados às 11 horas da manhã, porque o exército não tinha dinheiro para dar almoço. Imagina se o Paraguai sabe disso. Vinham invadir o Brasil depois do almoço. Teria se vingado da guerra do Paraguai, de setenta anos atrás. Era só vir depois do almoço que não tinha soldado pronto. Nós não apenas garantimos o direito para o almoço, como passamos a pagar, pela primeira vez na história desse país, um salário mínimo para o recruta, como, inclusive, ajudamos a comprar o coturno, como recuperamos a engenharia da forças armadas brasileiras, como recuperamos aviões da FAB.

Não sei que vocês tão lembrado, quando cheguei na presidência, o avião da FB não voava mais com o presidente porque o motor do “sucatóo” tinha caído com Marco Maciel... o motor, não Marco Maciel. Só o motor tinha caído. Quando, então, o presidente aposentou o “sucatóo” e ficou alugando um avião particular para viajar.

A pergunta que eu faço: que soberania quer um país desse se o governante não se respeita? Que soberania tem esse país, se ele não consegue garantir o *minimum minimorum* para a sociedade brasileira andar de cabeça erguida?

Se tem uma coisa que eu tenho orgulho, é ter terminado o meu governo cumprindo o investimento de 41 bilhões de reais para ciência e tecnologia neste país. Num encontro... num encontro em que até eu fiquei com vergonha... porque parecia um encontro em que todo mundo falava, falava bem do governo. Até a presidência da SBPC. E eu falava: eu não tô acreditando que nós estamos terminando o governo assim. Porque a gente acreditava que ou fazia aquilo ou Brasil não seria o país que a gente sonha.

Esse país, ele não basta ter a floresta, ter 12% de água doce e 17 mil quilômetros de fronteira seca, de 8 mil quilômetros de fronteira marítima. Não basta ter o Pré-sal. Esse país tem que ter vergonha na cara da classe dirigente que governa este país. Este país tem que se respeitar. É fazer aquilo que Chico Buarque disse numa campanha da Dilma: esse país, ele tem que ser respeitado; porque não fala grosso com a Bolívia, mas não fala fino com os Estados Unidos. Esse país tem que ser respeitado, porque ele acredita nele e se auto valoriza para... Eu nunca tentei ser maior do que ninguém, e não sou - percebe pelo meu tamanho de 1,90, já um pouco encolhido - ou seja, mas é... quando sentava numa reunião como presidente, eu não era menor do que ninguém. Eu não achava o brasileiro menor do que ninguém. Eu sentava na mesa em igualdade de condições. Ora, é disso que esse país precisa.

Quando a elite brasileira vai ficar quatro ano com bolsa de estudo na “sorbano” é investimento. quando a Dilma cria o Ciência Sem Fronteira, para mandar filho de pobre ir pro estrangeiro, é gasto.

[Plateia]

Ô gente, isso tinha acabado, mas isso está voltando. E é importante para a gente aprender uma lição: muitas vezes, a gente acha que a democracia... ela tem um dia que ela está resolvida e nunca mais vão brigar.

A democracia é um processo, democracia não é um pacto de silêncio. A democracia é uma sociedade em movimento, buscando cada dia uma coisa melhor. Buscando, após cada conquista, uma nova conquista. É assim que a gente vai construir essa nação, essa nação de 210 milhões de habitantes. Essa nação que foi a última nação, última nação a abolir a escravidão. A última nação na América do Sul a garantir o voto à mulher dos países da América do Sul, ainda porque uma companheira nossa, lá em Mossoró, no Rio Grande do Norte, teve coragem de entrar na justiça para ganhar o direito de votar. Este país foi o último a abolir a independência, e todo mundo diz que nossa independência foi um acordo. Não teve nem briga. Esse país precisa aprender...

Eu agora Gleise, estou sabendo... Lindbergh, de vez em quando, participa de umas conversas. Eu... o bom da gente perder muita eleição, é que a gente aprende, quando a gente quer aprender.

Eu, eu, quando fui candidato em 89, 94 e 98, eu, toda a campanha, eu tinha que viajar para Londres, viajar para nova York, viajar para Washington, viajar para Frankfurt, viajar para Paris, para conversar com representantes do sistema financeiro. E era tudo um bando de yupie. Tudo jovens muitos bem vestidos, bonitos e elegantes, falando dois ou três idioma. Eu fui na Bolívia, porra! Eles nunca tinham pisado na Bolívia e ficavam cagando regras para a Bolívia, e por Brasil, e para a Rússia, e para a Argentina e Equador. E, quando houve a crise do Lehman Brothers, que quebrou em 2008, nenhum desses yupie teve coragem de abrir a boca pra falar como consertar a economia, porque eram eles que tinham quebrado a economia na crise de 2008, vendendo papel, vendendo papel, comprando papel, vendendo papel, comprando papel, sem produzir um parafuso. Sem produzir uma caneta. Sem produzir um copo. Essa gente que agora... e eu vi na Folha de São Paulo hoje, fantástico: “eles conversaram com Bolsonaro e o Bolsonaro agradou o mercado”. Eu vou dizer uma coisa, meu filho: se o Bolsonaro agradou o mercado, nós do PT temos que desagradar ao mercado, porque nós não combinamos, nós não combinamos. [Plateia]. Não é possível.

[Aplausos]

[Plateia]

Porque, agradar um mercado neste instante, agradar o mercado... Antigamente, você tinha o dono dos Bancos que falava. Hoje são os yuppies. Eu lembro que, em 2009, 2002, quando eu passava na Avenida Paulista, fazendo passeata com os bancários, a Bolsa de Valores fechavam a porta dizendo que ia passar um demônio. Eu não tenho cara de demônio, mas eu quero que ele me respeite como se eu fosse. Porque eles sabem que a economia brasileira não vai mais ficar subordinado ao rentismo de setores médios da propriedade brasileira, para a economia brasileira vai ter que ser baseada na produção.

[Aplausos]

Tá aqui essas mulheres da CONTAG. tá aqui o companheiro Aristides presidente da CONTAG. Eles querem ganhar dinheiro pra? essas trabalhadoras. Trabalhem, trabalhem, produzam, colham e vende. Aí vai ganhar dinheiro. Pra não dar apenas pra ganhar dinheiro especulando. Então, queridos companheiros e companheiras, um país em que os golpistas estão destruindo a cultura, estão destruindo a educação, é... o investimento em ciência e tecnologia. E o mercado exige que, para o presidente da república ter o apoio do chamado mercado, ele tem que dizer, alto e bom som: é preciso acabar com a conquista dos trabalhadores; é preciso fazer a reforma na previdência porque a previdência é um cancro nesse país; é preciso acabar com o auxílio do salário defeso; é preciso acabar com a pensão das mulheres que foram mães... sabe, a... sem saber nem aonde era o pai. Mas essa mulher tem direito... Que hoje o padre Francisco nos

ensinou... a gente não pode mais utilizar o termo “mãe solteira”; não tem mãe solteira: tem mãe! Não tem mãe solteira, tem mãe! Então, eu acho que um país que está negando a nós os valores elementares da soberania nacional, desse país ser dono do seu nariz, desse país elaborar a sua política...

Eu sei que você foi triturada, Gleise, porque você fez um artigo defendendo a Venezuela.

Eu quero dizer o seguinte: eu não concordo com tudo o que acontece na Venezuela, mas concordo muito menos com o seu Trump dando palpite sobre a Venezuela. Porque o problema da Venezuela é um problema de auto determinação do povo da Venezuela. Então, o seu Trump cuida dos Estados Unidos, sabe, e a Venezuela cuida da Venezuela. E nós que cuidamos do Brasil.

Eu quero terminar dizendo pra vocês o seguinte: quando eu falo em defender o nosso legado, é porque, certamente, muita gente de fora da educação não sabe o que foi feito nesse país. Não sabe, e se a gente não contar, as pessoas não sabem. Porque eu vi, na campanha contra Dilma, as pessoas dizendo: ah! eu estou fazendo universidade, mas eu não devo nada ao PT. Não devo nada a Dilma. É verdade!

A pessoa não deve nada a nós mesmo. Deve ao seu sacrifício, ao seu esforço. Agora, por que que eles não tiveram esforço e sacrifício quando FHC foi presidente da república? Porque não tinha oportunidade, porque não foi criada a oportunidade com essa meninada poder estudar, e eu quero que eles não deva nada mesmo a nós.

Você acha, ô Macaé... você acha que eles se contentam em ter uma negona como você como secretária da educação, num estado como Minas Gerais?

Eles ficam olhando pra você e fala assim: “seria uma baita de uma empregada doméstica. fica sendo secretária de educação, da educação de Minas Gerais”. E pode ter certeza que é isso que eles pensam. Esse negócio de que pobre se meter em teatro, em cinema, a viajar de avião, a ir em restaurante, a visitar o parque chique da cidade, a querer férias, empregada doméstica querer fundo de garantia, tudo isso é um desastre! Se este país não tiver pobre, nem as igreja cresce... ora... e nós...

Ô Aristides, eu quero dizer pra você uma coisa: se tem uma coisa que é o ato mais revolucionário que eu fiz na vida, foi aprender a gostar de coisa boa. Porque essa gente pensa, essa gente pensa que as camadas mais pobres da população, sabe? não gosta de coisa boa. E eles acham que a gente só gosta da xepa na feira depois do meio-dia, pra pegar tudo amassado. Porque pobre aperta até ovo para saber se tá maduro ou não. Eles acham que a gente só gosta de carne de terceira, quarta, de Acém pra abaixo. Eles acham que a gente só gosta de pé de

frango e pescoço. Quando não pensam que a gente deveria comer as pena. Então, essa gente, essa gente...

Quando os pobres começaram a chegar nos aeroporto, que que eles diziam? “olha, o aeroporto da minha cidade tá virando uma rodoviária. Né verdade? tá virando uma, uma, uma rodoviária. Eu nunca vi tanto pobre”.

Tem mulher que entra no avião, não sabe nem como guardar a mala.

Ô gente, a primeira vez que eu sentei em avião foi em 75. Eu vinha para o Brasil... para Brasília, no congresso da presidência. Eu tinha acabado de ser eleito presidente do sindicato. A primeira vez que eu viajei de avião. Mas a elite, naquele tempo já dizia, lá em São Bernardo, que eu viajava de primeira classe. E eu nunca tinha viajado. O meu medo era tanto que eu apertei o cinto de segurança de tal força que quase que eu não consigo respirar de São Paulo até Brasília. Sabe... e ainda disseram que eu ia vomitar. Eu trouxe 12 letra ? no bolso.

Então, é essa gente que eles não querem que viaje de avião. Incomoda.

Antigamente, sentava uma madame sozinha, sabe? no banco. E ainda colocava a perna pro outro lado, sabe? quando não cochilava. E tava maravilhoso. Agora, ela entra no avião, tem um pobre do lado. Porra! Pobre não tem muito assunto. Vai falar de futebol, de Corinthians, de Flamengo; é sempre Corinthians e Flamengo, no máximo, Vasco da Gama um pouco.

[Risos]

Vai falar de escola de samba. Ou seja, então gente... é o seguinte: olha... eu, é por tudo isso... eu sei que tô lascado. Porra! todo dia tem um processo. Eu não quero nem que o Moro me absolva. Eu só quero que ele peça desculpas. Só quero que me peça desculpas.

[Plateia: lula, ladrão roubou meu coração...]

Eu... e eles, e eles estão mexendo, eles estão mexendo [Aplausos]

Eles estão mexendo com uma pessoa que tem como legado respeitar pessoas. Eu sempre respeitei o de baixo e de cima. Agora, não tenho medo e não posso aceitar as mentiras que a Polícia Federal contou ao meu respeito. Não posso aceitar as mentiras que o Ministério Público contou ao respeito e não possa aceitar o juiz Moro ter aceito as mentiras e feito o julgamento que fez. E muito menos, eu posso aceitar as mentiras que os meio de comunicação estão tentando transformar em verdade todo dia. Eu não sou mais do que ninguém, eu sou apenas o filho da “Dona” Lindu, ex-marido da “Dona” Mariza e militante do Partido dos Trabalhadores. Eu quero que eles saibam o seguinte: se eles estão acostumados a lidar com os deputados que têm medo deles, se eles tão acostumado a mexer com os senadores que têm medo deles, se eles estão acostumados a mexer com governadores que têm medo deles, eu quero dizer o seguinte: eu tenho respeito profundo por quem me respeita. Tenho um respeito profundo pelas leis que

nós ajudamos a criar nesse país, mas eu não tenho respeito por quem não me respeita. E eles não me respeitaram e por isso eu vou enfrentar.

Há, o objetivo é não deixar Lula ser candidato! Eu não acho que o Brasil deveria sofrer por conta disso. Eu não acho que ele deveria levar 210 milhões de pessoas a sofrerem, a voltar ao desemprego como volta. A voltar a fome? pra prejudicar o Lula. Eu não acho, tá?

Agora, eles acham, e estão fazendo, e trabalham todo santo dia com a certeza de que: “nós vamos tirar ele da disputa”. Obviamente, que eles podem. Obviamente, que eles podem. Junta meia dúzia de juiz, vota e não me deixam ser candidato. Acabou! Você veja: o Clinton, o Al Gore, nos Estados Unidos, tinha ganho as eleições. Uma decisão da Suprema Corte deu a vitória pro Bush. Ele ficou quieto. Agora, o que eu quero que eles saibam é o seguinte, o que eu quero que ele sabe, é o seguinte...

O problema deles não é o Lula, porque o Lula é feito de carne e osso e desaparece a qualquer momento. O problema deles é que nesse país tem milhões e milhões de jovens, de pessoas adultas, de velhos como eu, de crianças que já aprenderam a ter consciência política. Que já aprenderam a saber a diferença. E se eles acham que me tirando da disputa está resolvido, o problema deles... Façam! E vamos ver o que acontece nesse país.

Eles chegam a dizer: há, se o Lula não for candidato, ele não vai ter força como cabo eleitoral. Testem! Testem! Faça!

[Aplausos]

Por que, a verdade é que eles têm que saber, ele tem que saber, não pela minha boca, pela boca de vocês; que só tem um jeito, só tem um jeito para esse país voltar a crescer: é com a democracia, é com eleição direta. E eles sabem que um presidente da república só vai consertar esse país, não é se ele colocar um bom ministro da fazenda. É se ele tiver duas coisas essenciais: primeiro: credibilidade, segundo: respaldo do povo brasileiro e terceiro: tem que ter previsibilidade econômica.

E a educação pra mim é uma questão de honra. É uma questão de honra. Porque eu quero que todos os filhos de trabalhadores tenham a oportunidade que eu não tive na vida. E eu sei o que é não ter oportunidade. Eu sou de uma família que ninguém na minha família, nenhum dos meus oito irmãos não tiveram chance, sequer, de fazer o Ensino Médio. Eu sei o que que é o abandono da classe pobre pela elite brasileira. E é contra isso que eu me insurgi. E fico com orgulho, primeiro de ter o Haddad como Mministro da Educação, segundo, é ter feito o que nós fizemos na educação. Mas é muito pouco diante do que o Brasil precisa... porque...

Gente, é... em 1538 São Domingos já tinha a sua primeira universidade; em 1551 o Peru já tinham a Universidade de São Marcos; em 1792, Córdoba já tinha sua universidade; em 1918

já tinha havido a primeira reforma universitária na Argentina. E a elite brasileira construiu 2020... 1920, a universidade, juntando os cacos que a gente tinha, não por causa do povo brasileiro, porque o rei da Bélgica vinha aqui e ele só viria se pudesse receber um título de Doutor Honoris Causa. E era preciso ter a universidade, para dar um título e ele deu o título e acabou. A universidade, voltou a ter a universidade de direito de Recife a do Largo São Francisco, a de medicina na Bahia. E uma que eles inventaram que era faculdade, que era uma história, uma escola técnica científica do exército brasileiro. Que foi criada antes de D. João VI chegar aqui. E vem falar pra mim... Então, é o seguinte, ó seus letrados que governaram esse país, sintam vergonha de ter um torneiro mecânico mais preocupado com a educação deste país do que a elite brasileira que governou esse país o tempo inteiro! E, companheiros, companheiros dos movimento sindical, da? da conferência, é o seguinte: não precisa fazer esse sacrifício para me convidar pras coisa. Porque, em se tratando de educação, eu estou disposto a ir às últimas consequências pra esse país voltar a garantir oportunidade pro jovem brasileiro. Um abraço, gente. E parabéns à câmara e ao senado! parabéns à liderança do PT e a nossa presidenta por mais esse evento junto com a fundação Perseu Abramo. Um beijo, gente.

*Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República Federativa do Brasil.

Fonte:<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/biografia-periodo-presidencial>

Acesso em: 16 mar. 2022.

Apêndice 7

João Pedro Stédile*

Vídeo no *Youtube*. Canal Brasil de Fato

Postado em 16 de março de 2018.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SCXBDCTWwhw>

Acesso em: 16 mar. 2022.

Companheiros e companheiras, nos próximos dias poderemos ter um desenlace do principal fato da luta de classes do país e da conjuntura política, que é o pedido de prisão do companheiro Lula. O Lula não cometeu nenhum crime, o Lula é inocente. Ninguém conseguiu provar que ele se apropriou de algum um recurso público ou fez chantagem com as empresas, para se beneficiar pessoalmente. O processo da lava- jato é uma fantasia, é uma montagem em PowerPoint. Agora, porque que isso está acontecendo? Primeiro porque, como pano de fundo, o Brasil está vendendo uma grave crise econômica, social, ambiental e política. A direita e à burguesia derrubou o governo legitimamente eleito, achando que ia tirar o país da crise. E o país se afundou ainda mais na crise. Então, para eles ficarem mais tempo no poder, eles precisam impedir a possibilidade do Lula se candidatar à presidente. Mas é porque o Lula quer ser presidente? Não. Porque o Lula, nesses anos todos e agora, se transformou no símbolo da vontade popular. O Lula é maior que o PT. Quem quer que o Lula seja presidente, não são os outros partidos e as lideranças, quem quer é o povo brasileiro, os mais pobres. Porque eles se deram conta da disputa de classes que há. E para um pedido de Lula ser candidato a presidente, três forças estão operando. Primeiro, o tucanato, que não têm um candidato palatável ao povo. Pode escolher quem quiser: Alckmin, Dória, Fernando Henrique: nenhum deles tem a confiança do povo e, portanto, jamais chegarão à presidência. A Rede Globo, que é, na verdade, o partido ideológico da direita brasileira. E cabe a ela, então, todo o santo dia, falar mal do Lula e pressionar o judiciário. E o judiciário se transformou em refém, pelo menos a turma lá de Curitiba, e a maioria do STF, se transformaram em reféns dos minutos de fama que a Globo pode lhes dar. E a terceira força que está por traz, não nos iludamos, são os interesses econômicos dos Estados Unidos que querem impedir o desenvolvimento do nosso país, que querem impedir que o Brasil seja uma potência econômica e que tenha um papel na hegemonia na América do Sul. Está cada vez mais claro. As ilações que os Estados Unidos fez, seja através da Globo, seja através de prepostos que eles têm aqui no país. Então, falam em querer prender o Lula. Não é prender Lula, é prender o povo brasileiro. É prender a democracia. Porque, evidentemente que quererem impedir a candidatura do Lula é excluir, no mínimo, a metade da

população brasileira, sobretudo os trabalhadores dos mais pobres, que são os que sustentam a viabilidade do governo Lula. Por isso, nós do MST e a maioria dos movimentos populares que estamos na Frente Brasil Popular, estamos convencidos de que é preciso defender o Lula. Primeiro porque ele é inocente. Segundo, porque ele representa a possibilidade de mudanças no nosso país. Ele é a única chance de representação da maioria do povo brasileiro que pode repactuar a esse país, e abrir a porta para encontrar uma saída para esses, para essa situação de crise econômica política social e ambiental. E ele é a única que pode, em representação da maioria, então tomar as medidas necessárias para recolocar o país nos trilhos. Primeiro, revogando todo esse entulho autoritário, prepotente, neoliberal, que os golpistas tornaram com a reforma trabalhista, com a entrega do pré-sal, com o fechamento do MDA, com o teto pra gastos públicos etc. Segundo, é preciso convocar uma assembleia constituinte que reorganize o estado de direito no país e que construa um novo regime político democrático, para que as pessoas voltem a ter confiança na política e na democracia. E terceiro, começar as reformas estruturais para, de fato, enfrentar as causas dos problemas brasileiros que possa fazer a economia voltar a crescer, reindustrializar o país, dá emprego para o nosso povo e melhorar as condições de vida da população. Então, companheiros e companheiras, nos próximos dias vamos travar uma batalha decisiva. O poder judiciário desmoralizado, que teve a petulância de fazer uma greve, nem greve é, uma mobilização; deixou de trabalhar para defender seus privilégios da manutenção de um auxílio moradia no Brasil, de quatro mil trezentos e setenta e sete reais por mês, quando o salário mínimo do povo é mil reais. Isso é uma afronta para nós brasileiros. E esse poder judiciário que vive de privilégios não tem moral nenhuma para querer aprender o Lula. Por isso que os movimentos populares temos que nos manter alertas, nos manifestarmos. Vai lá na frente do fórum, acenda uma vela, denuncie que este poder judiciário é cego, só enxerga os interesses da burguesia. Nós devemos nos manter mobilizados para impedir essa injustiça e garantir o direito do Lula ser candidato à presidência da república. Se articulem na sua base, na sua região e se manifeste na defesa da democracia, na defesa da possibilidade de termos um projeto popular, de desenvolvimento nacional em benefício de todo o povo brasileiro. Um grande abraço a todos.

* João Pedro Stedile é dirigente do MST e da Frente Brasil Popular. É graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e pós-graduado pela Universidade Nacional Autônoma do México.

Fonte: <https://www.poder360.com.br/author/joao-pedro/>
Acesso em: 16 mar. 2022.

Apêndice 8

Paulo Betti*

Vídeo do *Youtube*. Canal Uol

Postado em 1º de outubro de 2020

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pHKQq6TzQD4>

Acesso em: 16 mar. 2022

[...] e eu acho que nós temos que reconhecer que em algum momento nós falhamos. Ruim, porque, se tivéssemos tido realmente plantado alguma coisa sólida, ela não se desmancharia de uma forma tão fácil. Mas é cruel né? porque tem os deuses. Também tem o imponderável. Tem a facada no peito, no meio da multidão. E isso aí não estava previsto. Ninguém tinha previsto que ia aparecer um maluco e golpear a camisa amarela, onde tava escrito “Brasil acima de tudo”. Ali ia cravar uma faca, ainda de uma maneira mais ou menos correta, mas não total. [Risos] engraçado [...]

* Paulo Betti é um ator e diretor que atuou em várias novelas da Rede Globo de Televisão. Militante político, atua ativamente nas redes sociais em defesa do PT e contra o presidente Jair Bolsonaro.

ANEXOS:

Anexo 1

Guilherme Boulos*

Tweet em 20 de abril de 2020

Disponível em <https://twitter.com/guilhermeboulos/status/1252250654057402372>

Acesso em: 16 mar. 2022.

Um lembrete para Bolsonaro: a dinastia de Luís XIV terminou na guilhotina...



* Guilherme Castro Boulos é um professor, ativista, escritor, coordenador do MTST e da frente Povo Sem Medo. Em 2018 foi candidato à Presidência da República e teve como vice, a professora Sônia Guajajara, do PSOL.

Fonte: https://www.ebiografia.com/guilherme_boulos/

Acesso em: 16 mar. 2022.

Anexo 2

PT – Partido dos Trabalhadores

Postagem no Facebook

Disponível em: <https://www.facebook.com/pt.brasil/posts/3873084906111189>

Acesso em: 16 mar. 2022.

facebook.com/pt.brasil/photos/3873083392778007

MMS (Dióxi... Dossier: Dióxido de... INTERSTEEL Aço In... Negócios Imobiliári... Curso: Comunicação Lançamentos Imobi... CONCURSOS EDUKIT

PT - Partido dos Trabalhadores
19 de março · 🌐

É amanhã! ☀️

A Conferência Nacional Paulo Freire, para formação política de educadoras e educadores militantes, faz parte do projeto "Nova Primavera", que surgiu para organizar, valorizar e acolher nossos filiados! 🇧🇷

📅 Amanhã, 20 de março às 10h, irão abrir as inscrições para a Jornada para toda militância do PT!

🔗 Saiba mais: <http://bit.ly/PT-ConferenciaFreire>

👍❤️ 242 15 comentários 28 compartilhamentos

👍 Curtir 🗨 Comentar ➦ Compartilhar

Mais relevantes

Gabriel B. Frediani
Educadores militantes, doutrinação na escola só assim para vcs enganarem o povo

Curtir · Responder · 6 sem

Escreva um comentário...

jalquer coisa

100% 15:22 08/05/2021

Anexo 3

PT – Partido dos Trabalhadores

Postagem no Facebook

Disponível em: <https://www.facebook.com/pt.brasil/posts/2258330234253339>

Acesso em: 16 mar. 2022.

